



Universidade Federal do Pará
Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Amazônia Oriental
Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas
Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável

André Carlos de Oliveira Rocha

Trajetórias e concepções do cooperativismo camponês no nordeste paraense

Belém – Pará
2020

André Carlos de Oliveira Rocha

Trajetórias e concepções do cooperativismo camponês no nordeste paraense

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas. Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares. Universidade Federal do Pará. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental.

Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável

Orientador: Prof. Dr. William Santos de Assis

Coorientador: Prof. Dr. Philippe Jean Louis Sablayrolles

**Belém – Pará
2020**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

R672t Rocha, André Carlos de Oliveira
Trajetórias e concepções do cooperativismo camponês no nordeste paraense / André Carlos de Oliveira Rocha. — 2020.
118 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. William Santos de Assis
Coorientador(a): Prof. Dr. Philippe Jean Louis Sablayrolles

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

1. Cooperativismo. 2. Campesinato. 3. Amazônia. 4. Desenvolvimento Rural. 5. Agricultura Familiar. I. Título.

CDD 334.683098115

André Carlos de Oliveira Rocha

Trajetórias e concepções do cooperativismo camponês no nordeste paraense

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas. Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares. Universidade Federal do Pará. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental.
Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável

Data de aprovação 06 de maio de 2020.

Banca Examinadora



Prof. Dr. William Santos de Assis (Orientador)
(Ineaf/UFPA)



Prof. Dr. Romier da Paixão Sousa (Examinador externo)
(IFPA//Castanhal)



Prof. Dr. Roberto Marinho Alves da Silva (Examinador externo)
(UFRN)



Profª. Dra. Monique Medeiros (Examinadora Interna)
(Ineaf/UFPA)



Prof. Dr. Luís Mauro Santos Silva (Examinador suplente)
(Ineaf/UFPA)

Às/aos camponesas/es, que com seu
trabalho formam e transformam mundo e
as relações sociais, construindo um
mundo novo,...

...dedico este trabalho!

AGRADECIMENTO

Ao camarada orientador, prof. William Santos de Assis, pela orientação, mas principalmente pela amizade e companheirismo.

Ao coorientador, prof. Philippe Sablayrolles, pelas insistências no rigor metodológico e contribuições teóricas na construção dessa dissertação.

Aos camponeses e camponesas sócios(as) das cooperativas D'Irituia, Coomar e Cofruta, sujeitos principais desse trabalho e construtores(as) do cooperativismo amazônico.

À Nádia Alinne, por me ajudar nas reflexões e apontar caminhos, por onde pude seguir a escrita do texto.

Aos(as) colegas de turma, pelo apoio e pelas brincadeiras, as quais deixaram tudo mais leve.

Aos(as) companheiros(as) do MST, por compreenderem minha ausência em várias atividades, sabendo que o estudo é princípio e valor na nossa organização.

À família, mãe, irmão, cunhada e sobrinhos, o amor de vocês e por vocês me ajudou a seguir firme nessa jornada.

Ao camarada João Vitor, pela elaboração do mapa e todos os dias de conspiração.

À Lívia Santos, colega de núcleo de agroecologia, pela ajuda na coleta de dados.

Aos(as) amigos(as), por toda a força, apoio e energia positiva emanada

"Você acha que o mundo chegou a um ponto estável, ou que as contradições vão continuar a se desenvolver?"

(João da Silva, um dos fundadores da Liga Camponesa da Galiléia)

“Pelo que se podia julgar observando da janela, uma coisa era clara: a população vivia em um grau bastante elevado de bem-estar, de cultura e de espírito comunitário. Porém, isso era muito pouco para se compreender a substância do ambiente.”

(A. V. Chayanov – *Viagem de meu irmão Alexei ao país da utopia camponesa*)

RESUMO

O cooperativismo surgiu como alternativa ao capitalismo. No Brasil desenvolveram-se duas correntes, uma tradicional/empresarial e uma popular/solidária. Pergunta-se: que fatores influenciam a trajetória de uma cooperativa camponesa, suas concepções, contradições e novidades, considerando se elas tendem para uma lógica do cooperativismo tradicional ou do cooperativismo popular? O objetivo geral foi analisar as concepções, contradições e novidades do movimento cooperativista camponês. A pesquisa foi do tipo quantitativa e qualitativa, com abordagem indutiva, com um estudo quantitativo de 14 cooperativas e se aprofundou no estudo de caso de três delas, analisando as categorias: trabalho, gestão, solidariedade e emancipação. Como instrumentos de coleta de dados, têm-se entrevistas históricas, entrevistas semiestruturadas, questionário objetivo, linha tempo, observação direta, pesquisa documental e bibliográfica e fotografias. A análise dos dados foi feita por sistematização e análise horizontal e vertical das entrevistas, baseada na hermenêutica-dialética. No Pará, o impulso para o cooperativismo se deu durante a ditadura militar. Durante os anos 1990, ONG's assumiram um trabalho com cooperativismo popular, sendo que a OCB tinha um foco nas cooperativas de crédito e da região metropolitana de Belém, passou somente após 2015 a focar no ramo agropecuário e nas cooperativas ligadas à agricultura familiar. O diagnóstico realizado mostra que, o cooperativismo camponês nas regiões estudadas apresenta a maioria das cooperativas sem assalariados, metade tem agroindústria, mais da metade participa de feiras e redes de comercialização, mais de três quartos delas comercializam com não sócios(as), todas mantêm assembleia geral e reuniões de diretoria, as ações de solidariedade junto as comunidades não é algo priorizado, a intercooperação é feita por quase a totalidade das cooperativas. Conclui-se que as cooperativas na região são concebidas para resolver um problema econômico, de melhoria de renda a partir da comercialização dos produtos da agricultura. Quando ligada a luta sindical, se acrescenta um debate de classe. Em suas práticas aparecem contradições, seja em relação ao valor de troca do trabalho se sobrepondo ao seu valor de uso, seja na democracia representativa tomando lugar da participação dos(as) sócios(as), ou ainda, seja no apagamento do valor da solidariedade.

Palavras-chave: Cooperação agrícola. Economia Solidária. Campesinato.

ABSTRACT

The cooperativism emerged as an alternative to capitalism. In Brazil, two trends have developed, one traditional/business and one popular/solidarity. It is asked: what factors influence the trajectory of a peasant cooperative, its conceptions, contradictions and novelties, considering whether they tend towards a logic of traditional cooperativism or popular cooperativism? The general objective was to analyze the conceptions, contradictions and novelties of the peasant cooperative movement. The research was of the quantitative and qualitative type, with an inductive approach, with a quantitative study of 14 cooperatives and deepened in the case study of three of them, analyzing the categories: work, management, solidarity and emancipation. As instruments of data collection, there are historical interviews, semi-structured interviews, objective questionnaire, timeline, direct observation, documentary and bibliographic research and photographs. Data analysis was carried out by systematization and horizontal and vertical analysis of the interviews, based on hermeneutics-dialectics. In Pará, the impetus for cooperativism took place during the military dictatorship. During the 1990s, NGOs took up work with popular cooperatives, and OCB had a focus on credit unions and the metropolitan region of Belém, only after 2015 to focus on the agricultural sector and cooperatives linked to family farming. The diagnosis made shows that peasant cooperatives in the studied regions present the majority of cooperatives without salaried workers, half have agribusiness, more than half participate in fairs and marketing networks, more than three quarters of them trade with non-members, all it holds a general assembly and board meetings, solidarity actions with communities are not prioritized, intercooperation is carried out by almost all cooperatives. and in the agribusiness, by the working partners. It is concluded that the cooperatives in the region are designed to solve an economic problem, of income improvement from the commercialization of agricultural products. When linked to the union struggle, a class debate is added. Contradictions appear in their practices, either in relation to the exchange value of work overlapping its use value, or in representative democracy taking the place of the participation of the partners, or even, in the erasure of the value of solidarity.

Keywords: Agricultural cooperation. Solidarity Economy. Peasantry.

LISTA DE SIGLAS

ACI	Aliança Cooperativa Internacional
Anteag	Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária
CEB's	Comunidades eclesiais de base
Cerespa	Central das Cooperativas de Crédito do Pará
Cofruta	Cooperativa dos Fruticultores de Abaetetuba
Comac	Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares dos Caetés
Concrab	Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil
Coomar	Cooperativa Mista dos Agricultores entre os Rios Caeté e Gurupi
CUT	Central Única dos Trabalhadores
D'Irituia	Cooperativa Agropecuária dos Produtores Familiares Irituienses
Depac	Departamento de Ações Comunitárias
Ecosol	Sistema de Economia Solidária
Ecrama	Escola de Formação para Jovens Agricultores de Comunidades Rurais Amazônicas
EES	Empreendimentos de economia solidária
Fase	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFPA/Castanhal	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará campus Castanhal
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Ineaf	Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OCB	Organização das Cooperativas do Brasil
OCB-PA	Organização das Cooperativas do Brasil do Estado do Pará
OCS	Organização de Controle Social
ONG	Organização não governamental

PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
Pecsol	Programa de Educação do Cooperativismo Solidário
PGDR	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural
PNAE	Política Nacional de Alimentação Escolar
SAFs	Sistemas agroflorestais
Sagri	Secretaria de Estado de Agricultura
SCA	Sistema Cooperativista dos Assentados
Seapab	Sistema Estadual de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Sedap	Secretaria Estadual de Desenvolvimento Agrário e Piscicultura
Senaes	Secretaria Nacional de Economia Solidária
Sescoop	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SPG	Sistema participativo de garantia
STTR/Abaetetuba	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Abaetetuba
Sudam	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SVI	<i>Servizio Volontario Internazionale</i>
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Unicafes	União Nacional das Cooperativas de Agricultura de Familiar e Economia Solidária
Unicopas	União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias
Unisol-Brasil	Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 –	Relação entre os princípios e os valores do cooperativismo....	27
Quadro 02 –	Critérios que orientaram a definição das cooperativas a serem estudadas, 2019.....	35
Quadro 03 –	Quantitativo de entrevistas históricas e entrevistas semiestruturadas realizadas.....	38
Quadro 04 –	Reuniões e assembleias das cooperativas observadas em pesquisa de campo.....	39

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 –	Quadrilátero cooperativo de Desroche, com a estrutura-tipo e suas possíveis rupturas da democracia interna.....	27
Figura 02 –	Mapa com os municípios sede das cooperativas estudadas.....	36
Figura 03 –	Modelo analítico tipificando cooperativismo tradicional e cooperativismo popular solidário.....	41
Figura 04 –	Triângulo cooperativo, estrutura da cooperativa D'Irituia e suas rupturas democráticas.....	64
Figura 05 –	Triângulo cooperativo, estrutura da Coomar e suas rupturas democráticas.....	72
Figura 06 –	Triângulo cooperativo, estrutura da Cofruta, sem rupturas democráticas.....	80

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 01 – Caminhão da cooperativa, guardado na propriedade de uma cooperada.....	65
Fotografia 02 – Feira própria, realizada em frente ao escritório da cooperativa, município de Irituia-PA.....	67
Fotografia 03 – Logotipo da Coomar pintado na parede externa frontal da sede da cooperativa.....	70
Fotografia 04 – Cantina Solidária, onde também funciona a sede da Coomar.....	73
Fotografia 05 – Pintura da logomarca da Rede Bragantina de Economia Solidária na parede da Cantina Solidária da Coomar.....	74
Fotografia 06 – Escritório em prédio alugado, em frente ao STTR de Abaetetuba.....	76
Fotografia 07 – Agroindústria da Cofruta, setor de processamento de fruta e setor de beneficiamento de sementes.....	77

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Número de cooperativas das regiões geográficas Intermediárias de Belém e Intermediária de Castanhal, por ano de fundação (1962-2019).....	51
Gráfico 02 – Descrição estatística das cooperativas das regiões geográficas Intermediárias de Belém e Intermediária de Castanhal, quanto ao número de sócios (mínimo, máximo, média, mediana, primeiro quartil, terceiro quartil).....	52
Gráfico 03 – Distribuição das cooperativas das regiões geográficas Intermediárias de Belém e Intermediária de Castanhal, segundo filiação a entidades representativas do segmento.....	53
Gráfico 04 – Distribuição das cooperativas das regiões geográficas Intermediárias de Belém e Intermediária de Castanhal, conforme o acesso a políticas públicas.....	54
Gráfico 05 – Distribuição das cooperativas das regiões geográficas Intermediárias de Belém e Intermediária de Castanhal, segundo relações de trabalho.....	54
Gráfico 06 – Distribuição das cooperativas das regiões geográficas Intermediárias de Belém e Intermediária de Castanhal, quanto a posse dos meios de produção e/ou transporte coletivos.....	55
Gráfico 07 – Distribuição das cooperativas das regiões geográficas Intermediárias de Belém e Intermediária de Castanhal, segundo realização somente de ato cooperativo.....	56
Gráfico 08 – Distribuição das cooperativas das regiões geográficas Intermediárias de Belém e Intermediária de Castanhal, em relação a frequência das reuniões da diretoria.....	56
Gráfico 09 – Distribuição das cooperativas das regiões geográficas Intermediárias de Belém e Intermediária de Castanhal, conforme a frequência das assembleias gerais.....	57
Gráfico 10 – Distribuição das cooperativas das regiões geográficas Intermediárias de Belém e Intermediária de Castanhal, quanto a realização de mutirões.....	58
Gráfico 11 – Distribuição das cooperativas das regiões geográficas Intermediárias de Belém e Intermediária de Castanhal, quanto a ocorrência de ações de solidariedade entre os sócios.....	58
Gráfico 12 – Distribuição das cooperativas das regiões geográficas Intermediárias de Belém e Intermediária de Castanhal, segundo a existência de ações sociais para a comunidade em geral.....	59
Gráfico 13 – Distribuição das cooperativas das regiões geográficas Intermediárias de Belém e Intermediária de Castanhal, quanto a participação em redes regionais de comercialização ou feira local.....	60
Gráfico 14 – Distribuição das cooperativas das regiões geográficas Intermediárias de Belém e Intermediária de Castanhal, quanto a prática do princípio cooperativista da intercooperação.....	60

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	REFERENCIAL TEÓRICO	25
2.1	A Identidade Cooperativa: Princípios e Valores do Cooperativismo	25
2.2	Concepções, correntes do cooperativismo e projeto societário	28
2.3	As categorias trabalho assalariado, autogestão, solidariedade e emancipação 31	
2.3.1	Trabalho associado	31
2.3.2	Autogestão.....	32
2.3.3	Solidariedade	33
2.3.4	Emancipação.....	33
3	PERCURSO METODOLÓGICO	35
4	A HISTÓRIA DO COOPERATIVISMO: NO MUNDO, NO BRASIL E NO PARÁ	43
4.1	O cooperativismo no estado do Pará	45
5	DIAGNÓSTICO DO COOPERATIVISMO PARAENSE	51
6	ESTUDOS DE CASO DO COOPERATIVISMO CAMPONÊS NO PARÁ	62
6.1	A Cooperativa Agropecuária dos Produtores Irituienses (D'Irituia).....	62
6.2	A Cooperativa Mista dos Agricultores entre os Rios Caetés e Gurupi (Coomar) 69	
6.3	A Cooperativa dos Fruticultores de Abaetetuba (Cofruta).....	75
	O COOPERATIVISMO CAMPONÊS: ENTRE EMANCIPAÇÃO E ADAPTAÇÃO	83
7.1	O trabalho, a gestão e os processos de solidariedade na construção do cooperativismo camponês.....	84
7.2	Concepções, contradições e novidades das cooperativas camponesas no Pará	87
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	95
	APÊNDICES	104
	ANEXOS	116

1 INTRODUÇÃO

A escolha do tema cooperativismo se deu a partir da trajetória pessoal do autor que, como militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), teve uma primeira aproximação empírica com o tema em 2006. O MST entende que é necessária a construção de uma forma de produção cooperativa como alternativa ao modo de produção capitalista (CONCRAB, 1998). Nesse sentido, o movimento acredita na organização econômica da sociedade a partir de outros valores, com as cooperativas que, por sua vez, são vistas como uma ferramenta de luta dos trabalhadores (CONCRAB, 1998).

Dois fatos mais recentes contribuíram nessa trajetória que culminou com a decisão pela temática, primeiro o estágio supervisionado obrigatório do curso de graduação em Agronomia, em 2015, realizado em uma cooperativa de assentados(as) da Reforma Agrária no Paraná, ligada ao MST. Posteriormente, uma visita e imersão nas cooperativas do MST no Rio Grande do Sul, em julho de 2018, já com a intensão de buscar um problema de pesquisa relacionado ao tema cooperativismo. Apesar de todas essas vivências, havia por parte do autor, pouca aproximação teórica a respeito da temática.

A motivação teórica veio com o lançamento, e posterior leitura, da edição brasileira do livro “A Teoria das Cooperativas Camponesas” de A. Chayanov (2017), publicado pela editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), na série Estudos Rurais do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), e promovido pelo Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (Ineaf) da Universidade Federal do Pará (UFPA), em 2018, o qual estimulou a refletir sobre a importância da cooperação agrícola na solução de problemas econômicos do campesinato, mas também para a transformação das relações sociais no campo e, conseqüentemente, transformação do modo de produção capitalista na agricultura. Vale a ressalva que a edição original da obra foi publicada na União Soviética, em 1919.

Schneider (2017) comenta, no prefácio à edição brasileira da referida obra, que a publicação original de 1919, e revisada em 1927, se deu em meio ao debate sobre que forma deveria se organizar a nova economia soviética. O autor (ibid) ressalta o grande conhecimento de Chayanov sobre a agricultura na região central da Europa. O livro “é um guia essencial para se compreender o lugar e o papel do

cooperativismo para o futuro do desenvolvimento rural brasileiro” (SCHNEIDER, 2017, p. 10).

Contudo sempre existe um espaço para a inventividade nos processos de transformação da realidade, principalmente porque é notória a existência de duas correntes do cooperativismo no Brasil, uma tradicional (empresarial) e uma popular (solidária). Chiariello (2008) realizou uma revisão teórica em sua dissertação de mestrado, descrevendo, comparando e analisando as duas correntes, as quais serão explicitadas posteriormente.

Para entender melhor este processo, decidiu-se por realizar a pesquisa na Região Geográfica Intermediária de Belém e na Região Geográfica Intermediária de Castanhal¹, trabalhando com cooperativas ligadas à agricultura familiar camponesa. Para isso foi realizado uma pesquisa exploratória (“pré-campo”) na Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), Feira do Empreendedor (ligada ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae), na Cooperativa Agropecuária dos Produtores Familiares Irituienses (D’Irituia), na Cooperativa Mista dos Agricultores entre os Rios Caeté e Gurupi (Coomar) e na Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares dos Caetés (Comac).

O recorte do tema, proposto nesta pesquisa, deu-se a partir do debate acadêmico que relaciona cooperativismo e economia solidária, presentes em algumas bibliografias, como por exemplo, a já citada dissertação de Chiariello (2008), e os trabalhos dos autores Rios (1987), Singer (2003; 2012), Gonçalves (2003), Pinho (2004), Benini *et al.* (2008), Stahl e Schneider (2013) e Zwick e Pereira (2013).

Esses(as) autores(as) têm em comum uma visão dualista do cooperativismo. No que pese a diferença de nomenclatura e abordagem, em suma todos(as) concordam que existem dois polos de concepção do cooperativismo. De um lado, um cooperativismo carrega um caráter transformador nas relações sociais e econômicas, ou seja, um potencial emancipador. Do outro lado, um cooperativismo que não coloca as relações sociais hegemônicas do modo de produção capitalista em xeque, portanto, sem uma perspectiva emancipatória.

¹ Para efeito de pesquisa, utilizou-se a nova diferenciação geográfica definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para as unidades subestaduais, que se encontra vigente a partir de 2017. Esta nova divisão substitui as mesorregiões e microrregiões por Região Geográfica Intermediária e Região Geográfica Imediata (IBGE, 2017).

Rios (1987), ao discutir o que é cooperativismo, divide o mesmo sob duas perspectivas, um de ideologia conservadora e outro de ideologia renovadora. Já Singer (2003; 2012), insere o debate da economia solidária dentro da discussão sobre cooperativismo, diferenciando as organizações de heterogestão das de autogestão, estas, possuindo um potencial de transformação social.

Gonçalves (2003) caracteriza e analisa três tipos de cooperativas no Brasil, que ele as denomina de capitalistas, da economia solidária e as fraudulentas. Nesse caso, apesar não serem apenas dois modelos, pode ser considerado uma visão dualista do cooperativismo, pois as cooperativas ditas fraudulentas, não são de fato organizações cooperativas, mas manobras jurídica e burocrática de contornar leis e encargos trabalhistas.

Pinho (2004), em sua obra, *O Cooperativismo no Brasil*, considera duas vertentes, a pioneira, que envolve as cooperativas denominadas pela autora de tradicionais, e a solidária, que são representadas pelas cooperativas denominadas populares.

Tanto Benini *et al.* (2008) quanto Stahl e Schneider (2013) analisam o movimento cooperativista, considerando as cooperativas com estratégias meramente empresariais, de heterogestão, e cooperativas dentro da dimensão da economia solidária, de autogestão, similar a análise de Singer (2003; 2012). Por fim, Zwick e Pereira (2013) discutem a gestão de cooperativas a partir das derivações teóricas do pensamento utópico, entendendo o movimento cooperativo como construção histórica e que pode ir desde uma perspectiva de superação até adaptação dentro do capitalismo.

A importância dessa pesquisa, em última análise, é colocar em foco experiências concretas de cooperativismo do campesinato amazônico. Caldart (2014, p. 164) fala da necessidade de compreensão da agricultura camponesa do século XXI, afirmando que “somente o vínculo com a realidade, ou a vivência de experiências históricas reais pode ajudar a alterar uma visão que talvez impeça a própria formulação de novas questões de pesquisa”.

Espera-se contribuir com o movimento cooperativista camponês paraense, para que, conhecendo e refletindo sobre sua trajetória e contradições, possa elaborar estratégias que superem essas contradições e direcionem suas ações de acordo com suas concepções de mundo. Para que se possa, como afirma Carvalho (2014),

construir um projeto de campo para o país e que dê conta da realização do campesinato.

Problematizando a temática, compreende-se que o modo de produção capitalista, como fruto de uma construção histórica, se caracteriza por diversas mudanças no processo de trabalho. Para Marx (2005), uma das revoluções operadas pelo capital foi a cooperação, que é quando os proletários trabalham em conjunto a partir de um planejamento geral, seja no mesmo processo de produção ou não, mas que estejam relacionados, criando uma força produtiva coletiva. Vale pontuar as outras mudanças que apareceram com o capitalismo: a divisão do trabalho, a introdução das máquinas e o surgimento da grande indústria.

A diferença entre a cooperação existente no início da humanidade e a que surge no capitalismo, está no fato de a última ser submetida à propriedade privada dos meios de produção e os trabalhadores estarem desconectados da comunidade e dos produtos do seu trabalho, aparecendo como alienação a estes trabalhadores (MARX, 2005; MARX; ENGELS, 2006). O processo de produção capitalista separa de um lado o capital, que controla a gestão, e do outro, o trabalho.

Fundamentalmente a alienação, na sociedade capitalista, aparece como reificação do ser humano, como desumanidade (LESSA; TONET, 2008; KONDER, 2009). Pode se manifestar em situações mais restritas ou mais gerais, como por exemplo, no fato de que a remuneração da força de trabalho não corresponda as verdadeiras necessidades humanas dos(as) trabalhadores(as) (LESSA; TONET, 2008).

Para Marx e Engels (2006) o capitalismo cumpre um papel histórico de avanço das forças produtivas e geração de riqueza, porém, devido à propriedade privada, concentra essa riqueza e gera desigualdades. Os autores defendem que a superação deste modo de produção, deve passar pelo socialismo, e chegar ao comunismo, no qual a cooperação será fundamental, pois seu centro é a coletividade e a livre associação dos produtores. Para esses autores é “na coletividade efetiva, [que] os indivíduos tomam posse de sua liberdade, na associação e pela associação” (MARX; ENGELS, 2006, p, 112). Nesta perspectiva, o objetivo do trabalho humano não alienado será definido em função da realização das necessidades e valores dos trabalhadores.

Faz-se, portanto, necessária e urgente, “a criação de uma alternativa radical ao modo de reprodução metabólica do capital” (MÉSZÁROS, 2002, p. 21),

dentro dele, não há opção. Para o autor (ibid), a humanidade vive um momento em que são precisas formas organizacionais e institucionais que saiam de uma posição defensiva, de resistência ao capital, e construam caminhos positivos, o que ele chama de ofensiva socialista. O cooperativismo pode ser a chave para essa transformação, uma vez que na sua origem nasce como proposta alternativa ao capitalismo (RIOS, 1987; SINGER, 2003, 2012; PINHO, 2004). Ao menos na teoria, no cooperativismo tem-se a proposição de um outro metabolismo, com a propriedade social do capital, o controle da gestão do processo e o trabalho em si feito pelos próprios sócios, além da melhoria das condições sociais dos mesmos e da comunidade como fins.

Cabe então analisar as experiências coletivas camponesas nos países capitalistas periféricos, ou nos ditos em desenvolvimento. Esse foi um debate feito por Marx, pouco antes de sua morte, com os populistas russos, sobre o papel e destino das comunas camponesas na Rússia czarista. Diferente dos marxistas ortodoxos, que consideravam que o campesinato deveria chegar ao fim, Marx considerava naquela época que os processos de transformação social devem ser analisados conforme cada realidade, e no caso russo, a experiência coletiva das comunas camponesas, continham um embrião de uma sociedade pós-capitalista (SHANIN, 2017a). Nas palavras do próprio Marx em 1881, “o novo sistema para o qual a sociedade moderna está se inclinando será um renascimento, em uma forma superior, de um tipo social arcaico” (MARX, 2017, p. 158).

Porém o movimento cooperativista não é algo dado, determinístico, sem contradições. Estudando a trajetória do cooperativismo no Brasil, Chiariello (2008) mostra que aqui se desenvolveram duas correntes distintas, uma dita tradicional, de lógica empresarial, com viés capitalista e outra dita popular, de lógica solidária, com viés nos objetivos sociais. Isso para não citar as cooperativas ditas fraudulentas, que não são de fato cooperativas, mas artimanhas de empresas capitalistas para obterem vantagens tributárias (GONÇALVES, 2003).

Na lógica tradicional ou empresarial, as cooperativas estão

historicamente muito presentes nas atividades rurais, geralmente estão ligadas à produção de *commodities* em grande escala e fortemente inseridas no mercado internacional. Também realizam suas atividades produtivas voltadas para a lógica da acumulação de riquezas privadas, ainda que configuradas sob o marco legal de empreendimento cooperativo. (CHIARIELLO, 2008, p. 07).

Quanto a outra lógica, do cooperativismo popular ou solidário, assume o trabalho associado como resistência ao mundo do trabalho capitalista,

alicerçados em pilares de solidariedade, esses empreendimentos estariam focados na dimensão social dos cooperados. A gestão das cooperativas populares se daria sob a autogestão pelos trabalhadores, adequando o elemento econômico às determinações dos sócios, ou seja, subordinando a racionalidade técnica à racionalidade social. Seriam priorizadas as demandas sociais internas, mas sem negligenciar o aspecto econômico, daí o desafio de harmonizar produção, busca por resultados econômicos e solidariedade no seu interior. (CHIARIELLO, 2008, p. 09).

O cooperativismo, portanto, quando inserido na economia solidária, assume uma perspectiva social, se propondo a ser uma alternativa ao capitalismo, tanto economicamente, quanto em outros aspectos das relações sociais, com liberdade e satisfação do trabalho, autonomia produtiva, melhores relações pessoais e desenvolvimento comunitário (SINGER, 2012). Atribui-se a estas cooperativas

um papel que vai além da viabilização da produção e consumo pelas populações rurais, qual seja o de inserir grupos e comunidades em um ambiente de cooperação e educação participativa, cujos reflexos são reconhecidamente positivos no fomento de processos de desenvolvimento. (PELEGRINI *et al.*, 2015, p. 75).

Em uma perspectiva da economia solidária, o cooperativismo pode ser caracterizado por três categorias: a) o trabalho, associado e orientado para satisfação das necessidades humanas, b) a autogestão, no sentido da organização do trabalho e do controle democrático das decisões pelos(as) próprios(as) trabalhadores(as) associados(as), e c) a solidariedade, na perspectiva de relações de ajuda mútua (SINGER, 2003; FRANÇA, 2001).

Benini *et al.* (2008) afirmam que esse tipo de cooperativismo, que busca a emancipação do trabalho e baseia-se na autogestão, não produz objetivando a reprodução do capital, mas tem por fim as lógicas social e econômica integradas.

Para Singer (2003, p. 15), “a construção da economia solidária tem sido, em muitos países ao longo de muitas gerações, uma das principais formas de luta contra o capitalismo”. França (2001, p. 267), ao analisar o caso europeu e o brasileiro, afirma que o apoio público ao cooperativismo empresarial, no segundo caso, entrou em um processo de alto grau de institucionalização e de intervenção estatal, o que “em muitas situações, implica sua instrumentalização, interferindo, desse modo, diretamente sobre o grau de autonomia da iniciativa, bem como, a própria viabilidade do seu projeto enquanto organização”.

Em suma, as cooperativas que seguem a lógica tradicional admitem o trabalho assalariado, a centralização das decisões, o planejamento é feito por diretores ou gerentes e conseqüentemente ocorre um distanciamento entre os sócios

e a gestão do trabalho, ou seja, segue uma heterogestão. Já as cooperativas populares, que seguem uma lógica da economia solidária, circunscrevem-se em um processo de produção e comercialização onde quem trabalha decide, planeja e usufrui diretamente dos frutos do seu trabalho, portanto seguem princípios de autogestão.

Considerando o cooperativismo camponês a partir das especificidades da economia dessa classe social, Chayanov (2017) defende que a organização do trabalho em uma unidade de produção camponesa é diferente de uma unidade de base capitalista, portanto os problemas e questões a que se deve estar atento em cooperativas camponesas são distintos de uma empresa capitalista. Para o autor, a organização da unidade agrícola camponesa em bases cooperativas precisa se desenvolver não no sentido de aumentar as receitas da cooperativa, mas de melhorar a renda das famílias cooperadas, ao passo que mantém quase inalteradas suas características específicas (CHAYANOV, 2017).

A importância de se refletir sobre a cooperação agrícola, principalmente no Pará, se dá por motivos quantitativos e qualitativos. Quantitativamente, considerando as cooperativas associadas ao Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras do Estado do Pará (OCB-PA), o ramo do cooperativismo agropecuário é o segundo maior em número de cooperativas, com 28,16% das entidades associadas (OCB/PA, 2016). A entidade fez ainda uma projeção de crescimento do ramo para 2025, de 28,57% em número de cooperativas filiadas, de 49 para 63 organizações, com aumento no número de cooperados(as) e empregados(as) (OCB/PA, 2016).

Segundo dados da extinta Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), ligada ao antigo Ministério do Trabalho e Emprego, a região Norte possui 3.128 empreendimentos de economia solidária (EES), sendo que o Pará abarca 43,4% destes (BRASIL, 2013). Os dados mostram ainda uma baixa porcentagem de organizações cooperativas na região, apenas 8,7% do total de EES². Apesar de ter registrado que 52% dos associados aos EES são agricultores(as) familiares, a Senaes não fez o cruzamento de dados para saber quantas cooperativas estão ligadas à agricultura familiar camponesa.

Como fundamento qualitativo, é necessário se realizar estudos de casos de cooperativas diversas, entender seus rumos dentro do cooperativismo paraense, uma vez que poucos trabalhos fizeram isso. Os trabalhos como os de Reis (2002),

² Os EES são compostos, além das cooperativas, por associações, grupos informais e sociedades mercantis (BRASIL, 2013).

Farias (2014), Rodrigues (2009), Santos (2016), Souza (2009) e Santos (2012) cumprem de forma parcial esse papel no Pará, com recortes geográficos bem localizados. Portanto, este trabalho realizou um levantamento mais amplo das cooperativas camponesas na região, e se aprofundou em três estudos de casos, para se ter uma compreensão mais sólida do objeto.

Analisou-se as trajetórias dessas cooperativas, dentre outras coisas, pelo modo como são vivenciados os sete princípios clássicos do cooperativismo, defendidos pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI), bem como de que maneira as relações de trabalho foram desenvolvidas historicamente, além da gestão, das práticas de solidariedade e de suas perspectivas de emancipação.

É notório que as duas correntes do cooperativismo que se desenvolveram no Brasil assumem lógicas distintas, contudo, as trajetórias das cooperativas da agricultura familiar camponesa no Pará podem seguir uma orientação, para usar os termos de Chiariello (2008), que tende mais para o cooperativismo tradicional, de lógica empresarial, racionalidade capitalista e fins meramente econômicos. Ou, podem ter traçado outro caminho e tendido mais para uma orientação do cooperativismo solidário e popular, de lógica social, racionalidade de transformação social e fins para além do econômico, usando termos de Singer (2003; 2012) e Chiariello (2008). Uma terceira possibilidade, e essa foi observada nos três estudos de caso do presente trabalho, é ter seguido construindo um misto dessas duas lógicas.

Embasado nas análises de Benini *et. al.* (2012) e Silva (2018), pode-se considerar que, dentre outras categorias, as duas correntes podem ser diferenciadas quanto ao trabalho, a gestão e a solidariedade, nos seguintes termos. O trabalho associado e não alienado é o que propõe a corrente da solidária e popular, ao passo que o trabalho individual e assalariado, alienada, está presente no cooperativismo de cunho tradicional e empresarial. Igualmente, a autogestão representa o modo como devem ser geridas as cooperativas solidárias e populares, sendo a heterogestão uma característica do cooperativismo tradicional e empresarial. Por fim, como tipos ideais, organizações cooperativas solidárias e populares devem estar presentes diversos processos de solidariedade, seja interna ou externamente, ao passo que isso não é uma preocupação nas cooperativas tradicionais e empresariais.

Acrescenta-se a isso que quanto mais trabalho associado e não alienado, quanto mais autogestão, e quanto mais solidariedade, mais uma cooperativa representa uma iniciativa emancipadora para seus(suas) sócios(as). Assim, quanto

mais próximo do tipo ideal do cooperativismo vinculado à economia solidária for essa organização, mais emancipadora aos seus cooperados será a iniciativa em questão.

Essas reflexões levam a seguinte pergunta: que fatores influenciam a trajetória de uma cooperativa camponesa, suas concepções, contradições e novidades, levando-as a tenderem mais para uma lógica do cooperativismo tradicional ou do cooperativismo popular, ligado à economia solidária?

Para responder a essa pergunta, este trabalho tem como objetivo geral, analisar as concepções, contradições e novidades do movimento cooperativista camponês na Região Geográfica Intermediária de Belém e na Região Geográfica Intermediária de Castanhal. E tem como objetivos específicos: a) realizar um resgate histórico descritivo da trajetória do cooperativismo camponês no Pará, b) analisar a trajetória de três cooperativas da agricultura familiar camponesa no nordeste paraense a partir da prática, ou não, dos princípios e valores clássicos do cooperativismo, bem como da economia solidária e c) caracterizar as cooperativas camponesas na Região Geográfica Intermediária de Belém e na Região Geográfica Intermediária de Castanhal, segundo o tipo, a espacialização, a produção, a temporalidade, as relações de trabalho existentes.

Cabe, então, uma breve apresentação desta dissertação, que está composta de oito seções, sendo a primeira, essa introdução. A segunda seção, *Referencial Teórico*, traz presente a discussão sobre os princípios e valores do cooperativismo, as vertentes e as concepções do movimento cooperativista e as categorias que se lançou mão para análise das cooperativas neste trabalho.

A terceira seção, *Percursos Metodológicos*, expõe o método de pesquisa, a escolha das cooperativas a serem estudadas, os instrumentos de coleta e análise dos dados, bem como a proposta de modelo analítico.

A História do Cooperativismo: no Mundo, no Brasil e no Pará é a quarta seção, organizada como revisão bibliográfica e com elementos extraídos da pesquisa de campo, portanto fazendo parte dos resultados, visou registrar parte da trajetória do cooperativismo no Pará, a partir da década de 1970.

A quinta seção, *Diagnóstico do Cooperativismo Paraense*, tem o objetivo de apresentar um panorama geral das cooperativas paraenses circunscritas nas regiões geográficas Intermediária de Belém e Intermediária de Castanhal.

Estudos de Caso do Cooperativismo Camponês no Pará é a sexta seção. Contém a análise de três cooperativas camponesas, que atuam nas regiões geográficas Intermediária de Belém e Intermediária de Castanhal.

Inferências e análises enquanto modelo geral do cooperativismo nessa região da Amazônia foram feitas na sétima seção, *O Cooperativismo Camponês: entre emancipação e adaptação*.

A última seção corresponde a *Considerações Finais* deste trabalho, na qual se pontua as reflexões e compreensões, possibilitadas no estudo, além de possíveis recortes para pesquisas futuras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A ideia dessa seção é apresentar os princípios e valores clássicos do cooperativismo, mostrar como se relacionam e de que forma contribuem para construção da identidade cooperativa. Além disso, serão discutidas as concepções teóricas, as correntes do cooperativismo e os projetos de sociedade embutidos nelas, elemento fundamental para este trabalho.

2.1 A Identidade Cooperativa: Princípios e Valores do Cooperativismo

O movimento cooperativista foi construído com base em princípios, que por sua vez estão ligados a valores e que devem balizar a prática das cooperativas. Com a Sociedade dos Equitativos Pioneiros de Rochdale, em 1844, surgiram formalmente os primeiros princípios (BORGES, 2001; PINHO, 2004), que foram sendo discutidos, confirmados e acrescentados pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI) durante todo o século XX, tendo sido feita sua última formulação no Congresso Internacional da ACI em 1995 (BORGES, 2001).

Charterina (1995) discute os valores e os princípios cooperativos após o Congresso Internacional da ACI, de 1995, tendo como base os debates dos eventos anteriores. O autor expõe dois fatos a serem considerados, o primeiro é que até o XXIX Congresso Internacional da ACI, em 1988, os valores não estavam em pautas de discussões, somente a partir desse evento começa-se a debater, além dos princípios, os valores que o cooperativismo deveria carregar (CHARTERINA, 1995). O segundo, é a mudança metodológica, nesse período até década de 1990, que passa a considerar a relação entre princípios e valores, sendo estes a base, a finalidade, e aqueles “as pautas que guiam a ação em direção aos valores” (CHARTERINA, 1995, p. 38).

Os princípios clássicos do cooperativismo, atualizados e defendidos pela ACI, são: 1) adesão voluntária e livre, 2) gestão democrática dos membros, 3) participação econômica dos membros, 4) autonomia e independência, 5) educação, formação e informação dos associados e do público, 6) intercooperação e 7) preocupação com a comunidade (PINHO, 2004; BORGES, 2001; ICA, 2018b).

A associação voluntária e livre refere-se ao fato de todas as pessoas poderem participar da organização, uma vez aceita sua responsabilidade de membro,

sem qualquer tipo de discriminação (ICA, 2018b). A gestão democrática dos membros considera a participação dos mesmos na tomada de decisão, através de democracia representativa, sendo deste princípio tirada uma máxima do cooperativismo: um membro, um voto! (Ibidem). A participação econômica do membro fala da contribuição equitativa e controle democrático do capital da cooperativa, sendo que parte é, geralmente, propriedade coletiva, e a remuneração deste capital é limitada, com alocação em reservas e retorno das sobras, sendo este, proporcional às transações de cada membro com a cooperativa (Ibidem).

O quarto princípio, autonomia e independência, versa sobre a soberania das cooperativas frente a acordos com outras organizações da sociedade civil ou governo, incluindo financiamento de capital de fontes externas (ICA, 2018b). A educação cooperativa visa instruir e treinar, nos temas de interesse e os princípios para o desenvolvimento da entidade, todos as pessoas envolvidas na vida da cooperativa, como diretoria, sócios(as), gerentes e funcionários, quando houver, e, ainda, a comunidade em geral sobre cooperação (Ibidem). A intercooperação busca a eficiência e fortalecimento do movimento cooperativo, podendo ser a nível local, regional, nacional ou internacional (Ibidem). A preocupação com a comunidade prevê que se trabalhe para o desenvolvimento sustentável de comunidades onde estão inseridas (Ibidem).

Esses princípios clássicos, como dito, têm por base os valores do movimento cooperativista, que são os seguintes: 1) autoajuda, 2) autorresponsabilidade, 3) democracia, 4) igualdade, 5) equidade, e 6) solidariedade. (VARGAS, 1995; ICA, 2018b). Ressalta-se que estes valores são os fundamentos dos princípios citados anteriormente (CHARTERINA, 1995).

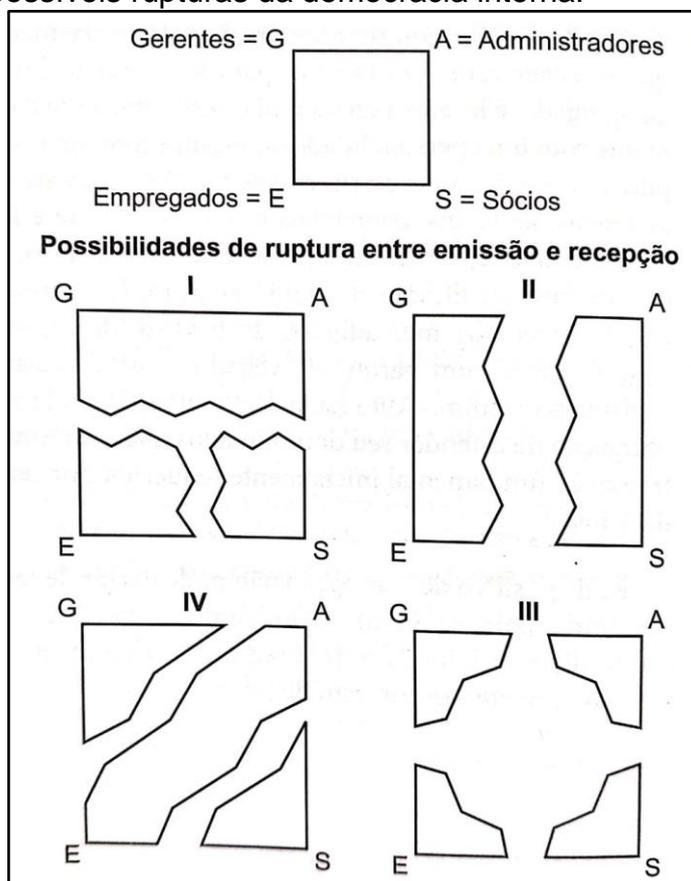
Vargas (1995, p. 180, tradução nossa) considera que “para a conquista de suas aspirações, não só econômicas se não também sociais e culturais”, esses valores são fundamentais, ao passo que o cooperativismo também se propõe a ser um canal de diálogo com toda a sociedade. O autor faz ainda uma relação entre os princípios e os valores (QUADRO 01).

QUADRO 01 – Relação entre os princípios e os valores do cooperativismo.

PRINCÍPIOS	VALORES
<ul style="list-style-type: none"> - Adesão voluntária e livre - Gestão democrática - Participação econômica dos sócios - Autonomia e independência - Educação, formação e informação - Cooperação entre cooperativas - Interesse pela comunidade 	<ul style="list-style-type: none"> - Igualdade - Democracia - Justiça econômica - Autoajuda; - Democracia - Autorresponsabilidade - Autoajuda - Solidariedade

Fonte: Vargas (1995, tradução nossa).

Ao discutir a democracia cooperativa, Desroche (2006) propõe uma estrutura-tipo, composta por quatro sujeitos (sócios, empregados, administradores e gerentes) representadas em uma figura geométrica, que ele denominou de quadrilátero cooperativo. A figura 01 mostra a representação visual da estrutura-tipo e as possibilidades de rupturas nos processos democráticos.

Figura 01 – Quadrilátero cooperativo de Desroche, com a estrutura-tipo e suas possíveis rupturas da democracia interna.

Fonte: Desroche, 2006.

Desroche (2006, p. 135) aponta que o funcionamento das relações entre esses grupos representados acima não é automático, sendo que “a chave para a democracia cooperativa é precisamente estabelecer comunicações, ou mesmo convergências, entre esses quatro polos”.

O autor também discorre que esses quatro tipos de sujeitos aparecem com o crescimento das cooperativas, podendo em cooperativas menores, ou em cooperativas de produção, o quadrilátero ser reduzido a um triângulo (DESROCHE, 2006). É o caso das cooperativas estudadas nessa pesquisa, sendo que as estruturas-tipo de cada uma delas será exposto mais adiante, no capítulo dos estudos de caso.

2.2 Concepções, correntes do cooperativismo e projeto societário

As concepções teóricas assumidas, consciente ou inconscientemente, por uma cooperativa ou parte do movimento cooperativo, trazem consigo algum projeto de sociedade, sejam de adaptação a ordem vigente, seja de reformá-la, seja de revolucioná-la. Entre esse projeto societário e seu arcabouço ideológico, existem as ações práticas das cooperativas, que as conduzem em direção a uma das duas correntes, que no Brasil evidenciam-se e são discutidas neste trabalho.

Do ponto de vista teórico-conceitual, e isso carrega uma relação dialética com a prática, Rêgo e Moreira (2013) discutem três concepções a respeito do cooperativismo, uma linha que segue o socialismo utópico, outra marxista e uma anarquista. Zwick e Pereira (2013) citam outra corrente, a do reformismo social-liberal.

Na linha do pensamento utópico, os principais pensadores são Robert Owen e Charles Fourier, que elaboraram suas ideias na primeira metade do século XIX, e defendiam a associação entre as pessoas, sem distinção de classe, superando o individualismo, mas louvando a liberdade, onde todos(as) tivessem acesso à cultura, educação, saúde e moradia, enfim, à realização de suas necessidades humanas (RÊGO e MOREIRA, 2013). Zwick (2011) e Carvalho (2012) acrescentam a esses dois pensadores, o nome de Saint Simon.

O pensamento marxista sobre cooperativismo, que tem como base Karl Marx, Rosa Luxemburgo, Karl Kautsky, e Trotsky, traz um recorte de classe social, englobando a ideia de trabalho associado e coletividade no sentido de emancipação da classe operária, sendo que a intercooperação, internacional inclusive, é um elemento fundamental para esta conquista (RÊGO e MOREIRA, 2013).

Os anarquistas defendem a vida em coletividade, sem classes sociais, porém esse princípio de união mútua surge a partir das ações do indivíduo e dependem do fim do Estado, sendo seus principais autores Pierre-Joseph Proudhon (meados do séc. XIX), Piotr Alexeyevich Kropotkin (fim do séc. XIX, início do séc. XX) e Elisée Reclus (meados do séc. XIX) (RÊGO e MOREIRA, 2013).

As ideias do reformismo social-liberal defendem a adaptação das cooperativas dentro do sistema capitalista, para melhor desenvolvimento das mesmas (ZWICK e PEREIRA, 2013).

As cooperativas podem ser entendidas como uma proposta alternativa atual ao sistema capitalista, tanto economicamente, quanto organizacionalmente, defendem Zwick e Pereira (2013). Para os autores, o debate sobre o papel das cooperativas aponta duas direções. Uma que discute na perspectiva de contribuir para a superação do capitalismo e transformação social, e outra que se limita apenas em reformar o sistema econômico capitalista (ZWICK; PEREIRA, 2013).

Considerando a lógica de gestão das cooperativas, Chiariello (2008) estudou experiências de cooperativas que seguem duas grandes correntes ou lógicas distintas, uma dita tradicional/empresarial e outra denominada de popular/solidária. Segundo Chiariello (2008, p. 110), existe de um lado “uma vertente [tradicional] que defende a atuação da cooperativa enquanto uma empresa que busca o lucro e, de outro [popular], a apreciação do cooperativismo como instrumento de emancipação através do trabalho coletivo e da solidariedade”. O uso dessas nomenclaturas representa as correntes no Brasil que, segundo o Chiarello (2008), se deve ao fato do cooperativismo no país ter sofrido, durante quase todo o século XX, a influência do Estado e ter sido utilizado por uma burguesia agrária para seus interesses.

Ressalta-se que existe uma terceira corrente, que Gonçalves (2003) denomina de fraudulentas, como o próprio nome diz, não são cooperativas verdadeiras, apenas malabarismos jurídicos e burocráticos para reduzir tributos e encargos trabalhistas. Portanto, essas cooperativas não são de fato cooperativas.

A primeira corrente, a tradicional-empresarial, traz no seu bojo um projeto de sociedade menos desigual, mais equilibrado, porém sem ultrapassar os marcos do modo de produção capitalista, ou seja, sem uma real emancipação dos(as) trabalhadores(as).

A segunda corrente, a popular-solidária, carrega em si um projeto de sociedade alternativo ao capitalismo, que visa superar os processos de alienação, tendendo, portanto, a uma emancipação dos(as) trabalhadores(as).

Considerando então as correntes desenvolvidas no Brasil, a que representa uma perspectiva de transformação social, é aquela ligada a economia solidária, que Singer (2002; 2003; 2012) concebe como um projeto de sociedade, uma alternativa ao modo de produção capitalista, capaz de transformar as formas de solidariedade da classe trabalhadora em uma ferramenta de sua própria emancipação.

De um ponto de vista histórico, Chayanov (2017) defendeu o cooperativismo camponês russo como um caminho para contribuir no processo revolucionário iniciado em 1917. Antes, no final do século XIX, Marx (2017), já colocava a importância das experiências coletivas das comunas camponesas russas, para construção de uma revolução russa (SHANIN, 2017 a).

Enquanto projeto societário, Desroche (2006, p. 152) alerta para o fato de que o cooperativismo “movimenta-se não dentro do desejável a ser recomendado, mas no possível a ser programado; não em uma realidade sobre a qual se pode fantasiar, mas no realizável a ser cumprido”, por esse motivo, o autor defende um modelo em que as cooperativas possuem gerentes e empregados, para se inserir no mercado concorrencial, o que coloca mais elementos para se garantir a questão da democracia interna. Porém, o autor é categórico ao afirmar que “em nenhum lugar, o projeto cooperativo é projeto de sociedade dominante” (DESROCHE, 2006, p. 146). Como visto, o movimento cooperativista não é algo ideal e monolítico, mas uma construção da práxis humana que não segue um caminho único.

A partir das reflexões teóricas sobre as correntes do cooperativismo desenvolvidas no Brasil, a tradicional-empresarial e a popular-solidária, e das experiências empíricas das cooperativas camponesas estudadas nesse trabalho, percebe-se que o quadrilátero (FIGURA 01, acima) proposto por Desroche (2006) é uma estrutura-tipo relacionada não somente com o tamanho da cooperativa, como afirma o autor, mas sobretudo ao modelo de cooperativismo assumido pela mesma.

2.3 As categorias trabalho assalariado, autogestão, solidariedade e emancipação

2.3.1 Trabalho associado

O trabalho é categoria fundante na teoria marxista, é a partir dele que os homens e mulheres transformam os meios naturais ao mesmo tempo em que se transformam, diferenciam-se da natureza e fazem-se seres sociais e históricos (LESSA; TONET, 2008).

Portanto, as formas e relações de trabalho se alteraram ao longo da história e dos modos de produção. Engels (2004) explica que nesse processo o trabalho manual foi colocado em segundo plano, sendo sobreposto pelo trabalho intelectual, a ponto de ser atribuído a este trabalho todo o progresso civilizatório. Desde fases iniciais do desenvolvimento da sociedade, com a família primitiva, por exemplo, “a cabeça que planejava o trabalho já era capaz de obrigar mãos alheias a realizar o trabalho projetado por ela” (ENGELS, 2004, p. 25).

No capitalismo o trabalho é dominado pelo capital que, conseqüentemente, se apropria do produto resultante desse trabalho (MARX, 2006). Este fato resulta na alienação do trabalhador, consistindo, segundo Marx (2006) na exteriorização do trabalho em relação ao trabalhador, trabalho esse que não é voluntário, mas forçado, imposto. É um processo de desumanização, de reificação do trabalhador, a serviço da reprodução do capital, que está sob a “*estrutura de comando do capital*, sem paralelo na história, cuja função é salvaguardar os interesses vitais do sistema dominante” (MÉSZÁROS, 2002, p. 623, grifos do autor).

Segundo Mângia (2003), a força de trabalho vendida, faz com que os frutos desse processo tenham seu valor de uso transformado em valor de troca, além de fazer com que os trabalhadores não produzam para a satisfação expressa de suas necessidades.

Vale ressaltar que “a divisão social do trabalho é condição para o processo de estranhamento, mas não é o suficiente. Todo estranhamento tem por base uma divisão social do trabalho, mas nem toda divisão social do trabalho é necessariamente estranha” (IASI, 2006, p. 106). É necessário ainda “a sociedade produtora de mercadoria e a forma capitalista de produzir mercadorias” (IASI, 2006, p. 107).

Neste sentido, devem-se considerar as formas de trabalho individual e de trabalho coletivo, uma vez que “a economia solidária deve ser apreendida como um movimento que se situa no contexto do trabalho associado” (BENINI *et al.*, 2012, p. 10). Iasi (2006, p. 108) afirma que “a base do trabalho especificamente capitalista acha-se em elementos não propriamente capitalistas, mas que constituem funcionalmente o ser do capital [...]. Entre esses elementos encontramos a cooperação”. Na cooperação, a força social é mais que a simples somatória das forças individuais (MARX, 2005; IASI, 2006).

2.3.2 Autogestão

As experiências de autogestão acontecem, ou aconteceram, em uma perspectiva de autonomia dos trabalhadores. Um exemplo é o caso da Bulgária no final da década de 1980, na denominada perestroika búlgara, que, dentre outras medidas, transformou as empresas que eram estatais em autogestionadas (GODOY, 1989).

No caso Búlgaro, o processo de autogestão tinha a assembleia geral como órgão superior de gestão, elegendo e demitindo diretores; os coletivos de trabalhadores, porém, formavam os órgãos de autogestão, os quais definiam o que produzir, de quem comprar insumos e a quem vender a produção (GODOY, 1989). O resultado das operações de mercado era apropriado pelos trabalhadores, que se realizava segundo a quantidade e qualidade do trabalho por eles desenvolvido (GODOY, 1989).

Morais (2002), considerando o processo organizativo, afirma que o comportamento do camponês é diferente e, às vezes, oposto ao do trabalhador rural assalariado. Segundo o autor, em cooperativas camponesas, os desvios em seu funcionamento são recorrentes e aparecem em pouco tempo, sejam eles na parte produtiva ou nas questões administrativas.

Para Alfazaro (2002), o sistema cooperativo, baseado na autogestão, é a semente de um novo modo de produção, que apresenta como características mais importantes: a) meios de produção coletivos, b) participação social na administração, gestão, planejamento, distribuição e controle, c) eleições democráticas, d) estrutura organizativa eficiente, e) participação social nas tomadas de decisão, acesso as informações e repartição dos benefícios, e f) caráter de classe.

A autogestão numa empresa solidária é – ou deveria ser – totalmente diferente da gestão capitalista, em primeiro lugar porque os conflitos entre interesses seccionais devem ser muito menores e em segundo porque podem ser travados abertamente e resolvidos por negociações em que todos tomam parte (SINGER, 2003, p. 20).

A decisão coletiva, participativa e democrática, é a base da autogestão, prática essa que exige esforço dos sócios trabalhadores, uma vez que a reprodução social do sistema capitalista e sua superestrutura está baseada em práticas diametralmente opostas (SINGER, 2012).

2.3.3 Solidariedade

A solidariedade no âmbito da economia, para Singer (2012), precisa ser organizada de forma igualitária e associada, pelos próprios trabalhadores, os quais produzem, comercializam e consomem. Contudo, o autor defende a necessidade do Estado para mediar a redistribuição da renda de forma solidária.

A construção de cooperativas na lógica da economia solidária requer a intenção e disposição cotidiana de assumir os princípios de solidariedade, igualdade e democracia (SINGER, 2012). Ressalta-se que esses são valores clássicos do cooperativismo (ICA, 2018b).

A solidariedade deve ser algo concreto e “as práticas de autoajuda dos trabalhadores precisam ir além do imediato da sobrevivência, para uma perspectiva de enfrentamento das causas profundas da sua espoliação” (BENINI *et al.*, 2012, p. 14), criando formas de solidariedade orgânica.

Este é um desafio para as cooperativas, vivenciar e praticar formas de solidariedade e ajuda mútua, ao menos internamente, pois, uma vez inseridas dentro da hegemonia capitalista, sofrem influência das práticas individualistas e de concorrência, inerentes ao sistema do capital (STAHL; SCHNEIDER, 2013).

2.3.4 Emancipação

Resgatar o conceito de emancipação humana em Marx é fundamental para compreensão dos desafios atuais das alternativas socialistas (IASI, 2007). Nessa perspectiva, a transformação da sociedade deve se dar “a partir das relações sociais

de produção e de propriedade e não, simplesmente, através de alterações na forma do Estado” (IASI, 2007, p. 53).

A emancipação dos seres humanos só será alcançada com a supressão da propriedade privada; superando, assim, a alienação objetiva e subjetiva em que se encontram (MARX, 2006). Marx (2006, p. 29, grifos do autor) acrescenta ainda que “a *emancipação política* em si não é a *emancipação humana*”.

A emancipação humana é a emancipação do trabalho como simples meio de vida, é a superação do trabalho enquanto valor de troca, é superação do capital enquanto mediador da sociabilidade humana e, por fim, é a superação do Estado (IASI, 2006; 2007).

A ação política e a derrubada do Estado são atos necessários, mas insuficientes no processo de emancipação; sendo mais cruciais os objetivos do trabalho, ou seja, a sua superação frente ao capital e o ato dos trabalhadores controlarem “positivamente os processos produtivos e distributivos dos quais dependem o desenvolvimento e a autorrealização dos indivíduos” (MÉSZÁROS, 2002, p. 928).

Para Benini *et al.* (2012), os componentes estruturantes da práxis da economia solidária – o trabalho associado, a autogestão e a solidariedade – não garantem a construção de um novo modo de produção, porém são pontos de rupturas que podem ser base de um novo sistema social, se estiverem associados e dentro de um projeto político.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Para esta investigação foi utilizada a pesquisa do tipo quantitativa e qualitativa, já que são complementares, com abordagem indutiva, que a partir de dados particulares infere um conhecimento mais amplo (BRUMER et al., 2008).

Foi realizado, primeiramente, em agosto de 2018, um estudo exploratório em três cooperativas na Região Geográfica Intermediária de Belém e na Região Geográfica Intermediária de Castanhal, o que possibilitou a definição das cooperativas a serem estudadas. Seguiu-se a intenção de garantir abrangência territorial; de abranger formas e tempos diferentes na evolução das cooperativas; de representar diferentes filiações às entidades de representação; e da diversidade nos produtos e formas de comercialização (QUADRO 02). Assim sendo, as organizações estudadas nesse trabalho foram: Cooperativa Agropecuária dos Produtores Irituienses (D'Irituia) (Irituia-PA), Cooperativa Mista dos Agricultores entre os Rios Caetés e Gurupi (Coomar) (Santa Luzia do Pará) e Cooperativa dos Fruticultores de Abaetetuba (Cofruta) (Abaetetuba-PA).

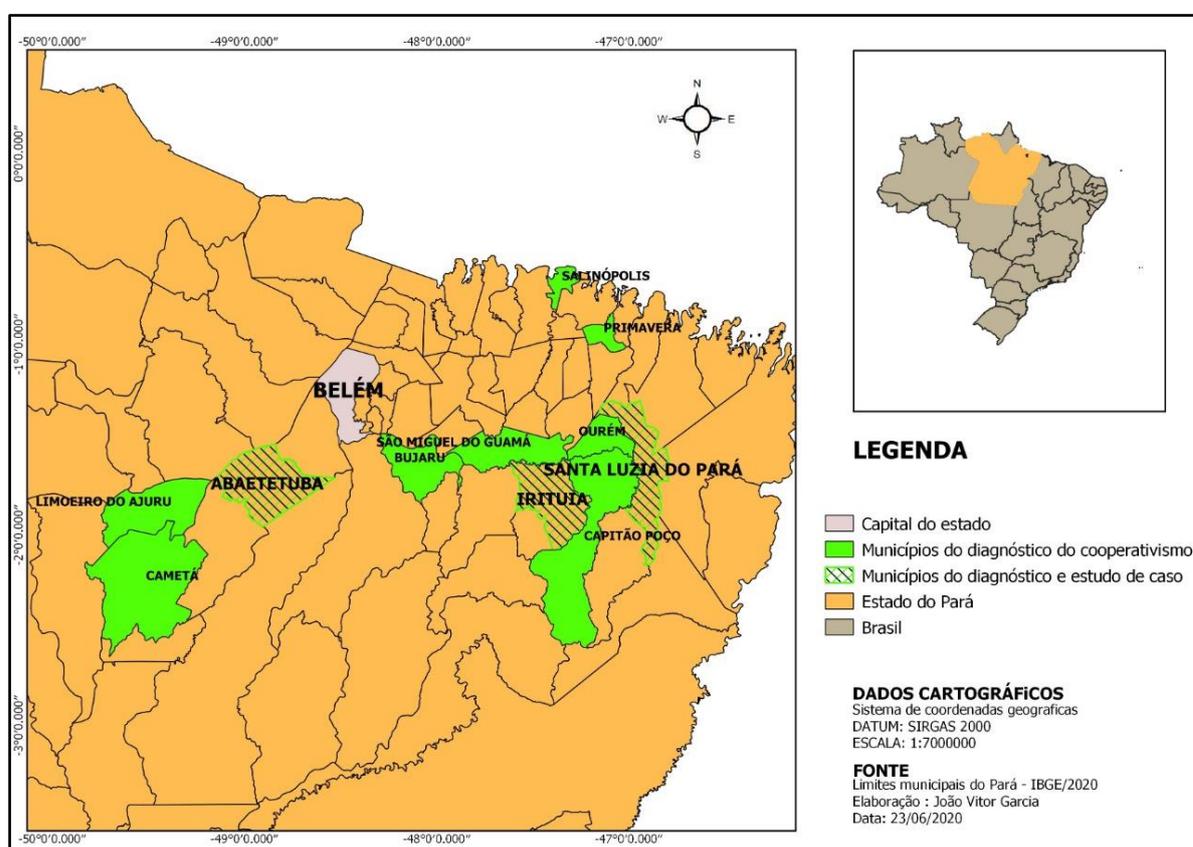
QUADRO 02 – Critérios que orientaram a definição das cooperativas a serem estudadas, 2019.

Critérios	D'Irituia	Coomar	Cofruta
Região Geográfica Intermediária	Castanhal	Castanhal	Belém
Região Geográfica Imediata	Castanhal	Bragança	Abaetetuba
Tempo de existência	8 anos	23 anos	17 anos
Tipo de agricultura familiar	Sem especificação	Maioria quilombolas	Grande parte ribeirinhos
Filiação	OCB	Sem filiação	Unicafes
Estruturas coletivas	Sede Caminhão	Cantina solidária Sede Caminhão	Agroindústria Sede Caminhão
Formas de comercialização	Feiras, redes, compras institucionais e atacado (empresas)	Mercado de varejo, redes, compras institucionais e atacado (empresas)	Compras institucionais e atacado (empresas)

Fonte: Elaboração própria.

Partiu-se de um estudo quantitativo de 14 cooperativas (FIGURA 02), no segundo semestre de 2019, e aprofundou-se na situação concreta de três cooperativas, analisando algumas categorias e alguns indicadores, que serão apresentados mais adiante. Os indicadores analisados a partir da leitura geral das cooperativas permitiram interpretar os fatores determinantes para o movimento cooperativista nas regiões geográficas estudadas. Para Freitas (2007), esse método permite compreender a realidade e suas contradições, a partir de conceitos e categorias que se realizam na prática social.

FIGURA 02 – Mapa com os municípios sede das cooperativas estudadas.



Fonte: pesquisa de campo, 2019.

A reconstrução histórica descritiva do cooperativismo camponês no Pará, a partir da década de 1970, ficou prejudicado devido a dinâmica das instituições, as mudanças na administração do governo federal e a notória vontade política de diminuir as atividades e funções de alguns órgãos. No Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), superintendência regional com sede em Belém, ainda estava sem a nomeação do(a) superintendente até a primeira quinzena de dezembro de

2019, além da sua biblioteca não estar em funcionamento. Outrossim, as pessoas responsáveis, tanto no Incra, quanto na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), pelas ações ligadas ao cooperativismo, no tempo que existiram, já estão aposentadas, e não houve um processo de continuidade ou transmissão das informações. Portanto, as entrevistas históricas (QUADRO 03) com informantes-chave, do Incra e da Sudam) não ocorreram. Com os representantes da União Nacional das Cooperativas de Agricultura de Familiar e Economia Solidária (Unicafes) e da Cáritas Brasileira houve limitação, pois as pessoas não tinham um conhecimento mais detalhado das ações antigas dessas entidades. Ainda sim, houve tentativas de acesso aos arquivos das entidades, porém sem sucesso. Informantes-chave, produtivos, foram os da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Agrário e Piscicultura (Sedap) e OCB.

Além dessas entrevistas, foi feita pesquisa documental (estatutos e relatórios de atividades) e bibliográfica, interessante para investigações históricas, com objetivo de descrever ou comparar fatos sociais e suas características (PÁDUA, 2012). Isso possibilitou confrontar os dados primários obtidos com dados secundários, mais amplos no cooperativismo nas regiões geográficas estudadas.

Foram realizados estudos de caso para se analisar a trajetória de três cooperativas da agricultura familiar camponesa paraense. Para Becker (1994), isso permite uma análise mais detalhada, uma melhor explicação das dinâmicas e uma compreensão mais abrangente do grupo estudado, que, para tal, lança-se mão de diversas técnicas de coleta de dados. Neste sentido, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas com sócios(as) das cooperativas, dirigentes e não dirigentes, bem como trabalhadores(as) contratados(as), no caso em que ocorreu este tipo de relação de trabalho (QUADRO 03). Essas entrevistas tiveram o objetivo de coletar dados sobre as concepções, contradições e novidades das cooperativas, bem como sobre os indicadores sobre trabalho, gestão e solidariedade. A padronização através do roteiro de entrevista (APÊNDICE A) é importante, pois permite comparar respostas, ao passo que possui flexibilidade para o surgimento de outras questões (PÁDUA, 2012). Também lançou-se mão de entrevistas históricas com informantes-chave, a fim de realizar uma reconstrução histórica da evolução das três cooperativas inseridas nos estudos de caso.

QUADRO 03 – Quantitativo de entrevistas históricas e entrevistas semiestruturadas realizadas.

INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	QUANTITATIVO
Coomar	Sócio não dirigente	6 semiestruturadas e 1 histórica
	Sócio dirigente	3 semiestruturadas e 1 histórica
D'Irituia	Sócio não dirigente	5 semiestruturadas e 1 histórica
	Sócio dirigente	4 semiestruturadas
	Trabalhadora não associada	1 semiestruturada
Cofruta	Sócio não dirigente	3 semiestruturadas e 1 histórica
	Sócio dirigente	2 semiestruturadas e 1 histórica
Cáritas Brasileira	Assessora	1 Semiestruturada
Sedap	Servidora	1 histórica
OCB/Sescoop – PA	Presidente e Superintendente	2 históricas
Unicafes ³	Liderança	1 histórica
	Total	34

Fonte: Elaboração própria.

A elaboração das linhas do tempo foi realizada de forma diferente com cada cooperativa, devido a dinâmica de cada uma delas e a disponibilidade dos sócios dirigentes. Essa técnica foi adotada, pois permite o levantamento de informações objetivas e subjetivas sobre a história da cooperativa, possibilitando visitar situações passadas e perceber as mudanças ocorridas, que trouxeram até a situação atual, sendo que aquelas são fruto das ações internas dos sujeitos e estão sob as influências externas de instituições e organizações (KUMMER, 2017). Assim, com a Coomar, foi realizada de forma coletiva com a diretoria, já com a D'Irituia, apenas com um sócio fundador, e com a Cofruta, esta disponibilizou uma linha tempo já construída pela diretoria. Para tanto, os dados foram sistematizados no quadro proposto no apêndice B, segundo as etapas inicial, intermediárias (crises, oportunidades etc.) e atual.

Outra técnica utilizada nos estudos de caso foi a observação direta (APÊNDICE C), por meio da participação em reuniões e assembleias (QUADRO 04), bem como o acompanhamento do cotidiano das cooperativas e das famílias (uma semana contínua em cada cooperativa), para que se pudesse identificar, segundo Becker (1994) conflitos e contradições. A observação direta, o olhar e o ouvir (OLIVEIRA, 1996), foi utilizada como forma de apreender os fenômenos sociais para

³ A pessoa entrevistada não está oficialmente ligada a Unicafes, mas liderando um processo de reorganização da entidade no estado do Pará.

construção do saber científico. Isso foi complementado com a realização de fotografias que, para Loizos (2008, p. 137), “oferece um registro restrito mais poderoso das ações temporais e dos acontecimentos reais – concretos, materiais”.

QUADRO 04 – Reuniões e assembleias das cooperativas observadas em pesquisa de campo.

COOPERATIVA	ATIVIDADE	PERÍODO
D'Irituia	Reunião SPG	7 atividades entre dez. 2018 e dez. 2019
	Reunião da diretoria	1 atividade em ago. 2019
	Assembleia Geral	1 atividade em jan. 2019
Coomar	Reunião da diretoria	1 atividade em out. 2019
	Assembleia Geral	1 atividade em nov. 2019
Cofruta	Reunião com os(as) sócios(as)	1 atividade em set. 2019
	Reunião com grupo de colombianos	1 atividade em set. 2019

Fonte: Elaboração própria.

No caso da cooperativa D'Irituia, foi realizada uma observação participante nas ações que envolveram o processo de construção de um Sistema Participativo de Garantia (SPG), que objetivava a certificação orgânica de seus produtos. Acompanhou-se e prestou-se assessoria à assembleia, reunião geral com sócios(as), reunião com a diretoria, além de visita técnica às propriedades dos(as) sócios(as).

Para caracterizar as cooperativas camponesas na Região Geográfica Intermediária de Belém e na Região Geográfica Intermediária de Castanhal, foi realizada a coleta de dados através de questionário (APÊNDICE D). Dados esses, que foram sistematizados e analisados de forma horizontal e por meio de estatística descritiva, realizada no Microsoft Excel®, versão 2006, segundo o tipo de cooperativa, a especialização, a produção, a temporalidade e as relações de trabalho existentes. O levantamento dos dados dessas cooperativas foi feito via internet e por meio de pesquisa de campo, sendo encontradas um total de 27 cooperativas (APÊNDICE E). Foram enviados questionários objetivos para todas as cooperativas identificadas. Contudo, somente 14 entidades responderam ao questionário, três se negaram a responder e com dez não se conseguiu contato.

A análise dos dados, das entrevistas semiestruturadas e históricas, foi feita através da sistematização e análise horizontal e vertical, baseada na hermenêutica-dialética que, para Minayo (2010), permite uma reflexão a partir da práxis dos sujeitos pesquisados, possibilitando uma compreensão crítica da realidade social,

apreendendo “a prática social empírica dos indivíduos em sociedade em seu movimento contraditório”.

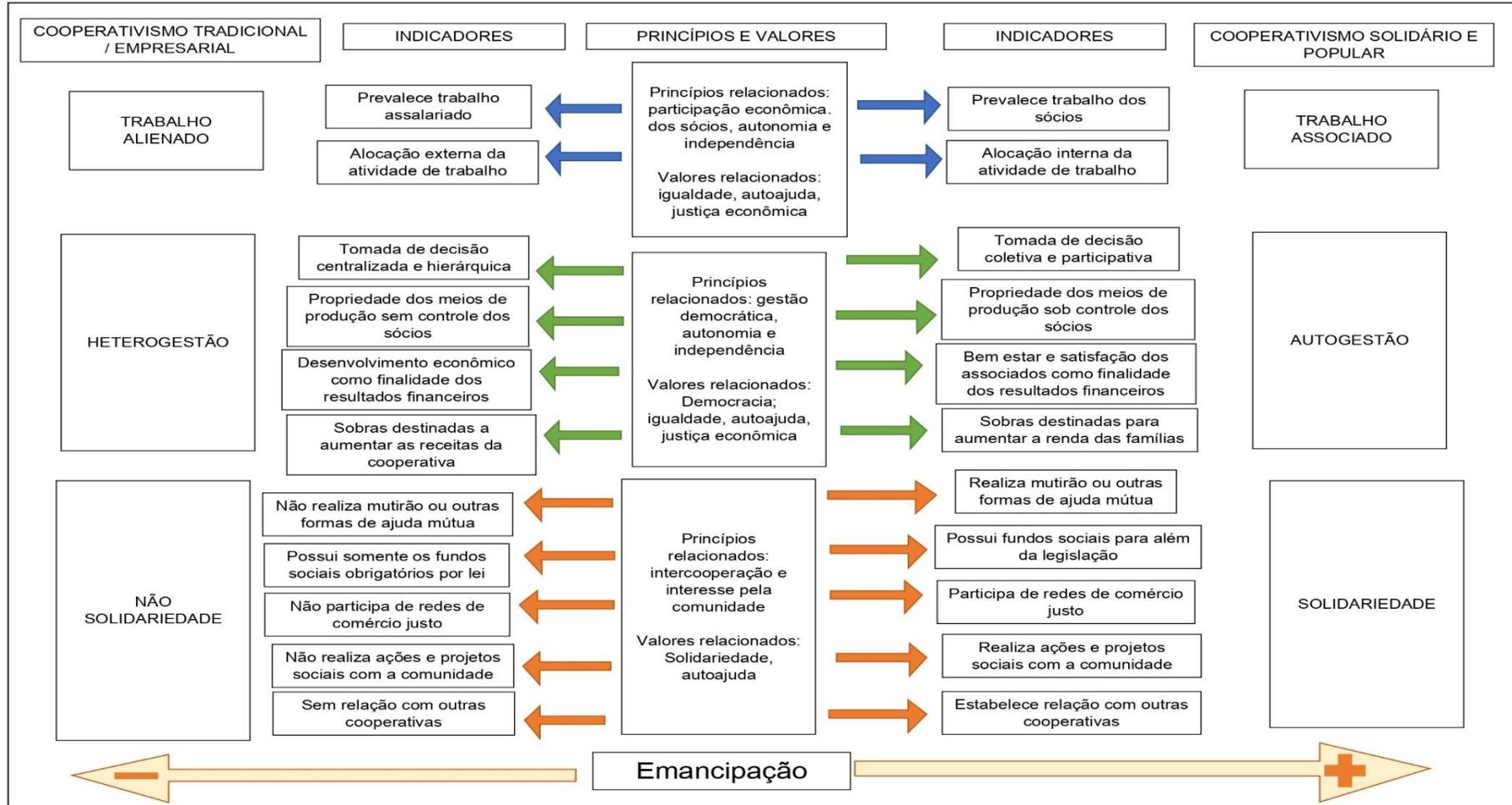
Essa análise foi feita a partir de categorias definidas *a priori*, a partir do debate acadêmico. Foram utilizadas quatro categorias, sendo as três primeiras retiradas de Benini *et. al.* (2012) e Silva (2018), são elas: a) trabalho; b) solidariedade; c) gestão e d) emancipação. Tem-se o entendimento que a emancipação é o resultado de como as três categorias anteriores se apresentam na prática, por isso não entra no quadro de análise proposto com indicadores, mas como tendência.

Abaixo segue a proposta de modelo analítico (FIGURA 03), com as categorias e respectivos indicadores, relacionando o tipo de cooperativismo.

Para a elaboração do quadro tomou-se por base três eixos, trabalho, gestão e processos de solidariedade, tendo cada um deles uma subdivisão em indicadores, nas duas colunas intermediárias. Cada eixo desses também se relaciona com os princípios e valores clássicos do cooperativismo que, no quadro, estão descritos na coluna central.

Cada eixo tem também dois polos, que vão indicar um cooperativismo popular-solidário ou um cooperativismo tradicional-empresarial, explicitados nas colunas da extremidade. Por fim, o entendimento é que, quanto mais os indicadores colocam as cooperativas no polo à esquerda, menos emancipatória são suas práticas. Conseqüentemente, quanto mais no polo à direita, suas práticas assumem um caráter mais emancipatório.

FIGURA 03 – Modelo analítico tipificando cooperativismo tradicional e cooperativismo popular solidário.



Fonte: Elaboração própria,

A formatação do trabalho foi realizada segundo as normas técnicas, NBR 6023:2002a, NBR 6.024:2012a, NBR 6.027:2012b, NBR 6.028:2003, NBR 10.520:2002b e NBR 14.724:2011 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (2002a, 2002b, 2003, 2011, 2012a, 2012b). Também orientou-se pelas normas sistematizadas do Ineaf.

4 A HISTÓRIA DO COOPERATIVISMO: NO MUNDO, NO BRASIL E NO PARÁ

A origem do cooperativismo, entendido como o sistema de cooperativas, remete a meados do século XIX e está ligada à classe operária na Inglaterra. A literatura clássica aponta a cooperativa de consumo de Rochdale, de 1844, como a precursora do cooperativismo (SINGER, 2012; ABRANTES, 2004; ICA, 2018a), que atualmente tem grande importância socioeconômica mundial (VEIGA; FONSECA, 2001).

O cooperativismo surgiu como reação da classe trabalhadora frente às condições de opressão econômica e social em que viviam na Europa, em meio a Revolução Industrial, marcadas pela contradição entre capital e trabalho (SINGER, 2012; RÊGO; MOREIRA, 2013).

Coque (2002), em estudo sobre a América Latina, afirma que já havia experiências de caixas de poupança e crédito no México e Venezuela, no início do século XIX, antes da fundação da cooperativa de Rochdale. O autor afirma ainda que “a conquista europeia reduziu a ajuda mútua tradicional ao introduzir formas cooperativas alheias ao continente” (COQUE, 2002, p. 151, tradução nossa).

No Brasil, as cooperativas que constituíram a base do movimento cooperativista brasileiro foram as de crédito e as agrícolas, na primeira década de 1900 (ABRANTES, 2004; VEIGA; FONSECA, 2001). Esse processo se deu sob a influência da colonização europeia no sul do país, como afirma Pinho (2004, p. 13):

[...] no começo do século XX começaram a aparecer algumas cooperativas inspiradas em modelos trazidos por imigrantes estrangeiros, alguns deles anarquistas e sindicalistas, ou por uns poucos idealistas brasileiros, que tinham conhecimento do sucesso de associações de crédito cooperativo para pequenos agricultores, na Alemanha e na Itália.

A conformação das classes sociais no campo marcou a formação da corrente hegemônica que veio a se desenvolver no Brasil, o cooperativismo de cunho empresarial, somada ao contexto político que forjou as legislações nacionais e as políticas públicas, a saber, a ditadura de Vargas de 1930 e ditadura militar de 1964, orientou o caráter das cooperativas que foram surgindo até a década de 1980 (SOUZA, 2009; SERRA, 2013; LOCATEL; LIMA, 2018).

O cooperativismo foi crescendo a nível nacional, de modo que surgiram legislações para sua regulação. Pinho (2004) descreve detalhadamente essa evolução, tendo como marco importante a primeira lei em 1932 que consolida em parte

o cooperativismo no Brasil com a base doutrinária de Rochdale e com certa flexibilidade para funcionar e se constituir. Essa flexibilização jurídica se deu pelo fato de que a lei não circunscreve todos os princípios rochdaleanos.

Com a ditadura militar, passa por um período de forte centralidade e controle do Estado, sendo que, com a lei 5.764/71, define-se a política nacional de cooperativismo e se cria “a *representação única* do cooperativismo pela OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras)” (PINHO, 2004, p. 39, grifo da autora), criada em 1969.

Como exemplos de interferência estatal, Pinho (2004, p. 37) cita a proibição de alguns tipos de cooperativa, como as de seguro, e o fato dos órgãos normativos governamentais poderem intervir nas entidades numa gama de situações diferentes, afim de “resguardar a lei e defender o interesse coletivo”. Com a Constituição Federal de 1988, a interferência por parte do Estado é eliminada das organizações cooperativas, pelo menos do ponto de vista legal (ABRANTES, 2004; PINHO, 2004).

Isso está explícito na Constituição Federal de 1988, no capítulo I, “Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos”, art. 5º, inciso XVIII, que garante “a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas, independentem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento” (BRASIL, 1988).

Em 1998, a Medida Provisória nº 1.715 criou o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), inserindo o cooperativismo no Sistema “S”. Isso implica em dizer que de fato e de direito o sistema OCB/Sescoop passa a ser um sindicato patronal, na prática, tendo como contribuição sindical uma porcentagem sobre os salários dos trabalhadores assalariados das cooperativas associadas. Para a OCB (2020), isso “deu condições efetivas de avanço para o setor. A partir desse instante, passou a ser estruturado e desenvolvido, assumindo uma função operativa mais expressiva da década de 2000 em diante”, acrescenta ainda que “com o SESCOOP, o cooperativismo passou a investir fortemente no processo de profissionalização das pessoas”.

Na década de 1990 e início dos anos 2000, as cooperativas ligadas a economia solidária e as de vertente sindical passam a não reconhecer a OCB como a entidade de representação do cooperativismo brasileiro (PINHO, 2004).

A não-representação única da OCB, eliminada *de fato* pelos participantes da vertente cooperativa solidária e alguns de seus simpatizantes, foi confirmada pela vitória de Lula e por seus pacotes de medidas impactantes, destinados a marcar a ‘face social’ de seu governo, no Dia Internacional do Cooperativismo, em julho de 2003 (PINHO, 2004, p. 9, grifos da autora).

A incompatibilidade dos interesses de classe, beneficiando a burguesia agrária, leva ao surgimento de sistemas de representações ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e ao MST, o Sistema de Economia Solidária (Ecosol) e o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), respectivamente (SOUZA, 2009). Como entidades representativas nacionais surgem a Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil (Concrab), em 1992, a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (Unisol-Brasil), em 2000, a União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes), em 2005, e a União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias (Unicopas), em 2014, reunindo as três primeiras.

O sistema Ecosol, tem como estratégica a organização de complexos cooperativos flexíveis e adequados à realidade socioeconômica de cada localidade, além de projetos de desenvolvimento local baseado na economia solidária (SOUZA, 2009). Já no SCA, o desafio era criar cooperativas dos(as) assentados(as) do MST, sendo que as mesmas não teriam função meramente econômicas, mas também seriam ferramentas de luta política dos(as) trabalhadores(as) contra o capitalismo, constituídas em núcleos de base (SOUZA, 2009).

Para Souza (2009, p. 77), esses dois sistemas “procuram desenvolver um cooperativismo mais voltado à autogestão dos cooperados, (...) onde a participação e os ganhos sejam mais igualitários”, opondo-se ao cooperativismo tradicional, que luta “entre a adaptação à lógica do mercado e o compromisso com as questões de reforma social” (Ibidem, p. 77).

4.1 O cooperativismo no estado do Pará

No estado do Pará, o impulso para o cooperativismo se deu durante a ditadura militar. Nesse período, foram desenvolvidos dois projetos: 1) o Projeto de Desenvolvimento do Cooperativismo no Pará (Prodeco-PA), de 1970 e 2) o Plano Integrado de Cooperativismo do Estado do Pará (Picep), de 1975.

O Prodeco-PA contava com técnicos de diversas instituições e, liderado pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), entendia o cooperativismo como forma de associativismo rural e que visa o desenvolvimento econômico dos agricultores (SUDAM, 1970). Esse projeto forneceu assistência e

capacitação técnica, administrativa, contábil e financeira, além de campanhas de difusão do cooperativismo em escolas (ibid).

Contudo, a pesquisa feita na biblioteca da Sudam, no documento que relaciona os projetos aprovados entre 1964 e 1982 (SUDAM, 1983), constatou que nenhum deles contemplou alguma cooperativa.

De forma semelhante, o Picep, contou com a parceria entre diversas instituições, sendo liderado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), tinha o objetivo de renovar e fortalecer as cooperativas paraenses (INCRA, 1975). O projeto desenvolveu atividades de assistência técnica, administrativa e contábil, de capacitação, de normatização e fiscalização e de difusão do cooperativismo, além de um diagnóstico e da elaboração de projetos (ibid).

Não foi possível obter outras informações junto ao Incra, pois os funcionários públicos, responsáveis pelos projetos de cooperativismo na época em que ocorreram, já estão aposentados. Outrossim, a biblioteca da instituição não estava em funcionamento.

A Sedap⁴ desenvolve ações de apoio e incentivo ao cooperativismo desde pelo menos o final da década de 1970, é o que relatou a funcionária pública I.S.C. (67 anos, Coordenação de Municipalização e Modernização da Agricultura Familiar), que atuou na equipe da Coordenação de Organização Rural e Gestão Social, que desenvolveu atividades de apoio ao cooperativismo, “através de cursos de capacitação aos cooperados, a infraestrutura, através de programas de apoio a produção, com a cessão de equipamentos agropecuários e o fornecimento de insumos” (I.S.C., 67anos, funcionária da Sedap, entrevista concedida em dez. 2019).

Em 1979 a Secretaria de Estado de Agricultura firmou convênio com a Secretaria de Saúde Pública- Sesp, e desenvolveu na Colônia do Prata, um trabalho (...) [no qual] foi criada uma entidade denominada de Caixa Agrícola da Colônia do Prata, que tinha por finalidade a prestação de serviços aos seus associados de acordo com os princípios cooperativistas. O Projeto ‘Produção e Comercialização de Produtos Agrícolas na Colônia Do Prata’, foi iniciado em 1979, com a implantação de 10.000 pés de pimenta do reino, 12.000 pés de mamão e 5.000 pés de guaraná. (I.S.C., 67anos, funcionária da Sedap, entrevista concedida em dez. 2019).

Também em 1979, foi criado o Sistema Estadual de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapab), que

mantinha um conjunto de ações articuladas com o objetivo de reduzir a

⁴ A Secretaria Estadual de Desenvolvimento Agrário e Piscicultura (Sedap) é a secretaria responsável pela política agrícola do estado, é necessário informar que anteriormente já possuiu outra denominação, Secretaria de Estado de Agricultura (Sagri), que foi alterada em 01 de janeiro de 2015.

dependência do produtor em relação ao Estado. O Seapab era formado pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), Instituto de Terras do Pará (Iterpa), Centrais de Abastecimento do Pará (Ceasa), Frigoríficos e Matadouros do Pará (Frimapa) e **Cooperativa Agropecuária do Pará (Copagro)**, sob a coordenação da Secretaria de Estado de Agricultura. (I.S.C., 67anos, funcionária da Sedap, entrevista concedida em dez. 2019).

Ainda, na década de 1980, através do Departamento de Ações Comunitárias (Depac) da Sedap

apoiou diversas formas de organização dos produtores rurais em associações ou **cooperativas**, para facilitar o acesso dos agricultores aos serviços do governo, e orientava quanto à produção, comercialização, situação fundiária e outros itens relacionados ao homem do campo. (I.S.C., 67anos, funcionária da Sedap, entrevista concedida em dez. 2019).

Atualmente, segundo a servidora, a Secretaria ainda tem ação que engloba o cooperativismo, que é “o Programa ‘Apoio a Produção e a Comercialização da Agricultura Familiar’” (I.S.C., 67anos, funcionária da Sedap, entrevista concedida em dez., 2019).

Durante os anos 1990, a Cáritas Brasileira⁵ no Pará, realizou um trabalho com cooperativismo popular, de assessoria e elaboração de projetos, além de manter um jornal sobre o tema do cooperativismo⁶. Essa entidade, dentre outras ações, desenvolve projetos de fortalecimento da economia solidária no Brasil, portanto, na lógica de um cooperativismo popular-solidário (CÁRITAS, 2015).

A OCB é, pela lei nº 5.764/1971, a Lei do Cooperativismo, a única representante legal e a mesma se considera “defensora dos interesses do cooperativismo brasileiro”, sendo que “a partir dessa regulamentação, a OCB pôde organizar as unidades estaduais e as cooperativas passaram a se enquadrar em um modelo empresarial, possibilitando sua expansão econômica” (OCB, 2020). Portanto, seguindo a corrente tradicional-empresarial.

Na década de 1990, a ação da OCB no Pará tinha um foco nas cooperativas crédito da região metropolitana de Belém, de certo modo, não dando atenção para as

⁵ A Cáritas Brasileira, que tem a economia popular solidária como uma das áreas de atuação, é uma organização ligada a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, e compões uma rede internacional de mesmo pré-nome, tendo como foco das seus atividades as pessoas empobrecidas e em situação de vulnerabilidade, afim de viabilizar ferramentas para transformação de suas realidades (CÁRITAS, 2020). Para entender o trabalho da Cáritas com economia solidária, conferir Singer, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: Santos, B. S. (org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002. p. 81-129.

⁶ Informações coletados com RMAS durante o pré-campo, agosto de 2018.

cooperativas do ramo agropecuário, principalmente aquelas ligadas a agricultura familiar camponesa. Isso pode ser explicitado na fala de um representante da OCB:

No final da década de 90 o Governo Federal cria o Sescoop, com a criação dele é que de fato começa a ter um fôlego pra ter uma ação, pois tinha orçamento próprio. Isso coincidiu com o surgimento das cooperativas na área urbana de Belém, que são as cooperativas de crédito e algumas de transporte. Antes disso concentrava-se no interior do estado, que eram as cooperativas agrícolas, que não tinha ainda essa questão da agricultura familiar, mas ligadas ao extrativismo e a fruticultura. (J.M.S.J., 40 anos, OCB/Sescoop, entrevista concedida em jan. 2020).

Como exemplo, tem-se a criação da Central das Cooperativas de Crédito do Pará (Cerespa), em 1992, que na época foi fundada com onze cooperativas de crédito urbano de Belém e apenas uma do interior do estado (CARVALHO, 2007).

A entidade, que “antes era uma entidade muito mais urbana que rural, olhava muito mais para as cooperativas urbanas, do que rurais” (J.M.S.J., 40 anos, OCB/Sescoop, entrevista concedida em jan. 2020), dá uma guinada a partir de 2016, com uma análise do acesso, ou possibilidade dele, ao mercado institucional, por parte das cooperativas rurais. Juntamente com o resultado do diagnóstico do cooperativismo paraense, realizado no mesmo ano pelo Sistema OCB/Sescoop.

[...] a gente lança, em 2016, o primeiro diagnóstico do cooperativismo paraense, e começa a pensar, o que tá faltando na agricultura familiar pra desenvolver? Começa a trabalhar a parte da organização da produção. Começa a articular parceria com algumas instituições que a gente julgava que era importante para o desenvolvimento das cooperativas agrícolas, Adepará, a universidade federal [UFPA], IFPA e a UFRA. Hoje nosso principal trabalho é se relacionar com as entidades o que elas precisam para o desenvolvimento. (J.M.S.J., 40 anos, OCB/Sescoop, entrevista concedida em jan. 2020).

Pelo fato do Sistema OCB/Sescoop, estar incluso no sistema “S”, sendo a OCB um sindicato patronal, a arrecadação se dá conforme número de trabalhadores assalariados. Por esse motivo a relação com as cooperativas camponesas, em alguns estados, se torna dificultosa, porém a entidade tem se dedicado a trabalhar com esse segmento no Pará.

A gente tem o entendimento, e esse é o entendimento da nossa gestão, se a gente se propõe a ser um órgão de representação, eu não posso segregar. Vamos entender porque existe essa divisão. A nossa principal fonte de recurso do sistema cooperativista vem do Sescoop, e quem mantém a arrecadação são as cooperativas que têm empregados. Quase 90% do que a gente arrecada no estado do Pará vem de um sistema cooperativista [saúde]. O restante vem das cooperativas de crédito. Do ramo agro, só temos cinco cooperativas que tem empregado, que é a Camta, a Coopernorte, a Cooper, a Coopertuc, e uma outra. Então as cooperativas da agricultura familiar não têm empregado, então, conseqüentemente, essas cooperativas não contribuem para o Sescoop. As unidades estaduais [da OCB] algumas pensam, ‘se não contribuem, não tem porque a gente atender’, mas aqui no

estado, não, a gente se propõe a atender todo mundo. A nossa visão é muito peculiar. (J.M.S.J., 40 anos, OCB/Sescoop, entrevista concedida em jan. 2020).

Atualmente a OCB-PA, vem organizando uma iniciativa de constituição de três cooperativas centrais no estado do Pará, sendo uma no nordeste paraense.

Na região nordeste, hoje, quase todo município tem uma cooperativa ligada a agricultura familiar. Temos estimulado hoje a organização delas em cooperativas de 2º grau, em cooperativas centrais. Hoje, está em processo de construção e formalização uma cooperativa central dessas cooperativas da região nordeste, os municípios de Irituia, Vigia, Primavera, Capitão Poço, toda essa região nordeste do estado. O principal negócio delas é a fruticultura. (J.M.S.J., 40 anos, OCB/Sescoop, entrevista concedida em jan. 2020).

A motivação desta iniciativa é a decisão da OCB em ajudar as cooperativas da agricultura familiar não somente na organização da produção, mas na gestão e acesso a mercado, bem expressa na fala do superintendente: “justamente porque uma cooperativa de 2º grau, ela começa a não se preocupar só com a produção, mas com gestão e acesso de mercado” (J.M.S.J., 40 anos, OCB/Sescoop, entrevista concedida em jan. 2020).

OCB/PA também influenciou a criação da Lei Estadual nº 7.780/2013⁷, ainda não regulamentada, e a criação de uma frente parlamentar do cooperativismo, com atuação na assembleia legislativa estadual. “Essa lei foi uma provocação nossa, numa época em que quase todas as unidades federativas estavam criando leis específicas do cooperativismo. E aqui no estado a gente infelizmente ainda não conseguiu regulamentar ela” (J.M.S.J., 40 anos, OCB/Sescoop, entrevista concedida em jan. 2020).

A Unicafes, no Pará, encontra-se sem uma representação oficial. Em entrevista com G.S.J. (53 anos), que está liderando o processo de rearticulação da entidade no estado, o mesmo relatou que a entidade iniciou no Pará em 2007, dois anos após ter sido fundada nacionalmente, “teve o auge em 2012, mas faltou compreensão e praticamente não existe mais. Não teve base social pra se consolidar” (G.S.J., 53 anos, Unicafes, entrevista concedida em jan. 2020). Desde agosto de 2019, tem acontecido o Programa de Educação do Cooperativismo Solidário

⁷ A lei institui a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo, cabendo ao poder público, dentre outras coisas, criar instrumentos e mecanismos de estímulo ao cooperativismo, prestar assistência técnica, capacitação e formação às cooperativas, incentivar financeira, fiscal e economicamente as mesmas. Para isso, exige das cooperativas que estejam registradas na Junta Comercial do Estado do Pará e na OCB/PA. A lei institui também Conselho Estadual de Cooperativismo e propõe a regulamentação do Fundo Estadual de Cooperativismo.

(PECSOL)⁸, com a participação de cooperativas antigas da Unicafes, como as de Igarapé-Miri, de Cametá, de Abaetetuba, de Salvaterra e, a mais recente, de Bujaru. “A perspectiva é a retomada a Unicafes em 2020” (G.S.J., 53 anos, Unicafes, entrevista concedida em jan. 2020).

Ressalta-se que o trabalho da Unicafes é com a agricultura camponesa, e defende a lógica da corrente do cooperativismo popular-solidário, uma vez que apoia “as cooperativas no desenvolvimento de suas iniciativas econômicas e na expansão e consolidação do cooperativismo na agricultura familiar e economia solidária” (UNICAFES, 2020).

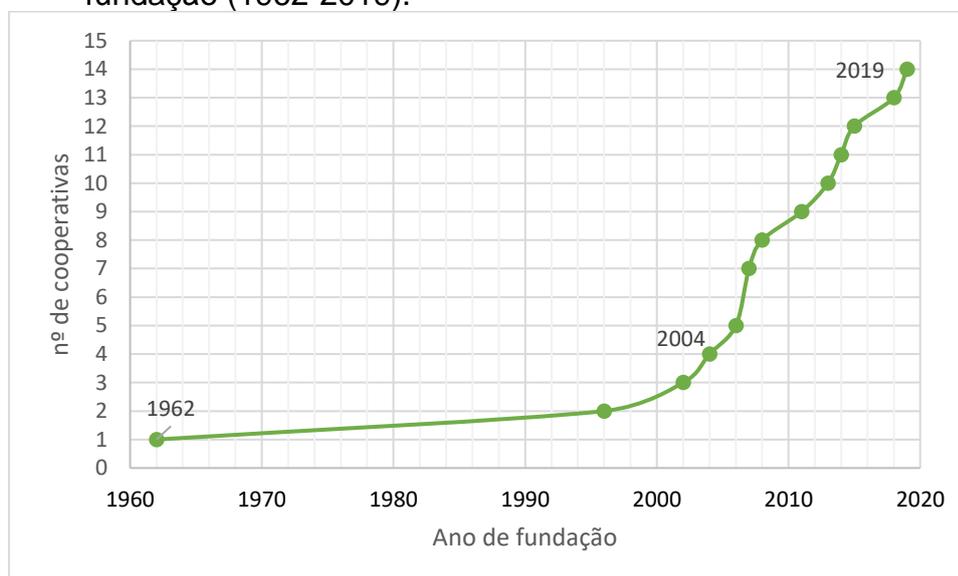
⁸ O Programa de Educação do Cooperativismo Solidário (PECSOL) é uma iniciativa da Unicafes, que “tem como objetivo realizar ações de educação e formação cooperativista para qualificação da Gestão e Governança das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária.” (UNICAFES, 2019, p. 5).

5 DIAGNÓSTICO DO COOPERATIVISMO PARAENSE

Como exposto acima, os dados quantitativos se referem às 14 cooperativas camponesas das regiões geográficas Intermediárias de Belém e Intermediária de Castanhal. Vale reiterar que foram solicitadas para responder ao questionário a totalidade de 27 cooperativas camponesas atuantes nessas regiões, sendo que três cooperativas se recusaram a responder o questionário e dez não responderam ao contato.

Considerando os dados gerais, nota-se que o surgimento da maioria das cooperativas se deu após 2003, quando foram iniciadas as compras institucionais através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (GRÁFICO 01). É notório o crescimento acelerado da curva, uma vez que três cooperativas foram criadas antes de 2003, e outras 11 foram criadas após esse marco.

GRÁFICO 01 – Número acumulado de cooperativas das regiões geográficas Intermediárias de Belém e Intermediária de Castanhal, por ano de fundação (1962-2019).



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

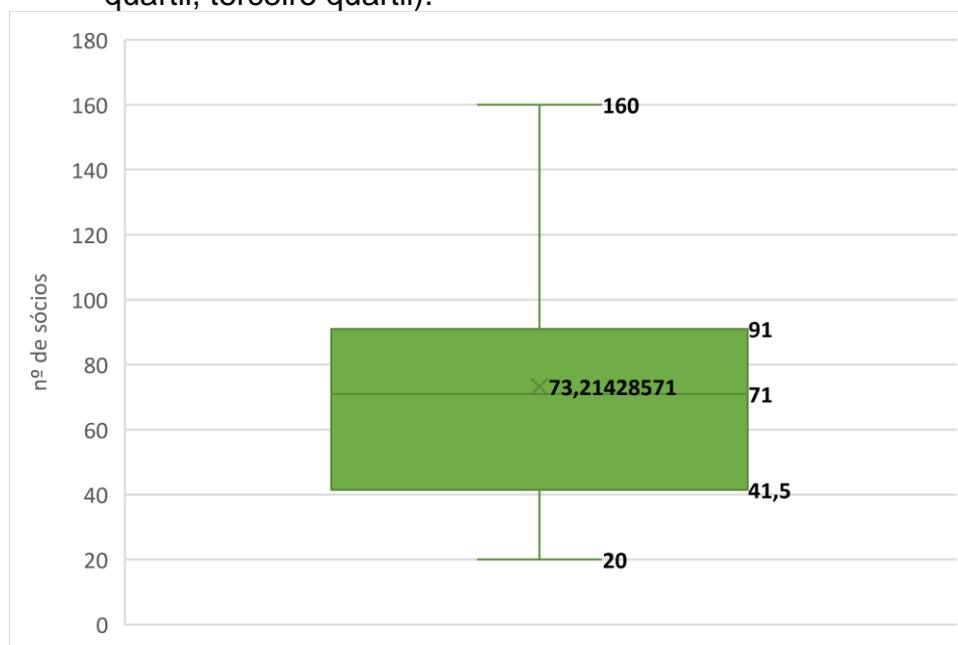
Silva e Schultz (2017) afirmam que o PAA é um mercado que existe há tempos, criado em 2003, sendo que entre 2011 e 2015, 830 cooperativas brasileiras acessaram esse programa. Já o PNAE, a partir de 2009, instituiu a exigência de que 30% do repasse do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a merenda escolar seja oriunda da agricultura familiar, o que leva a uma melhoria à

essa classe social quando organizados em associações ou cooperativas, sendo essas, pela legislação vigente, as mais apropriadas para transações comerciais (SILVA; SCHULTZ, 2017; GOMES; CEZAR, 2018). Ressalte-se que essa programa e essa política pública priorizam a compra de agricultores familiares organizados.

Esses mercados possibilitaram o crescimento, em número, das cooperativas da agricultura familiar camponesa, contudo demonstram limites seja de gestão, de modernização na verticalização da produção ou de competitividade no ambiente de compra institucional (SILVA e SCHULTZ, 2017).

Quanto ao número de sócios(as), varia entre 20 pessoas, a menor, até 160 pessoas, a maior, sendo que a média é de 73 associados(as) (GRÁFICO 02). No diagnóstico do cooperativismo paraense feito em 2018 pela OCB/PA (2019), a média de cooperados(as) no quadro social das cooperativas agropecuárias ficou muito próxima da encontrada neste estudo, com 75 associados(as).

GRÁFICO 02 – Descrição estatística das cooperativas das regiões geográficas Intermediárias de Belém e Intermediária de Castanhal, quanto ao número de sócios (mínimo, máximo, média, mediana, primeiro quartil, terceiro quartil).

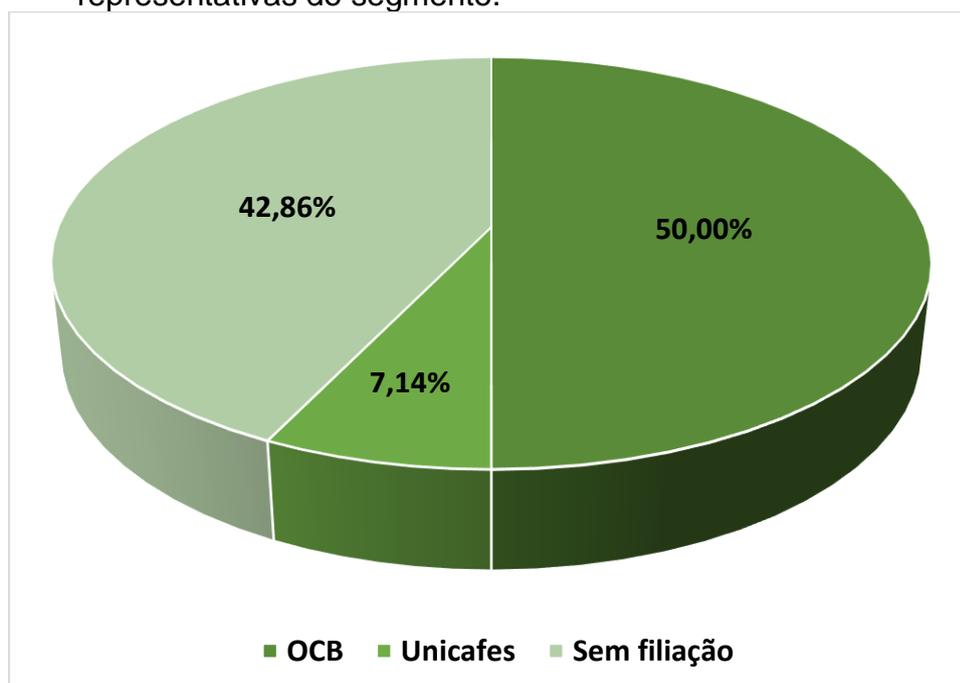


Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

A Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional de Cooperativismo, determina, em seu art. 105, que “a representação do sistema cooperativista nacional cabe à Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB” (BRASIL, 1971). Contudo, durante a década de 1990, com o debate da economia solidária, várias cooperativas

questionaram essa necessidade de representação, criando e/ou filiando-se a outras entidades, ou mesmo não se filiando a nenhuma (PINHO, 2004; SOUZA, 2009). Os dados do gráfico 03 refletem isso, pois somente metade das cooperativas estão filiadas a OCB.

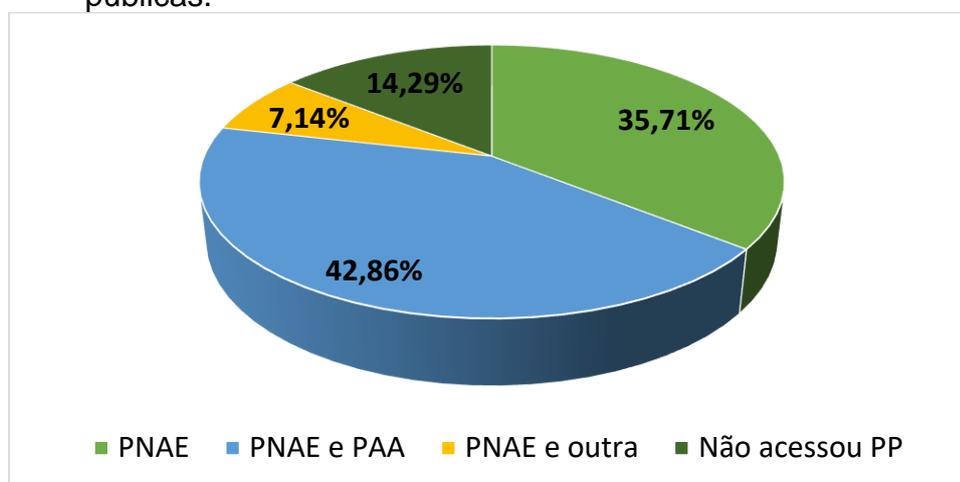
GRÁFICO 03 – Distribuição das cooperativas das regiões geográficas Intermediárias de Belém e Intermediária de Castanhal, segundo filiação a entidades representativas do segmento.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Pesam algumas críticas ao PAA e PNAE, como a necessidade de melhor adequação a lógica camponesa e não simplesmente seguir uma economia concorrencial (SILVA e SCHULTZ, 2017). As políticas públicas diferenciadas são importantes para o desenvolvimento rural. Essas duas, especificamente, têm possibilitado o desenvolvimento de cooperativas da agricultura familiar camponesa. Os dados mostram que 85,71% das cooperativas comercializaram através da PNAE, seja isoladamente ou seja associada a outra política pública, e 42,86% acessaram o PAA, neste caso também acessaram o PNAE (GRÁFICO 04).

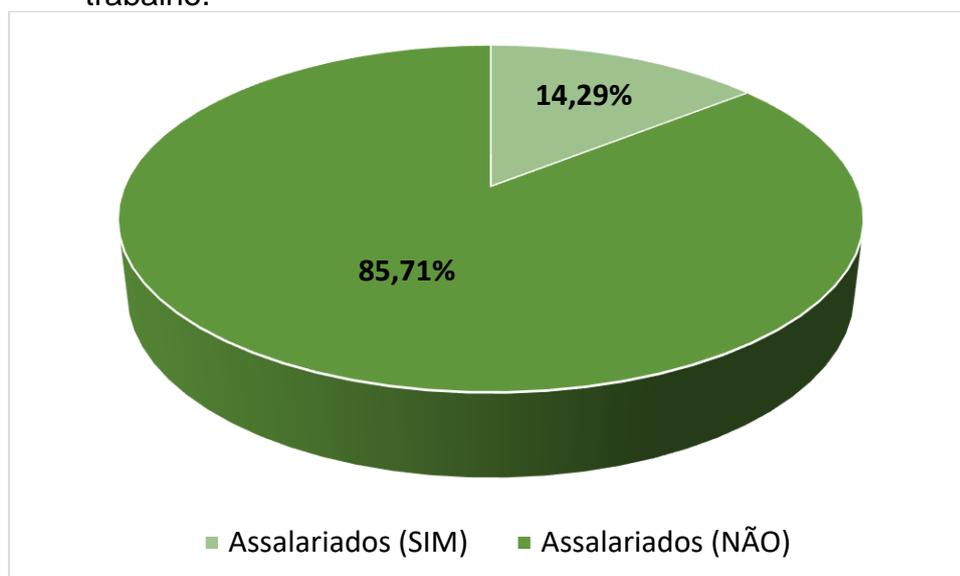
GRÁFICO 04 – Distribuição das cooperativas das regiões geográficas Intermediárias de Belém e Intermediária de Castanhal, conforme o acesso a políticas públicas.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Sobre as categorias estudadas, trabalho, gestão e solidariedade, os dados apresentam a distribuição percentual das cooperativas conforme alguns indicadores. No que diz respeito às relações trabalho, a maioria absoluta não possui trabalho assalariado (GRÁFICO 05). Os dados da OCB/PA (2019) diferem consideravelmente, pois 35,42% das cooperativas agropecuárias têm trabalhadores assalariados. Vale ressaltar que a pesquisa da OCB, realizada em 2018, com 48 cooperativas de todo o estado do Pará, foi feita somente com cooperativas associadas a essa entidade.

GRÁFICO 05 – Distribuição das cooperativas das regiões geográficas Intermediárias de Belém e Intermediária de Castanhal, segundo relações de trabalho.

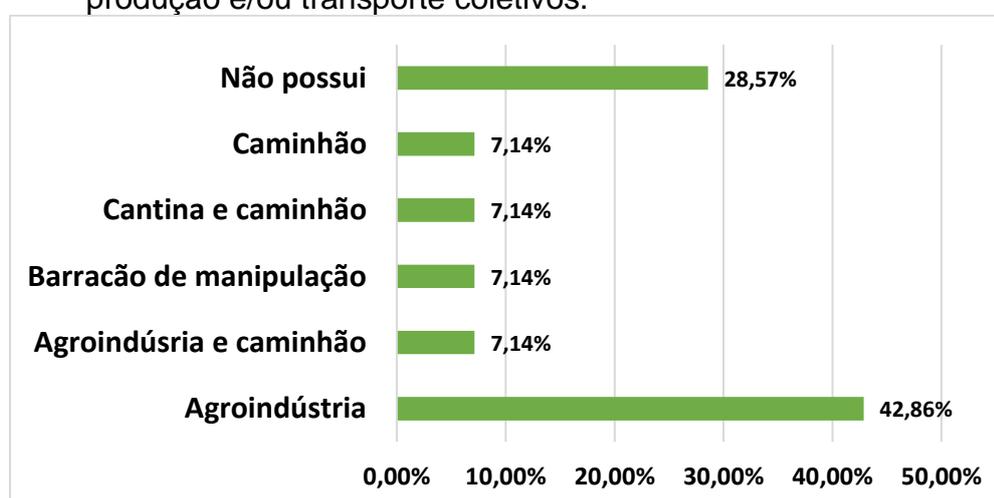


Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Quanto a propriedade social dos meios de produção, mais de um terço (35,71%) não os possui, ou possui apenas meio de transporte, como caminhão, o que ocorre com 14,28% das cooperativas (GRÁFICO 06). O gráfico mostra ainda que 50% possui agroindústria, 7,14% possui barracão de beneficiamento e 7,14% uma estrutura para comercialização, a cantina. Alerta-se para o fato de não ser possível identificar o porte das agroindústrias, nem o que é produzido nelas. Em estudo semelhante, foram identificadas 29% das entidades com transporte próprio, 15% com agroindústria e 27% com alguma estrutura simplificada de beneficiamento (OCB/PA, 2019).

Importante lembrar aqui que o diagnóstico trata de cooperativas camponesas, ou seja, de uma classe social que faz da terra, quase sempre com posse familiar, seu principal fator de produção. Isso implica em certa autonomia que, para Chayanov (2017), é fundamental ser mantida para a manutenção do modo de vida camponês, ao passo que formas cooperativas sejam construídas dentro do processo mais amplo de transformação social.

GRÁFICO 06 – Distribuição das cooperativas das regiões geográficas Intermediárias de Belém e Intermediária de Castanhal, quanto a posse dos meios de produção e/ou transporte coletivos.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Quanto ao ato exclusivo das entidades cooperativas⁹, os dados revelam que uma parte considerável (78,57%) vai além e comercializa com não sócios(as) (GRÁFICO 07). Esses dados levam a reflexão que essa é uma necessidade material

⁹ O ato a que se refere o texto o Art. 79 da Lei Federal 5.764, de 16 de dezembro de 1971, o chamado ato cooperativo, que ocorre entre cooperativas e sócios(as) ou entre cooperativas quando estas estão associadas em cooperativas de grau maior, não caracterizando operação de mercado.

para a reprodução econômica das cooperativas camponesas nesta região, que pode ser influenciada fortemente pelos tipos de produtos, seus manejos e suas sazonalidades, mas também pelo tamanho da terra, que não foi investigado. Outra possibilidade é que talvez ocorram desajustes entre o quadro social e a escala de produção, com o volume demandado para comercialização.

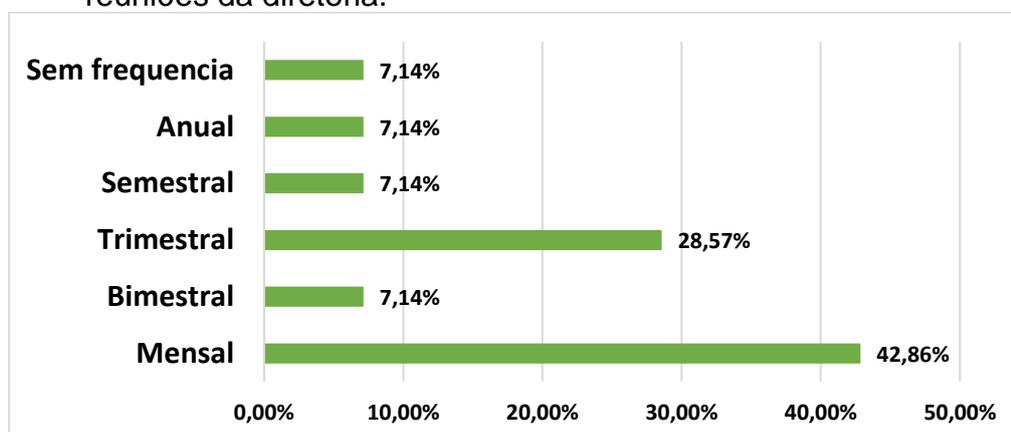
GRÁFICO 07 – Distribuição das cooperativas das regiões geográficas Intermediárias de Belém e Intermediária de Castanhal, segundo realização somente de ato cooperativo.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

A frequência das reuniões da diretoria é bem variada conforme a cooperativa, apesar de 48,86% delas terem reuniões mensais (GRÁFICO 08). Outro dado importante é que todas elas permitem a livre participação dos(as) sócios(as) nessas reuniões, o que mostra a prática de um valor do cooperativismo, a democracia, e do princípio da gestão democrática.

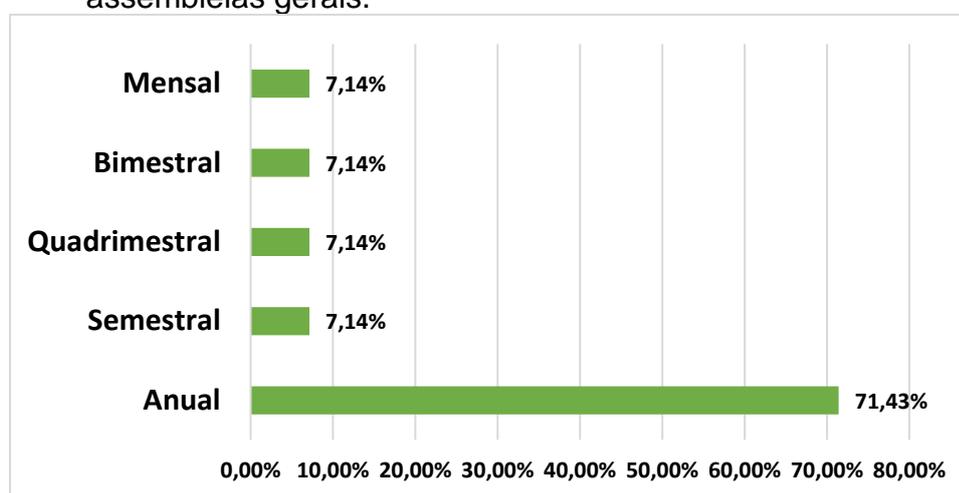
GRÁFICO 08 – Distribuição das cooperativas das regiões geográficas Intermediárias de Belém e Intermediária de Castanhal, em relação a frequência das reuniões da diretoria.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

As assembleias gerais, local onde se revela o princípio cooperativista da *gestão democrática pelos sócios*, ou como é resumido, “um sócio, um voto”, acontecem primordialmente de forma anual; em algumas cooperativas, porém, acontecem com outra frequência (GRÁFICO 09). Faz-se necessário ressaltar que gestão democrática, ou de modo mais amplo, a democracia vai para além do voto. Nesse sentido, Singer (2012) alerta para a importância da participação dos sócios, posicionamento dos mesmos e o envolvimento nas situações conflituosas, para que se garanta um processo autogestionado.

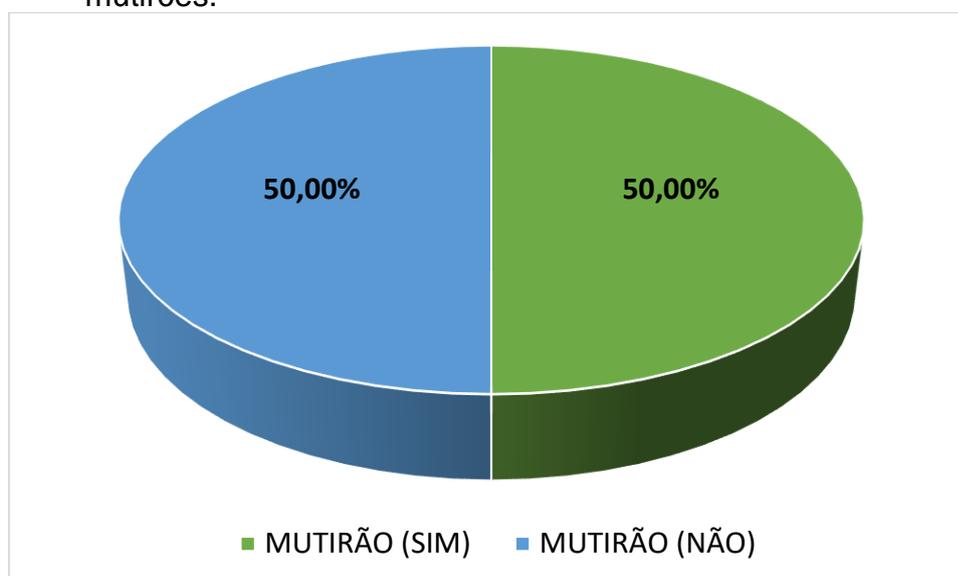
GRÁFICO 09 – Distribuição das cooperativas das regiões geográficas Intermediárias de Belém e Intermediária de Castanhal, conforme a frequência das assembleias gerais.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Ao estudar o campesinato caipira, do interior de São Paulo, entre as décadas de 1940 e 1950, Cândido (2017), discute dentre outras coisas as formas de solidariedade, que têm no trabalho coletivo um dos elementos de sua caracterização, sendo que esse tipo de trabalho, nessa classe social, se manifesta primordialmente através do mutirão. Os dados obtidos mostram que apenas metade das cooperativas realizam mutirões como ação organizada pela mesma (GRÁFICO 10). Importante demarcar que o se está registrando aqui são as iniciativas de mutirão realizadas com intencionalidade da cooperativa, portanto é provável que nas comunidades ocorram várias iniciativas coordenadas pelas famílias ou outras instituições, como por exemplo, a igreja ou a associação de moradores.

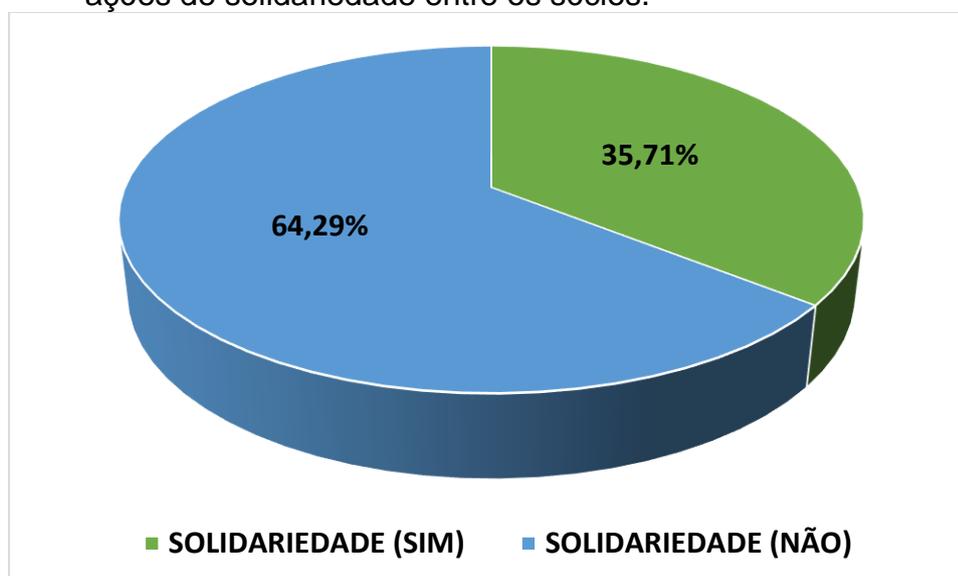
GRÁFICO 10 – Distribuição das cooperativas das regiões geográficas Intermediárias de Belém e Intermediária de Castanhal, quanto a realização de mutirões.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Quando se considera outras ações de solidariedade interna, a ocorrência é menor ainda (GRÁFICO 11). Esses dados são preocupantes, uma vez que “as prestações ou relações econômicas solidárias (ajuda mútua, trabalho compartilhado, manejo coletivo de recursos comuns compartilhados, cooperação) (...) são necessárias ao processo de produção (...) das comunidades rurais mais pobres” (SABOURIN, 2007, p. 7).

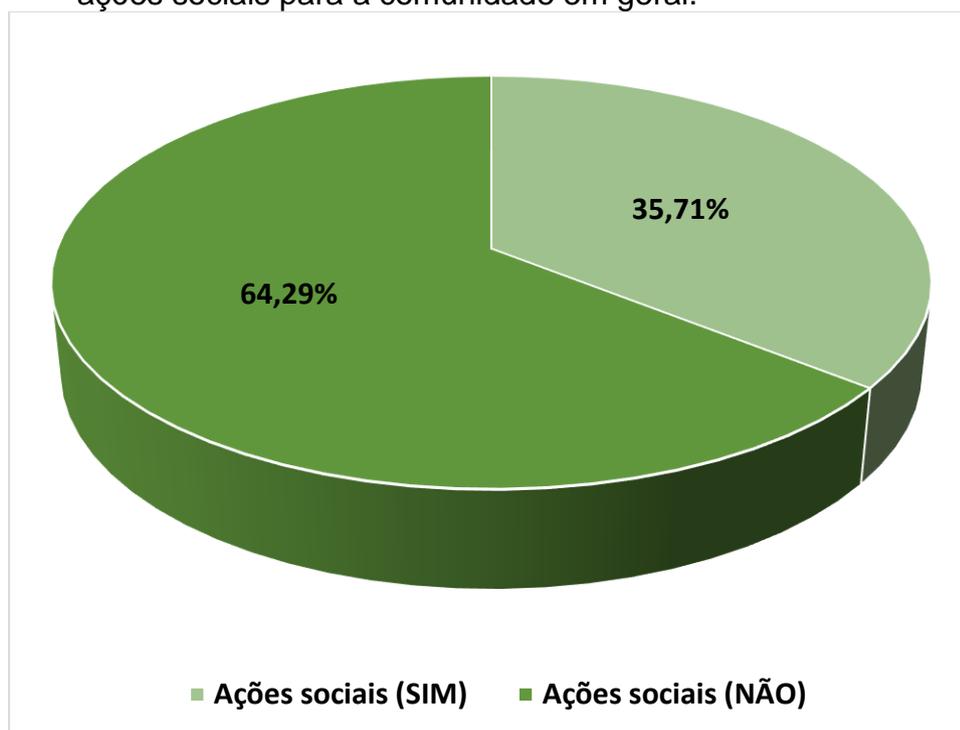
GRÁFICO 11 – Distribuição das cooperativas das regiões geográficas Intermediárias de Belém e Intermediária de Castanhal, quanto a ocorrência de ações de solidariedade entre os sócios.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Outro princípio cooperativista é o *interesse pela comunidade*, aqui observado através do indicador *ação social* na comunidade. Os dados revelaram que quase a maioria absoluta não realiza ações sociais (GRÁFICO 12).

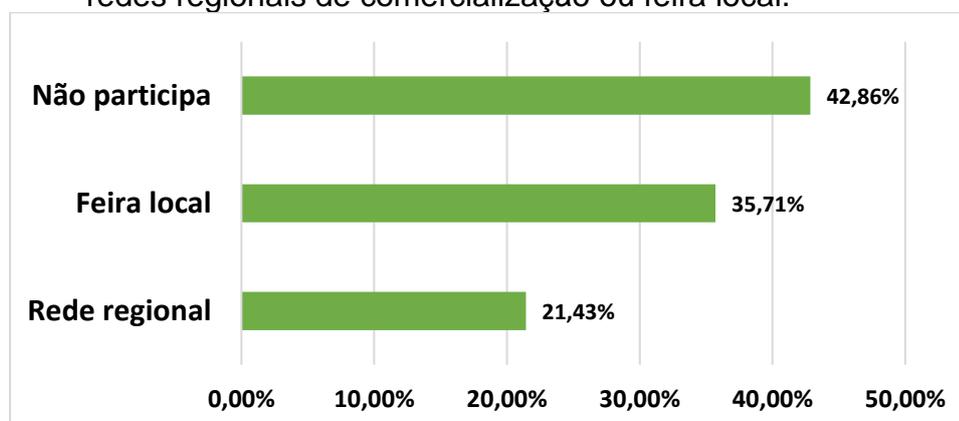
GRÁFICO 12 – Distribuição das cooperativas das regiões geográficas Intermediárias de Belém e Intermediária de Castanhal, segundo a existência de ações sociais para a comunidade em geral.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

A participação em redes de comercialização é uma estratégia utilizada por poucas cooperativas, e pouco mais de um terço delas (35,71%) se utiliza de feiras locais (GRÁFICO 13). O questionário não possibilitou verificar outras estratégias de comercialização, como por exemplo, exportação, mercado orgânico, transações com empresas ou redes de supermercado. Pode-se comparar com o diagnóstico do cooperativismo paraense feito pela OCB/PA (2019), no qual 52% das cooperativas agropecuárias usam as feiras como estratégia de comercialização.

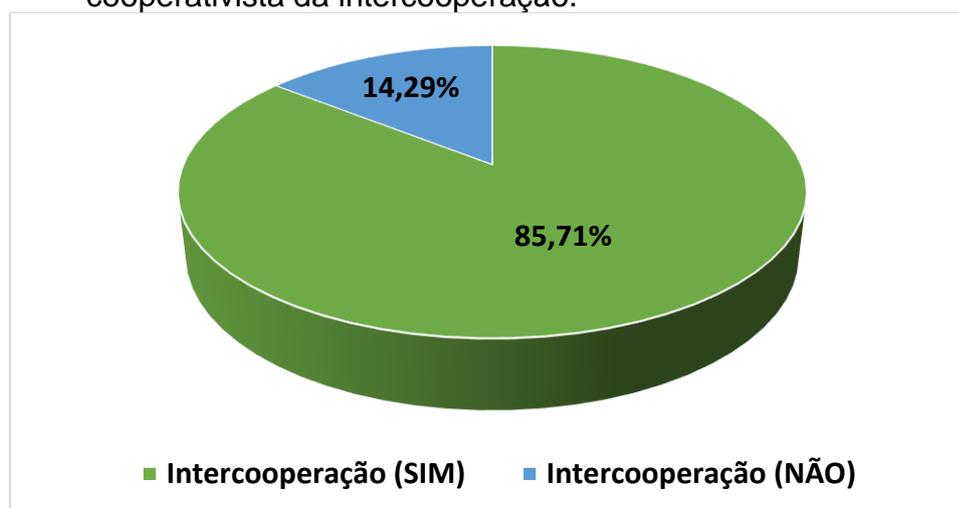
GRÁFICO 13 – Distribuição das cooperativas das regiões geográficas Intermediárias de Belém e Intermediária de Castanhal, quanto a participação em redes regionais de comercialização ou feira local.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

A falta de intercooperação é uma das contradições internas do movimento cooperativista que tende a levar a sua degeneração no sentido de um cooperativismo burocrático (STHAL e SCHNEIDER, 2013). Apesar de Kozen e Oliveira (2015) afirmarem que o ramo agropecuário é o que tem maior dificuldade em praticar a intercooperação, a realidade encontrada nas regiões estudadas não corrobora tal afirmação, pois uma porcentagem expressiva (85,71%) das cooperativas pratica esse princípio (GRÁFICO 14).

GRÁFICO 14 – Distribuição das cooperativas das regiões geográficas Intermediárias de Belém e Intermediária de Castanhal, quanto a prática do princípio cooperativista da intercooperação.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Em suma, com os dados apresentados, pode-se fazer algumas inferências sobre o cooperativismo camponês nas regiões do Pará estudadas, no sentido das vertentes cooperativistas, tendo como foco as três categorias de análise propostas:

trabalho, gestão e solidariedade. A grande maioria das cooperativas não possui empregados, o que indica uma tendência a autogestão e a solidariedade. Metade tem agroindústria, o que possibilita o trabalho coletivo e agregação de valor, aumentando a renda dos(as) sócios(as). Mais da metade participa de feiras e redes de comercialização indicando uma forte busca de aumento de renda. Mais de três quartos delas comercializam com não sócios(as), o que parece ser uma estratégia de sobrevivência nessa região. Todas mantêm os espaços formais de decisão, com assembleia geral e reuniões de diretoria, nesse caso, aberta a participação dos(as) sócios(as). No entanto, a frequência anual das assembleias, na maioria das cooperativas, possibilita do compartilhamento das decisões de gestão com os sócios. As ações de solidariedade junto as comunidades não são priorizadas, sendo mais uma vez relativizado aqui, pois podem existir outras formas de solidariedades que não foram captadas pela pesquisa. Este valor pode ser mais registrado na prática do princípio da intercooperação, feito por quase a totalidade das cooperativas.

Os dados demonstram, portanto, uma situação intermediária do cooperativismo camponês na região entre a polarização solidária-popular / tradicional-empresarial. Também instigam a estudar mais detalhadamente essas cooperativas, o que foi feito nos estudos de caso de três delas.

6 ESTUDOS DE CASO DO COOPERATIVISMO CAMPONÊS NO PARÁ

6.1 A Cooperativa Agropecuária dos Produtores Irituienses (D'Irituia)

A D'Irituia é uma cooperativa formada por agricultores(as) familiares do município de Irituia. Fundada em 2011, é uma cooperativa mista, filiada à OCB. Fruto de iniciativas pessoais, de dois sócios fundadores, que articularam outros(as) camponeses(as), bem como buscaram assessoria externa para ajudar na criação, principalmente da entidade representativa a qual está filiada. Tem como principais produtos comercializados as frutas *in natura* e suas polpas, farinha, muru-muru (*Astrocaryum murumuru*, Mart) e, atualmente, tucumã (*Astrocaryum aculeatum*, G. Mey).

Valendo-se da linha do tempo da cooperativa (APÊNDICE F), pode-se perceber que a cooperativa aumenta o número de sócios(as) concomitante ao período que passa a acessar a PNAE e o PAA, reduzindo no ano que não conseguiu acessar. Esse fluxo e refluxo no número de sócios pode indicar um oportunismo por parte desses sócios, mas também, a falta de estratégias mais amplas por parte da D'Irituia para atrair, e viabilizar a participação, de mais associados(as).

O trabalho dos(as) sócios(as) se dá de modo individual (por vezes mutirão) na propriedade. Pagotto (2009) afirma que o trabalho inserido nas cooperativas, no âmbito das comunidades locais, pode ser espaço de novas sociabilidades, contudo, neste caso da D'Irituia, não existe novidade para além do modo de vida camponês, ou seja, o trabalho familiar sem assalariamento na área que possui a posse (CHAYANOV, 2014). Ressalta-se que alguns(mas) cooperados(as) contratam trabalho assalariado, temporário ou fixo, em suas propriedades, contudo não se sobrepõe ao trabalho familiar.

Uma reflexão a ser feita é que, apesar do trabalho produtivo ser realizado e decidido na unidade familiar, a partir das demandas da cooperativa, as mesmas são ditadas pelo mercado, sejam as empresas com as quais se comercializa, seja o mercado institucional em que a D'Irituia está inserida, PAA e PNAE. Portanto, a autonomia camponesa é relativa. Para entender isso, a explicação de Ploeg (2008) é esclarecedora, pois afirma que a autonomia camponesa é um processo de luta e não exclui a interação com o mercado, sendo que para diminuir a dependência,

estabelecem padrões de cooperação, que no caso em questão, é a criação de uma cooperativa.

A cooperativa possui apenas uma trabalhadora assalariada, que cumpre as atividades administrativas da D'Irituia. Com carteira assinada e recebendo um salário mínimo, não se observam “relações espúrias” de trabalho, utilizando-se do termo de Pagotto (2009), mas a trabalhadora se encaixa no que a autora analisa como “uma tendência cada vez mais crescente de diminuição e precarização da remuneração por meio da carteira de trabalho” (ibidem, p. 86).

Apesar de relatar satisfação com o trabalho realizado para a cooperativa, a trabalhadora não decide suas atividades, o que gera algumas dificuldades como, por exemplo, a falta de tempo “A cooperativa, apesar de ser pequena, ela é grande as vezes. A questão burocrática, pra tu deixar tudo organizado, ela requer tempo e paciência, ter aquele lugar, aquele horário só teu pra tu fazer isso e um monte de coisas. E aí chega um, chega outro e acaba que falta esse tempo mesmo” (M. F. O. L., 28 anos, funcionária da D'Irituia, entrevista concedida em ago. 2019).

Isso gera conflitos, expressos na fala da funcionária:

É a falta de paciência deles, de querer tudo no imediatismo, tudo. Quando se fala de fazer uma programação para o ano todo, geralmente a gente não consegue fazer. Aí depois quando tem que fazer, ah a gente tem que plantar isso, é para agora, tem que fazer isso e é agora. É muito chato, porque a gente não se programou e aí a falta de paciência deles em quererem tudo naquele momento é estressante. (M. F. O. L., 28 anos, funcionária da D'Irituia, entrevista concedida em ago. 2019).

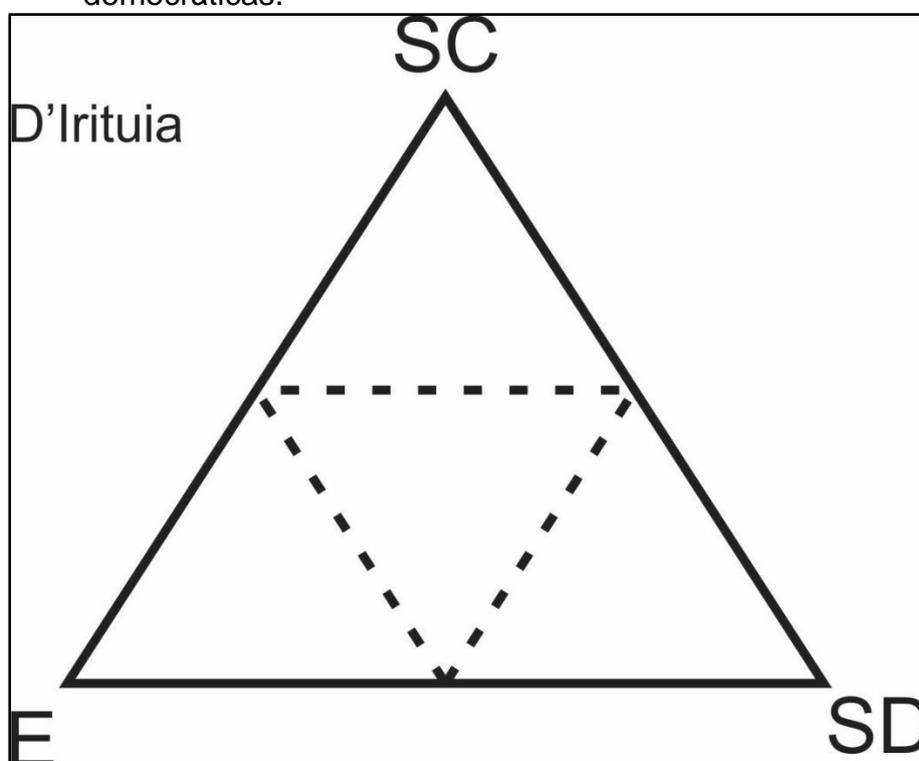
Para o processo de tomada de decisão, a D'Irituia possui reunião regular dos sócios com a diretoria mensalmente, além de reuniões esporádicas da diretoria e da assembleia geral anual. Observou-se em reuniões que algumas pessoas dominam os debates dos temas/questões a serem decididos. Observou-se também que por vezes as informações não são claras.

Baseado no acompanhamento de diversas experiências autogestionárias, a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (Anteag) considera a participação dos trabalhadores e transparência administrativa com base na informação dos mesmos, eixos fundamentais, que demonstram o nível de democracia desses tipos de empreendimentos (ANTEAG, 2005). Contudo a participação efetiva necessita de organização e partilha dos processos decisórios (ALMEIDA *et al.*, 2004).

Por vezes, a pouca participação se dá por acomodação dos(as) sócios(as), o que requer estratégias coletivas para viabilizar efetiva participação de todos(as). Alguns mantêm a presença, mas sem opinar, como expressa na fala: “gosto de escutar, pra saber contar” (F. J. C., 69 anos, sócio fundador da D'Irituia, entrevista concedida em ago. 2019).

Isso considerado, o quadrilátero proposto por Desroche (2006) para representação sintética das relações democráticas, aqui foi adaptado para a realidade da D'Irituia, se transformando em um triângulo (FIGURA 04). Nos vértices do triângulo estão os sujeitos que compõe a cooperativa, no caso específico, o(a) sócio(a) camponês(a), o(a) sócio(a) dirigente e a trabalhadora assalariada. As linhas pontilhadas representam alguma ruptura nas relações democráticas. Nesse caso, existe ruptura entre a trabalhadora e os outros dois sujeitos, pois ela não toma decisão sobre as ações da cooperativa e nem sobre o próprio trabalho. Também existe ruptura entre dirigentes e demais sócios(as), pois muitas decisões são tomadas sem participação do coletivo maior dos(as) cooperativados(as).

FIGURA 04 – Triângulo cooperativo, estrutura da cooperativa D'Irituia e suas rupturas democráticas.



Legenda: SC: Sócio(a) camponês(a); SD: Sócio(a) dirigente; E: Empregada/Trabalhadora assalariadas.

Fonte: adaptado de Desroche (2006).

A cooperativa não possui meios de produção coletivos, contudo possui um caminhão (FOTOGRAFIA 01) para transporte das mercadorias. Para o controle do transporte, foi designado um sócio não diretor com a função de coordenador desta atividade.

Percebe-se aqui a delegação de função para um sócio não diretor, o que mostra a iniciativa de trabalho para o coletivo e o compartilhamento do poder de decisão sobre as estruturas da cooperativa.

FOTOGRAFIA 01 – Caminhão da cooperativa, guardado na propriedade de uma cooperada.



Fonte: Trabalho de campo, 2019.

A finalidade dos resultados financeiros tem sido para manutenção e reprodução da cooperativa. Portanto, o retorno das sobras, segundo a diretoria, tem ficado na D'Irituia. Este é um ponto que a literatura divide de forma antagônica, para um lado, a corrente empresarial, com o resultado financeiro preferencialmente investido na ampliação do capital da cooperativa, para o outro lado destinando preferencialmente o resultado para os(as) sócios (as) na modalidade de distribuição de sobras (CHIARIELLO, 2005; BENINI *et al.*, 2008; STAHL; SCHNEIDER, 2013).

Todavia, no caso da D'Irituia, por ser uma cooperativa nova, com uma receita pequena, é importante que as sobras sejam reinvestidas na própria

cooperativa, sem que isso determine a corrente para a qual tende sua trajetória. Outro ponto a ser levantado, é que esta foi uma decisão dos(as) próprios(as) cooperados (as).

As cooperativas que primam pela ajuda mútua, são capazes de promover a solidariedade, seja interna ou externa (ZWICK; PEREIRA, 2013). No caso estudado, esta iniciativa está abalada, pois a cooperativa realizava mutirões, que já foi uma prática bem recorrente, mas atualmente não tem feito. Existe, contudo, a prática de ajuda mútua, tipo “vaquinha”. A importância dessa ação na formação do sentido de comunidade, de identidade, que bem fala Cândido (2017) e o lamento por não estar mais ocorrendo está presente nas falas dos(os) cooperados(as). Exemplificado aqui:

Nós tinha o nosso mutirão que era tão bom, mas foi a baixo. Não deu certo, no final ficamos quatro, e dos quatro, parou. Era bom, mesmo que o serviço não fosse render, mas a gente tinha o diálogo, a conversa, ‘como é que tu tá?’, eu sei de você, você sabe de mim. Então eu achava que era bom por essa forma. [parou] porque foi desanimando, se estamos dez no caminho, a onça come um, daí os nove ficam fracassados. (F. J. C., 69 anos, sócio fundador da D'Irituia, entrevista concedida em ago. 2019).

Também tentando explicar o motivo de não existir mais: “foi problema de um não poder ir e o outro também, aí fracassou. Aí de um tempo pra cá resolvemos parar” (J.O.R., 62 anos, sócio diretor da D'Irituia, entrevista concedida em ago. 2019).

A D'Irituia possui apenas os fundos sociais obrigatórios por lei, portanto sem inovação neste aspecto.

A cooperativa organiza semanalmente uma feira local, em frente ao escritório da mesma, para comercializar seus produtos (FOTOGRAFIA 02). Também participa de feiras da agricultura familiar na capital, como por exemplo, a feira da UFPA. Em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, *campus* Castanhal (IFPA/Castanhal), e por iniciativa de pessoas do Instituto, construiu-se uma estratégia denominada *Encurtando Caminhos*, uma espécie de grupo de consumo dos professores do instituto federal.

FOTOGRAFIA 02 – Feira própria, realizada em frente ao escritório da cooperativa, município de Irituia-PA.



Fonte: Trabalho de campo, 2019.

Como ação social, organiza anualmente o Dia “C”, que junto a uma feira, oferece serviços de assistência social. J. S. R. O. (49 anos, sócio fundador da D’Irituia, entrevista concedida em ago. 2019) explica que “geralmente a gente compartilha o Dia ‘C’, que é o dia de cooperar, um dia vinculado a nível nacional, a gente faz degustação dos alimentos, tem serviço médico, as vezes de cidadania, cultura”.

A D’Irituia tem praticado a intercooperação, mantendo relações comerciais e não comerciais com outras cooperativas, como, por exemplo, a “troca de conhecimentos, parcerias em feiras, parceria na venda do próprio PNAE, eles vendiam uma parte a gente vendia outra” (J.O.R., 62 anos, sócio diretor da D’Irituia, entrevista concedida em ago. 2019).

Zwick e Pereira (2013) falam da importância econômico-financeira da intercooperação, para enfrentamento de grupos econômicos mais fortes. Konzen e Oliveira (2015) acrescentam os ganhos com troca de experiência e qualificação profissional. Já Forgiarini *et al.* (2018) vão além, defendem este princípio como estratégico para o fortalecimento de todo o movimento cooperativista.

Quanto as inovações trazidas pela D’Irituia, duas foram percebidas. A primeira, é explicitada por um cooperado fundador, ao falar das motivações e

articulações para fundar a cooperativa, em que procuravam identificar alguns(mas) camponeses(as)

Então identifiquei as pessoas que (...) denominei de agricultores inovadores. Por que inovador? Porque trabalhavam os sistemas agroflorestais, sem ter tido esse apoio tanto da assistência técnica, quanto da pesquisa, então pra mim o cara que faz algo diferenciado é inovador. (J. S. R. O., 49 anos, sócio fundador da D'Irituia, entrevista concedida em ago. 2019).

A segunda inovação, gestada desde sua criação, com a vontade de ser uma cooperativa de produtos agroecológicos, foi a criação de um Sistema Participativo de Garantia (SPG). Para tanto, contou com assessoria técnica do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares da UFPA (Ineaf/UFPA), através de um projeto de extensão. Um passo anterior no caminho da certificação, em 2013, foi a cooperativa se cadastrar como Organização de Controle Social (OCS), junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o que permita a comercialização direta (produtor/consumidor) dos produtos como orgânicos, mas sem um selo que possibilite a rotulagem ou a venda para outros estados e mercados.

Ser uma OCS é uma ação simples, que não exige muita participação, nem muita burocracia, contudo limitada do ponto de vista dos benefícios na hora da comercialização, já que não existe um selo de rotulagem e somente pode ser feita a venda direta. O apoio do projeto de tecnologia social¹⁰ coordenado pelo Ineaf/UFPA foi fundamental, pois fez-se necessário um grande processo de mobilização, formação e responsabilização dos(as) sócios(as), processo esse que, durante um ano, contou com mais de dez reuniões, oficinas de capacitação, e visita técnica as unidades familiares para elaboração de um plano de manejo orgânico das famílias. Toda essa movimentação culminou com a assembleia geral e criação do SPG, sob responsabilidade da D'Irituia.

A motivação inicial pode ser comprovada tanto nos cursos preparatórios para a fundação da cooperativa, em que a temática da agroecologia estava presente, quanto na fala do presidente em uma das primeiras reuniões para a constituição do SPG, “quando fundamos a cooperativa todos sabiam que era para trabalhar com orgânico, inclusive tá na frase da cooperativa” (R. S. P., 64 anos, sócio diretor da D'Irituia, fala em reunião da diretoria da D'Irituia em abr. 2019). A frase a que ele se

¹⁰ Chamada Nº 36/2018 – B/CNPQ

refere está nos materiais de divulgação da D'Irituia: “produtos agroecológicos da Amazônia”.

Em síntese, tem-se o trabalho dos(as) sócios(as) individualizado nas unidades familiares, o trabalho não remunerado dos dirigentes e o trabalho assalariado da funcionária que desenvolve funções administrativas e burocráticas da cooperativa. Ou seja, os(as) sócios(as) assumem na íntegra as tarefas de produção e de comercialização, com apoio administrativo da trabalhadora. Os serviços de comercialização oferecidos pela cooperativa são três: a) disponibilização de documentos jurídicos e de documentos qualificando os produtos (certificação orgânica e produtos da agricultura familiar no PNAE e no PAA), b) identificação de mercados institucionais e não institucionais, com a devida contratação, além da organização e participação dos espaços de feira e c) agregação de volume (venda para Natura).

Quanto a matriz de análise, tem-se que o trabalho (de comercialização) é na forma de autogestão. As decisões são democráticas-formais, com o limite que observado na pouca participação, com um grupo restrito e centralizado. As ações de solidariedade interna acontecem em caso emergenciais e de maior necessidade, porém numa perspectiva mais comunitária isso não aparece nas ações da D'Irituia. A emancipação, portanto, fica limitada.

6.2 A Cooperativa Mista dos Agricultores entre os Rios Caetés e Gurupi (Coomar)

Com 24 anos completados em 2020, a Coomar (FOTOGRAFIA 03) é uma cooperativa camponesa formada por quilombolas, de seis comunidades, e outros(as) agricultores(as) familiares. Já houve conversa com OCB e Unicafe, mas não está filiada a nenhuma das duas, nem mantém relação atualmente. Fruto da participação nas ações das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), contou com assessoria externa, financeira inclusive, de uma organização não governamental (ONG) italiana de solidariedade. Atualmente possui 73 sócios e sede no município de Santa Luzia do Pará.

Em estudo sobre a Coomar, Muniz *et al.* (2017) identificaram três motivações iniciais dos(as) sócios(as) para criação da cooperativa, a facilidade de vender, a venda a preço justo e a exclusão da figura do atravessador.

FOTOGRAFIA 03 – Logotipo da Coomar pintado na parede externa frontal da sede da cooperativa.



Fonte: Trabalho de campo, 2019.

Assessoria externa, que se estendeu por dez anos desde a fundação, foi feita pela ONG denominada *Servizio Volontario Internazionale* (SVI). Esse tipo de apoio é fundamental nos casos das cooperativas que se inserem na lógica da economia solidária, pois dependem “em grande parte, do apoio financeiro e da assessoria de entidades de apoio, empresas, governo, *organizações não governamentais* e *entidades internacionais* de financiamento de projetos populares” (STAHL e SCHNEIDER, 2013, p. 203, grifo nosso).

O aumento do número de sócios(as), bem como a conquista e estruturas de produção e transporte, durou enquanto se manteve a assessoria técnica do SVI. O período seguinte foi de declínio no número de associados(as) e venda do trator e caminhão, apresentando recuperação após estabelecimento de contrato de comercialização com a empresa Natura e mudança na gestão, com a contratação de um gerente, sócio da cooperativa. Mais detalhes da linha do tempo da Coomar estão no quadro no apêndice G.

O trabalho da maioria dos(as) sócios(as) acontece de modo individual na propriedade, sendo que alguns sócios realizam trabalho na estrutura coletiva da

cantina solidária¹¹. Trabalho decidido na unidade familiar a partir das demandas das famílias, como é de se esperar em uma unidade familiar camponesa (CHAYANOV, 2014). O trabalho na cantina é decidido no âmbito da diretoria segundo demanda de mercado. “É decidido na diretoria. (...). É uma coisa muito bem organizada, porque o presidente tem esse cuidado, de ter a responsabilidade de tá reunindo todo mês, de ter a reunião do conselho. E lá é decido algumas coisas” (D. S. A. L., 51 anos, sócia conselheira da Coomar, entrevista concedida em out. 2019).

O presidente explica o processo de escolha dos sócios que vão trabalhar:

A gente tem um período de estágio, que a gente dá oportunidade. Geralmente são os filhos de sócios, segundo são os netos de sócios (...). A gente faz seleção com estágio, a pessoa vai estagiando (...). Nesses estágios a gente vai avaliar se a pessoa se deu bem numa área, e não deu em outra, se aqui não deu certo, mas em outra deu certo. Então dependendo da necessidade que é preciso chamar alguém pra prestar serviço, através desse estágio a gente já tem aquela visão de quem chamar. (A. V. S. R., 36 anos, sócio diretor da Coomar, entrevista concedida em out. 2019).

As decisões ocorrem em reunião de diretoria e assembleias. Existe uma confiança grande por parte dos(as) cooperados(as) no atual presidente e gerente da cooperativa, sendo que o mesmo preza por coletivizar as decisões.

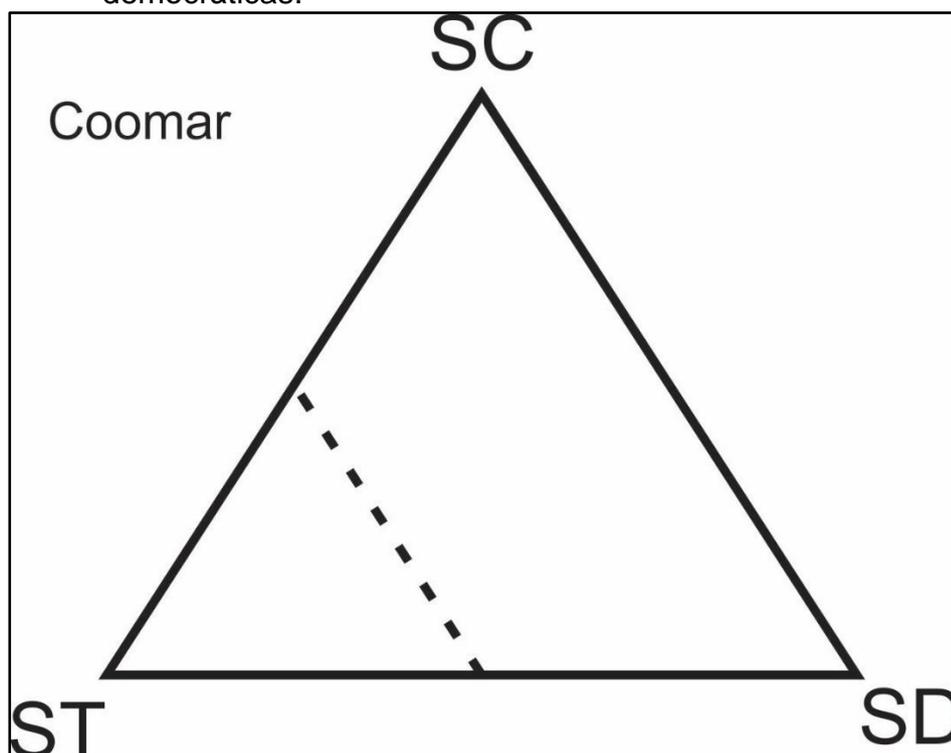
Ainda sobre as relações democráticas e tomadas de decisão, observa-se uma ruptura entre os(as) sócios(as) trabalhadores(as) da cantina e a os(as) demais sócios(as). No planejamento feito em uma assembleia geral, foi feita a divisão momentânea por grupos, em que três eram dos(as) sócios(as) camponeses(as), por proximidade das comunidades onde moram, e um grupo era constituído somente por sócios(as) trabalhadores(as) da cantina. Seria interessante para o processo democrático, que esses grupos tivessem uma organicidade, com reuniões regulares para discussão das necessidades da Coomar, porém foi uma metodologia apenas para o planejamento na hora da assembleia geral.

A participação desses sujeitos se resume a participação em assembleia, é o que expressa I. D. D. (26 anos, sócia trabalhadora da Coomar, entrevista concedida em out. 2019): “na reunião da diretoria, antes eu sempre participava, agora não, porque a gente sempre tá aqui, aí as vezes não dá pra participar da reunião da diretoria, nas assembleias da cooperativa a gente tem que participar”. Assim, o triângulo cooperativo da Coomar assume uma representação sintética das relações

¹¹ Cantina Solidária é o nome dado ao estabelecimento comercial da cooperativa, um mercado com produtos industrializados de necessidades domésticas, em que o(a) sócio(a) tem vantagem compra, com retorno em crédito de compras ao final de cada ano.

democráticas (FIGURA 05). Como explicado anteriormente, nos vértices estão os sujeitos da cooperativa que, nesse caso, são o(a) sócio(a) camponês(a), o(a) sócio(a) dirigente e o(a) sócio(a) trabalhador(a). As linhas pontilhadas, que representam alguma ruptura nas relações democráticas, expressam a não tomada de decisão dos(as) sócios(as) trabalhadores(as) sobre seu trabalho na cantina solidária.

FIGURA 05 – Triângulo cooperativo, estrutura da Coomar e suas rupturas democráticas.



Legenda: SC: Sócio(a) camponês(a); SD: Sócio(a) dirigente; ST: Sócio(a) trabalhador(a).

Fonte: adaptado de Desroche (2006).

A cooperativa possui um caminhão para transporte de mercadorias e um ponto comercial, denominado de cantina solidária (FOTOGRAFIA 04). Os dois estão sob controle da diretoria.

As cantinas comunitárias são estabelecimentos comerciais de compra e venda de gêneros alimentícios e outros produtos e insumos, industrializados ou agrícolas, que tem a perspectiva de tirar os(as) camponeses(as) de uma situação de dependência, reduzindo os custos do consumo da unidade familiar (SOUZA, 2011).

FOTOGRAFIA 04 – Cantina Solidária, onde também funciona a seda da Coomar.



Fonte: Trabalho de campo, 2019.

A finalidade dos resultados financeiros tem sido de reinvestir na cooperativa e melhorar a renda dos sócios. Assim, as sobras são divididas entre os sócios, a cooperativa e os fundos sociais da mesma. Segue, portanto, a doutrina de repartição das sobras em função do faturamento do sócio com a cooperativa, já que é um dos princípios clássicos do cooperativismo, sendo “interessante ao produtor rural, elevando a sua renda média” (FORGIARINI *et al.*, 2018, p. 26).

O trabalho coletivo foi muito forte no início da Coomar. O mutirão era a forma mais comum, inclusive para arrecadar dinheiro para formar o capital inicial da cooperativa. Contudo, atualmente não tem sido realizado, com a justificativa das dificuldades geográficas, como explica o sócio fundador P. B. L. (58 anos, entrevista concedida em out. 2019):

No começo da cooperativa, nós trabalhamos com mutirão. Hoje, não, porque ficou muita gente longe e não tem como. Porque mutirão é assim, tem que ser uma comunidade perto, dez, 15km. Hoje tem gente com 40km, 50km, aí não dá. A gente não tinha o caminhão pra ir buscar. Aí resolvemos, tá longe? A gente ia gastar mais.

Para além dos fundos sociais obrigatórios por lei, a cooperativa possui outro, que denominaram fundo rotativo solidário, uma espécie de microcrédito para os(as) sócios(as). Uma diretora explica o funcionamento do fundo:

É um micro projeto que a gente faz, é um dinheiro que está ali em movimento dentro da cooperativa. Ela coloca um projetozinho pra gente, ela dá dois meses de prazo pra começar a pagar, aí depois a gente vai pagando as

parcelas até pagar tudinho. É R\$1.000,00 até, de R\$500,00 a mil. Pra pagar de seis vezes se fosse de 500, e mil paga de onze vezes. Deixa uma porcentagem a mais na Coomar. (D. S. A. L., 51 anos, sócia conselheira da Coomar, entrevista concedida em out. 2019).

A Coomar, juntamente com outros 14 empreendimentos, compõe a Rede Bragantina de Economia Solidária Artes & Sabores (FOTOGRAFIA 05), que está presente em Santa Luzia do Pará e outros três municípios da região (Bragança, Viseu e Cachoeira do Piriá), além de um ponto comercial em Belém-PA. Ressalta-se que a Coomar é a única cooperativa a compor a rede, os outros empreendimentos são associações comunitárias de agricultores(as) familiares. Esse tipo de iniciativa é importante para superar o isolamento e a fragmentação das iniciativas (SILVA, 2011).

FOTOGRAFIA 05 – Pintura da logomarca da Rede Bragantina de Economia Solidária na parede da Cantina Solidária da Coomar.



Fonte: Trabalho de campo, 2019.

Considerando o princípio cooperativista de *interesse pela comunidade*, a Coomar realiza doações para festividades das comunidades e do município de Santa Luzia do Pará. É através deste princípio que se observa o que Forgiarini *et al.* (2018, p. 32) chamaram de “função social da cooperativa”, e que, deste modo, apoia o desenvolvimento regional e comunitário.

São então duas ações da Coomar que vão no sentido do desenvolvimento regional comunitário, uma no sentido sócio-cultural, as doações para as atividades culturais, outra no sentido econômico, o microcrédito, que contribui para o dinheiro circular no comércio local.

Mantém relações com outras cooperativas, praticando assim o princípio da intercooperação.

No que tange as novidades trazidas pela Coomar, além da cantina solidária, da construção da Rede Bragantina de Economia Solidária Artes e Sabores e do fundo de microcrédito, teve a criação da Escola de Formação para Jovens Agricultores de Comunidades Rurais Amazônicas (Ecrama).

A Ecrama veio depois, ela é considerada uma filha da cooperativa. A escola Ecrama já surgiu através da ideia dos sócios, dos italianos, que têm uma visão muito especial, que já seria para educar os filhos dos sócios da cooperativa. E teve também uma parceria com o fundo internacional, e logo mais com a diocese de Bragança, que vem ajudando a escola a se manter. (A. V. S. R., 36 anos, sócio diretor da Coomar, entrevista concedida em out. 2019).

Em resumo, o trabalho dos(as) sócios(as) se divide entre aquele individualizado nas unidades familiares, o trabalho administrativo e de gerência da diretoria¹², sendo remunerado o presidente (o qual também exerce função de gerente do estabelecimento comercial), além do trabalho coletivo na cantina solidária, com remuneração. Oferece como serviços para seus(suas) sócios(as): a) fornecimento de insumos e mercadorias em geral (cantina), b) Microcrédito, c) identificação de mercados institucionais e não institucionais, com a devida contratação e d) agregação de volume (venda para Natura).

Quanto a análise das categorias pode dizer que o trabalho na cantina é realizado por sócios(as) trabalhadores(as) (que participam das decisões através das instâncias democráticas formais, assembleia geral e diretoria eleita), e de produção pelas famílias dos(as) cooperados(as). É uma situação intermediária entre o modelo com empregados assalariados e o modelo no qual são os sócios que realizam diretamente as atividades de comercialização. A gestão é feita nas instâncias formais, diretoria e assembleia geral trimestral, o que representa maior transparência e participação. Existem sim atividades de solidariedade com a comunidade, inclusive a criação de uma escola do campo.

6.3 A Cooperativa dos Fruticultores de Abaetetuba (Cofruta)

No dia 03 de março de 2002, foi fundada, no município de Abaetetuba, uma cooperativa de ribeirinhos(as) e agricultores(as) familiares, a Cofruta (FOTOGRAFIA

¹² Os(as) diretores(as) recebem remuneração por diárias, conforme a participação nas reuniões.

06). Na época contou com a assessoria da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), depois filiou-se a Unicafe, atualmente possui 87 sócios. É fruto de um movimento social e sindical, de associação de agricultores(as) e do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Abaetetuba (STTR/Abaetetuba).

FOTOGRAFIA 06 – Escritório em prédio alugado, em frente ao STTR de Abaetetuba.



Fonte: Trabalho de campo, 2019.

A história da criação da Cofruta, portanto, vem da organização dos(as) trabalhadores(as) rurais em torno das lutas sindicais. “A história da cooperativa começou bem antes dela ser criada, porque quando a Fase veio pra cá pra organizar os trabalhadores rurais pra tomar o sindicato de um outro grupo que não tinha trabalho com a categoria” (A. F. S., 58 anos, sócia diretora da Cofruta, entrevista concedida em set. 2019). Vale ressaltar que esta relação entre cooperativismo e sindicalismo, é geralmente benéfica (ANDRADE; ASSUMPÇÃO, 2014).

A Cofruta também teve um aumento seguido de um decréscimo no número de sócios(as) se for observada sua linha do tempo (APÊNDICE H). Esse pico pode ser explicado pelo estabelecimento de relação comercial com a empresa Natura e a construção da unidade de beneficiamento de sementes na planta agroindustrial. Não foi possível identificar o motivo do decréscimo no período seguinte.

O trabalho da maioria dos(as) sócios(as) se dá de modo individual na propriedade, sendo que alguns realizam trabalho coletivo na agroindústria ou de

assistência técnica junto aos agricultores, que são remunerados(as) por *pro labore*. O cooperado que realiza esse trabalho de assistência técnica, C. C. B. (47 anos, sócio fundador da Cofruta, entrevista concedida em set. 2019), explica sua atividade:

uma parte do meu tempo eu dou assistência para os agricultores, principalmente na área que a gente comercializa muita semente. Aí eu mais o coordenador de produção a gente vai e dá treinamento, ou a gente faz as estufas de secagem, a gente faz a parte de manejo, principalmente do muru-muru, das touceiras do muru-muru, do açaí também. A gente orienta nessa parte e fica acompanhando o processo de secagem de semente.

O trabalho é decidido na unidade familiar a partir das demandas da cooperativa, as quais vêm do mercado, sejam das empresas ou das instituições públicas que a Cofruta estabelece relações comerciais. É a autonomia relativa, comentada por Ploeg (2008). O trabalho na agroindústria (FOTOGRAFIA 07) é decidido coletivamente segundo demanda de mercado e disponibilidade dos(as) sócios(as), os quais passam por um processo de capacitação.

Diante das demandas, a gente faz um planejamento pra cada atividade. Aí já tem um pessoal treinado, capacitado pra isso. A cooperativa se preocupa muito com isso. A gente tem pessoal capacitado, com documento, carteira de manipulador, de saúde. Aí dentro do planejamento a gente chama essas pessoas pra poderem executar os serviços aqui dentro das unidades. . (R. B. A., 59 anos, sócio fundador da Cofruta, entrevista concedida em set. 2019).

FOTOGRAFIA 07 – Agroindústria da Cofruta, setor de processamento de fruta e setor de beneficiamento de sementes.



Legenda: A: área interna do setor de processamento de fruta; B: área externa com paiol do setor de beneficiamento de sementes.

Fonte: Trabalho de campo, 2019.

Por mais avançadas que sejam as relações e a organização do trabalho na Cofruta, no sentido da busca pela emancipação, orientada pela autogestão, a mediação ainda é feita, fundamentalmente pelo valor de troca. Benini *et al.* (2012) defendem que, é necessário ir além do imediato da sobrevivência, criando uma práxis de solidariedade orgânica.

A Cofruta não possui uma frequência regular de reuniões dos sócios com a diretoria, acontecendo sempre que tem alguma questão a ser decidida e encaminhada. As reuniões da diretoria também não possuem frequência determinada e a assembleia geral é anual. Os planejamentos são realizados com a diretoria, conselho fiscal e coordenadores de grupos de base ou, setores¹³, como a cooperativa denomina. Observou-se que algumas pessoas dominam os debates dos temas/questões a serem decididos, porém existe uma preocupação com a participação e compartilhamento da informação.

Quando é decisão urgente, a diretoria que tem que tomar, não tem tempo de tá chamando os cooperados. E têm as reuniões e tem a assembleias. [reuniões da diretoria] quando a gente tem mais tempo, a gente sempre tá discutindo. Esses encontros [reunião mais ampla com os cooperados] com os setores. (A. F. S., 58 anos, sócia diretora da Cofruta, entrevista concedida em set. 2019).

A diretoria assume um papel executivo, mas também deliberativo quando necessário. Os grupos de base, que são divisões territoriais criadas pela cooperativa, respeitam a geografia local e são identificados pelos nomes dos rios. O objetivo é socializar as informações, permitir a participação de um maior número de pessoas nas discussões e decisões, pois facilita o encontro dos pares. O conselho administrativo da Cofruta, é composto pela diretoria mais os coordenadores dos grupos de base.

O planejamento da cooperativa traz a herança da organização sindical, através da discussão com os núcleos, ou setores, como a Cofruta denomina. Um dos cooperados relata, “eu considero o planejamento [trienal] como uma parte democrática da cooperativa. A gente pega mais as lideranças, os coordenadores de setores, o conselho administrativo, o conselho fiscal, a diretoria e alguns agricultores” (C. C. B., 47 anos, sócio fundador da Cofruta, entrevista concedida em set. 2019).

O presidente explica como funciona a questão dos núcleos ou setores:

Que a cooperativa é dividida em seis núcleos, dois de estrada e quatro de ilha. Tem que ter representação dos seis núcleos e mais o pessoal da direção

¹³ Os setores são divisões geográficas, estabelecidas pela cooperativa, que agregam certo número de famílias. Tem como objetivo facilitar e democratizar a circulação de informações e tomada de decisão. São seis os setores, quatro englobando as ilhas e dois com acesso por estrada.

e o pessoal de fábrica. Esses núcleos têm um coordenador que faz parte do conselho administrativo, ele é eleito anualmente. Então na primeira reunião de cada ano ele precisa ser eleito, pra mais um mandato, ou um primeiro mandato, depende muito da escolha do próprio setor. Porque é o próprio setor que escolhe, indica e elege aquela pessoa. (R. B. A., 59 anos, sócio fundador da Cofruta, entrevista concedida em set. 2019).

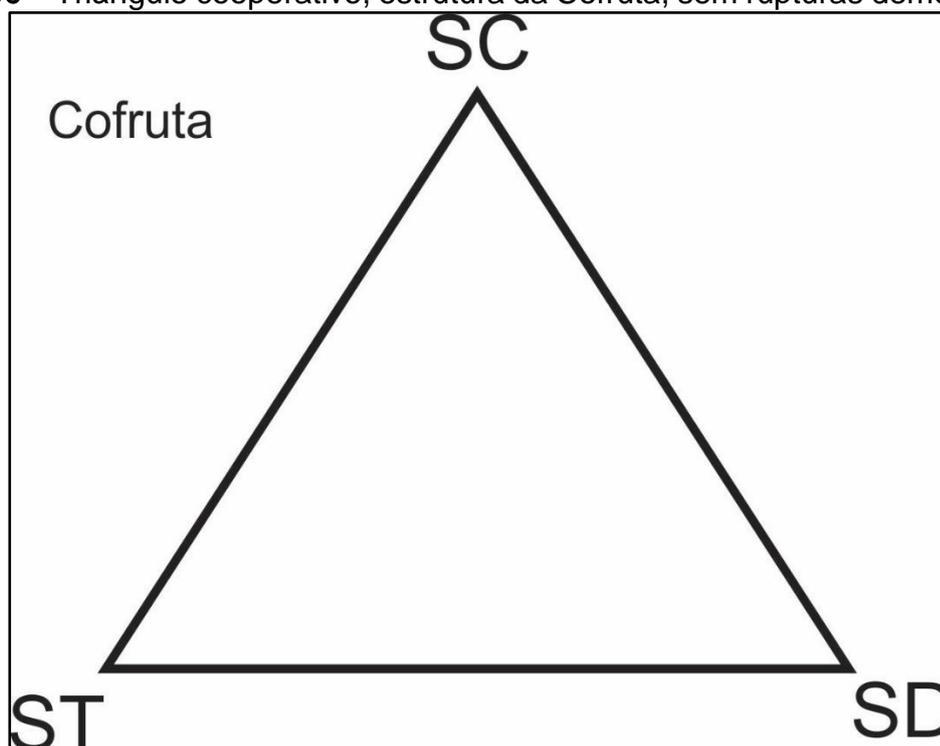
Em uma análise mais superficial, a estrutura decisória carrega uma lógica de democracia representativa, na qual se delega o poder de decisão ao conselho administrativo. Contudo, um olhar mais a fundo, pode observar uma tentativa de buscar uma democracia mais participativa, marcada em dois elementos: as reuniões amplas para socialização das ações e decisão dos preços, por exemplo, além do espaço de reunião dos grupos, facilita a participação de um maior número de sócios(as), se considerarmos geografia de rios e ilhas da região.

A cooperativa possui uma agroindústria que, juntamente com o caminhão, está sob o controle dos sócios trabalhadores e diretoria, porém pode-se perceber uma interferência técnica externa (principalmente da Natura), pois nesse caso a empresa orienta os produtos, procedimentos e estruturas a serem construídas, de seu interesse, através de técnicos próprios e que mantém presença frequente na fábrica. Pelo porte e pela linha de produção da empresa, essa ação é uma exigência para garantir o êxito do processo industrial da mesma. O trabalho coletivo é importante no sentido de gerar identidade e pertencimento a um grupo, o que faz com que o indivíduo se veja como parte de uma coletividade mais ampla (IASI, 2006), mas nesse caso em que algumas atividades são orientadas, ou padronizadas, por uma outra empresa, já que constitui somente uma parcela do processo de trabalho.

Um dirigente explica sobre quem decide quem vai trabalhar na agroindústria, “a cooperativa faz uma avaliação das pessoas que tem uma certa disponibilidade e tenha uma certa facilidade de acesso à unidade, porque ela não tem espaço físico para as pessoas ficarem durante a semana.” (R. B. A., 59 anos, sócio fundador da Cofruta, entrevista concedida em set. 2019).

Desta forma, não foi observado rupturas nas relações democráticas na Cofruta, ficando elaborado o triângulo cooperativo na estrutura a seguir (FIGURA 06). Mais uma vez, nos vértices encontram-se os sujeitos que compõe a cooperativa, no caso aqui estudado, o(a) sócio(a) camponês(a), o(a) sócio(a) dirigente e o(a) sócio(a) trabalhador(a). Não contém linhas pontilhadas, pois não se observou ruptura nas relações democráticas nas tomadas de decisão da Cofruta.

FIGURA 06 – Triângulo cooperativo, estrutura da Cofruta, sem rupturas democráticas.



Legenda: SC: Sócio(a) camponês(a); SD: Sócio(a) dirigente; ST: Sócio(a) trabalhador(a).

Fonte: adaptado de Desroche (2006).

A finalidade dos resultados financeiros da cooperativa é para reinvestimento e aumento da renda dos(as) sócios(as). Por isso, as sobras são divididas, sempre que as condições de mercado permitem, em 50% para os(as) sócios(as) e 50% para a cooperativa. A novidade desenvolvida pela Cofruta é que isso é feito no momento do ato cooperativo, e não como restituição ao final do ano, ou seja, é um aumento de preço e não a restituição das sobras de fato, por mais que o sentido seja o mesmo, ou seja, quem mais participa economicamente da vida da cooperativa, mais tem retorno financeiro.

A cooperativa não realiza ações e projetos sociais, nem realiza mutirão ou outras formas de ajuda mútua. Tal dificuldade deve se dar pelo espaçamento geográfico, já que muitas comunidades são em ilhas. É necessário relativizar, pois os(as) cooperados(as) estão imersos em realidades onde essas práticas são atribuições de outras instituições, como as CEB's, as igrejas, sindicato e associações. Isso pode ser constatado. As ações acontecem, porém localizada e sem iniciativa da cooperativa, como relata R. B. A. (59 anos, sócio fundador da Cofruta, entrevista concedida em set. 2019):

De forma organizada isso não aparece no nosso planejamento, nem nas nossas atividades. Mas de forma assim mais individual, tem bastante isso, nas comunidades, entre as pessoas. Mas de forma organizada e coletiva da própria cooperativa, ele não é bem evidente isso.

A Cofruta possui os fundos sociais obrigatórios por lei, sendo que reservam parte das sobras para um fundo de investimento. Quanto a rede de comércio, a Cofruta participava de uma rede de economia solidária, mas não tem mais participado. “A gente chegou a participar, mas chegou um tempo que não foi mais. A de economia solidária. Porque também foi parando. Através da Unicafes, que eles organizaram” (A. F. S., 58 anos, sócia diretora da Cofruta, entrevista concedida em set. 2019). Atualmente está inserida em outra rede, “nós temos participado de uma rede chamada Rede Jirau¹⁴, que tá mais pra ali pro lado de Cametá. A gente tem ido pra algumas reuniões, tomado algumas decisões junto com os parceiros aí, cooperativas, ONG’s e empresas” (R. B. A., 59 anos, sócio fundador da Cofruta, entrevista concedida em set. 2019)

As intercooperações estabelecidas pela Cofruta se limitam às relações comerciais de compra e venda com outras cooperativas, não abrangendo outros aspectos como pontuam Konzen e Oliveira (2015).

Sobre as novidades, além do modo como fizeram para dividir as sobras para o momento da compra da produção dos(as) cooperados(as), tem a preocupação com o modelo de agricultura, com sistema de produção. Assim, incentivam os Sistemas Agroflorestais (SAF’s) e a Agroecologia. O presidente fala que a cooperativa foi “buscando criar algumas alternativas, e já tem algumas em evidência, que são os sistemas agroecológicos” (R. B. A., 59 anos, sócio fundador da Cofruta, entrevista concedida em set. 2019).

Essa inovação é, nas palavras de um cooperado fundador, “a própria forma de produzir, que tá dentro da questão agroecológica” (E. K., 64 anos, sócio da Cofruta, entrevista concedida em set. 2019). Discursa ainda:

Hoje, quem seguiu as orientações da cooperativa e das organizações das quais a gente participa, que questionamos o modelo que a assistência técnica oficial (...), quem seguiu os ensinamentos que os nossos técnicos passaram, (...) hoje tá melhor do que quem fez em sistema diferente. (...) Produz mais e

¹⁴ A Rede Jirau de Agroecologia é uma articulação de organizações como associações, cooperativas, empresa privada, por exemplo a Natura, instituição ensino, como por exemplo o IFPA *campus* Cametá, que vem trabalhando na construção do conhecimento agroecológico. “Organizativamente, ela se evidencia como uma rede multidirecional, pois denota uma dinamicidade aparente, com processos decisórios horizontalizados e descentralizados” (SANTOS; BENJAMIN, 2018, p. 105).

tem outras fontes de renda. Quem tem os sistemas agroflorestais, tem diversificação de renda. São lições que a gente tirou e também foi construindo, e levando para os nossos cooperados, pra melhorar a questão da produção e diversificar, também, a questão da produção. (E. K., 64 anos, sócio da Cofruta, entrevista concedida em set. 2019).

Essa é uma iniciativa que leva tempo, pois exige um processo de transição:

Então esse é um sistema que ele demora, mas que é preciso ser trabalhado, ser tomado uma consciência por parte das pessoas, pra que o planeta dê uma respirada, porque ele já tá querendo morrer, ele não tá aguentando mais a poluição que tem, o volume muito grande de veneno, de produtos químicos. Então tá precisando uma resposta dos próprios habitantes desse planeta, que é o homem e a mulher. (R. B. A., 59 anos, sócio fundador da Cofruta, entrevista concedida em set. 2019).

Isso ajuda a explicar a aproximação com a Rede Jirau de Agroecologia, uma vez que a Cofruta já domina aspectos importantes da agroindustrialização e comercialização, necessitando melhorar e avançar os sistemas produtivos, voltados para os sistemas de produção agroecológicos.

Em suma, o trabalho dos(as) sócios(as) se localiza nas unidades familiares, de modo individualizado, nas atividades de escritório realizado pela diretoria, com igual remuneração para cada membro e, nas atividades na planta agroindustrial, com a mesma remuneração entre esses(as) sócios(as) trabalhadores(as), que corresponde a igual quantia dos(as) diretores(as). Os serviços prestados pela cooperativa são: a) negociação de mercado, contratualização, agregação de volume (PNAE, PAA e Natura), b) Beneficiamento da produção (polpas, sementes) e c) assistência técnica no manejo do agroecossistema (SAF's e Agroecologia) e na coleta, seleção e cuidados com as sementes.

Referente à matriz de análise, tem-se que o trabalho é realizado por sócios(as) trabalhadores(as), indicados pelo conjunto de sócios(as), e participando das decisões. A tomada de decisão compreende três instâncias atuantes: uma direção eleita, um conselho com representação dos grupos locais de sócios(as), trabalhadores(as) da agroindústria e assistência técnica, além da assembleia geral anual. A cooperativa mantém um planejamento trianual participativo e toma as decisões de comercialização em estreita discussão com os(as) sócios(as). Respeitadas as devidas proporções, é um esforço em direção à autogestão tal como descrito por Schneider (2003) na Cotrijui. Não foram observadas atividades de solidariedade com as comunidades, a partir de iniciativas da cooperativa.

O COOPERATIVISMO CAMPONÊS: ENTRE EMANCIPAÇÃO E ADAPTAÇÃO

O papel do cooperativismo na emancipação dos camponeses e camponesas é a centralidade dessa dissertação. O trabalho, a gestão das cooperativas e os processos de solidariedade presentes na vida das entidades ajudam a perceber até que ponto uma cooperativa está caminhando no sentido da emancipação ou subordinação, se tem um projeto social de transformação ou apenas de sobrevivência.

Uma ressalva faz-se necessária, não é um modelo dualista entre o bom e o mau, como afirma Shanin (2017b, p. 336, grifo do autor), esse tipo de modelo analítico, que divide tudo “entre *nós e os nossos* contra *o mau e o feio* e tudo mais se ignora”, pode levar a equívocos e não ajuda a entender melhor a realidade.

O que se percebe, a partir dos resultados empíricos, é que, apesar de conceitualmente as correntes cooperativistas terem lados opostos no processo de emancipação, as cooperativas estudadas não se encaixam na pureza teórica das correntes.

Essa lacuna entre teoria e prática, é de se esperar, pois a ideologia pode ser uma, mas a base material se dá, geralmente, dentro do mercado capitalista. As cooperativas são, portanto, “pela sua essência um ser híbrido dentro da economia capitalista” (LUXEMBURGO, 2001, p. 80), a qual tem a produção dominada pela troca, submetendo, o trabalho aos interesses do capital.

As cooperativas camponesas das regiões geográficas Intermediária de Belém e Intermediária de Castanhal, são apenas uma parte da realidade do Pará e, conseqüentemente, uma parte da realidade amazônica, e carregam concepções, contradições e novidades, que ao passo que sofrem influência, ajudam a formar o cooperativismo amazônico.

O associativismo e cooperativismo no meio rural tem papel importante para o desenvolvimento territorial, sendo que, na Amazônia, significa pensar em termos de soberania e autonomia da população local, incluso o campesinato, superando as políticas verticais e paternalista do Estado (SOUZA, 2011).

Quanto a nova divisão regional do IBGE, baseada em cidades-polo e municípios a elas vinculados, pois a rede urbana é elemento central, se dá em um

contexto de mudanças tanto socioeconômico, quanto político-administrativa, visando contemplar diferenças e diversidades (IBGE, 2017).

O que se observa é que os órgãos públicos e as entidades da sociedade civil, principalmente as ligadas ao campo, ainda utilizam a divisão anterior a 2017, seja pelo hábito, seja histórico processo formação, luta e resistência do campesinato nessa região. Por exemplo, as três cooperativas dos estudos de caso comercializam com a empresa Natura, uma multinacional brasileira, com um parque industrial na região metropolitana de Belém. Além de participarem de feiras e/ou redes na capital. Percebe-se então que o grande centro para todas é Belém, sendo que teoricamente a cooperativa na região Intermediária de Castanhal, o centro seria o município de Castanhal.

O IBGE afirma ainda que a “proposta metodológica instrumentaliza e integra análises e expectativas de órgãos de planejamento estaduais” (IBGE, 2017, p. 10). Porém, as organizações ainda utilizam as divisões antigas, a exemplo, a OCB está organizando três cooperativas centrais de 2º grau, considerando as regiões Nordeste Paraense, Sul e Sudeste Paraense, além do Oeste Paraense.

O que se pretende deixar marcado aqui é que a nova divisão regional não implica mudanças nas práticas da agricultura familiar camponesa e, conseqüentemente, nas suas cooperativas. Outrossim, as regiões geográficas Intermediária de Belém e Intermediária de Castanhal, ou o que se denominava anteriormente de Nordeste Paraense, guarda diferenças de outras regiões do próprio estado do Pará e da Amazônia. Portanto, a análise do cooperativismo aqui feita guarda está delimitação regional. Inclusive, como afirma Souza (2011), algumas regiões do Pará, inclusive, têm grande resistência ao cooperativismo, mais que outras.

7.1 O trabalho, a gestão e os processos de solidariedade na construção do cooperativismo camponês

O trabalho desenvolvido pelos(as) sócios(as) nas cooperativas camponesas se dá principalmente na unidade familiar, sem um processo coletivo. Nesses casos, portanto, os meios de produção e a propriedade/posse da terra é privada.

Isso é compreensível, e Chayanov (2017) mostra que esse trabalho na unidade familiar determina a atividade econômica da cooperativa, ao passo que a

organização da cooperativa interfere num segundo momento na organização da unidade familiar, o êxito ou fracasso de um implica positivamente ou negativamente no outro.

Para Chayanov (2017), a importância da cooperação camponesa através das cooperativas está no fato de possibilitar a organização da produção e comercialização em escala maior, através da concentração horizontal e vertical, sem no entanto, destruir a economia familiar camponesa. Na visão do autor (Ibid), os ganhos de escala é que justificam a cooperação, que somente é viável para uma parte das atividades de produção camponesa, enquanto outra parte é mais viável na forma de trabalho individual.

O trabalho associado está presente e ocorre nas atividades de direção ou nas estruturas coletivas, quando a cooperativa as possui, como agroindústria ou unidades de comercialização, como mercados ou cantinas. Foi notória a importância dos meios de produção coletivos para possibilitar o trabalho associado.

Discutindo gestão social, Eidelwein (2009) indica como a propriedade coletiva dos meios de produção, bens e serviços, na economia solidária, provoca mudança na estrutura das relações de trabalho, superando as classes sociais, colocando os(as) trabalhadores(as) responsáveis pelo destino dos seus próprios negócios.

Há poucos casos de cooperativas com trabalho assalariado, estando essa ligadas a OCB/PA. Retoma-se a informação anterior, que a OCB-PA é um sindicato patronal, dentro do Sistema S, e que grande parte dos seus recursos vem da contribuição sindical, proporcional ao número de trabalhadores(as) assalariados(as).

Carvalho (2012), analisando empresas autogestionadas, afirma que mesmo se propondo a serem diferentes, esses empreendimentos carregam uma herança cultural patronal, reproduzindo, muitas vezes, a organização de uma empresa capitalista, com relações de subordinação, sendo necessárias mudanças nesse tipo de prática.

Fica uma reflexão sobre qual será a implicação futura na cooperativa de D'Irituia, filiada a OCB e que por conseguinte, recebe assessoria direta dessa instituição. Irá crescer em números de trabalhadores assalariados? Ou se desenvolverá através da autogestão do trabalho dos(as) sócios(as)?

As cooperativas camponesas caminham entre a autogestão e a heterogestão, tentam estabelecer processos democráticos, mas esbarram na falta de

participação e, por vezes, na centralização de informações. A cultura democrática representativa ainda é forte e presente no cotidiano das entidades.

As três cooperativas estudadas têm buscado soluções no sentido de melhorar a transparência nas tomadas de decisão e gestão mais democrática. No que pese a pouca participação, a D'Irituia tem reunião mensal com os(as) sócios(as), que realizam a comercialização direta. A Coomar, além reunião mensal e aberta da diretoria, possui assembleia geral trimestral, bem participativa. A Cofruta, aproveitou a experiência da luta e organização sindical, e constituiu um sistema de tomada de decisão e circulação da informação, através da grupos de base, conselho administrativo amplo, associado a diretoria, além das reuniões com os(as) sócios(as) para informes e decisão do preço pelo qual será comprada a produção.

A ideologia da economia solidária, com seus princípios e filosofia, indica um caminho para a emancipação, o que pode ser observado de fato na prática de alguns dos empreendimentos, contudo, não se pode generalizar, pois no cotidiano a economia de mercado impõe sua racionalidade de competitividade e individualismo, dentre outras, já que essa é a lógica econômica hegemônica da sociedade atual (EIDELWEIN, 2009).

Eidelwein (2009) defende que a Economia Solidária, como possibilidade de modelo de gestão social, precisa ser reafirmada nos seus valores, que para a autora se resumem em democracia participativa. Isso implica no controle coletivo dos meios de produção, na autogestão da produção e dos bens e/ou serviços produzidos, além das ações voltadas para um desenvolvimento econômico e social sustentável e justo (EIDELWEIN, 2009).

Ainda sobre gestão, a empresa Natura tem feito movimento de formar pessoas de diversas cooperativas da região através de cursos, no intuito de capacitar recursos humanos para gerirem essas organizações com as quais a empresa estabelece relação comercial, de modo a otimizar os processos gerenciais. A D'Irituia, a Coomar e a Cofruta, além de várias outras cooperativas, participam desse curso modular de gestão organizacional. A lógica de gestão defendida pela empresa está relacionada ao cooperativismo tradicional/empresarial, o que pode ser comprovado no material didático do curso, exemplifico na proposta de estrutura de gestão verticalizada (ANEXO A). Como é uma ação nova e que está em curso, não se pode prever o futuro, mas levanta-se a seguinte questão: esse processo de formação e

capacitação realizado pela Natura vai alterar as práticas autogestionárias que já encontram-se em curso nas cooperativas?

Os processos de solidariedade, sejam internos, sejam externos, para a comunidades em geral, são poucos. Mutirões existiram no início de várias cooperativas, mas já não acontecem, pelo menos não por iniciativa das entidades. Isso é uma incoerência, pois a solidariedade, enquanto prática, está na essência do cooperativismo como fenômeno social, e quando essas relações da cooperativa “se esvaziam de solidariedade, o projeto cooperativo perde sua substância essencial, ou seja, retira-se dele o elemento central que é a presença ativa e comprometida do associado” (FRANTZ, 2012, p. 30).

Mais uma vez ponderando sobre a percepção dos processos de solidariedade, o que se quer deixar demarcado é que as iniciativas com intencionalidade das cooperativas são poucas. Enquanto organização social, deveriam estimular e praticar mais esse valor do cooperativismo. Ressalta-se que, no contexto geral das comunidades, existem outras instituições, como as associações e as igrejas, que tem mais possibilidades de desenvolver ações solidárias em nível comunitário, inclusive pelo fato de estarem mais próximos das famílias.

7.2 Concepções, contradições e novidades das cooperativas camponesas no Pará

As cooperativas nesta região nascem com uma concepção econômica, uma solução para se livrarem da figura do atravessador. Isso é expresso nas falas de todos(as) os(as) sócios(as) fundadores(as), ou mesmo de outros(as) sócios(as) quanto a motivação de se associarem.

A cooperativa foi fundada por causa de uma necessidade, da gente comprar e de vender. Porque de primeiro, pra vender era um sacrifício, pra comprar também. A gente vendia para os atravessadores, eles enganavam no peso e no preço. Até os supermercados aqui os preços era de um jeito em um, de outro, em outro. Daí nós fundamos essa cooperativa (...). A gente fazia esses encontros, aí o padre perguntava, nós ia vender, quem dava o preço? Diziam era o comprador. E quando nós ia comprar, quem era que dava o preço? Era o vendedor. Ele dizia, vocês tão perdendo de dois a zero. (R. P. L. 72 anos, sócio fundador da Coomar, entrevista concedida em out. 2019).

Decidi me associar porque a gente trabalhava muito e não tinha o empenho de como trabalhar com nossos produtos, e a cooperativa veio demonstrando isso e favorecer a venda também. A gente não tinha quase venda e através da cooperativa, com o melhoramento dos nossos produtos, aí teve mais

saída. Tô satisfeita. (M. C. B., 37 anos, sócia da D'Irituia, entrevista concedida em ago. 2019).

Cabe lembrar aqui a importância do PAA e PNAE, como garantia de comercialização da produção, com conseqüente fonte de entrada de recursos e melhoria da renda. Fato que impulsionou a criação das cooperativas dessas regiões a partir de 2003.

Mas também pode nascer com projeto de classe, como é o caso da Cofruta, que tem no seu embrião a organização dos(as) camponeses(as) em torno do movimento sindical e da luta pela terra.

Então quando foi conquistado o sindicato, começou a discussão desses projetos de melhoria da agricultura, e foi criado o Centro Tipiti, que era para discutir mais profundamente essa questão de manejo, principalmente de açai, e de projeto pra agricultura familiar. Com esses trabalhos do Centro Tipiti, foi aumentando a produção, principalmente do açai, que aumentou muito. Foi criada uma associação que é a Adempa, pra correr atrás de recurso (...). Depois quando começou a aumentar volume de produção, que a gente já viu que a associação não tinha caráter comercial. Então foi a partir daí que a gente foi vendo a necessidade de criar a cooperativa, pra tá organizando a produção e tá correndo atrás de comercialização. (A. F. S., 58 anos, sócia diretora da Cofruta, entrevista concedida em set. 2019).

Quanto a esse aspecto de classe, tem-se cooperativas nascidas dos processos de lutas e de consciência de classe dos(as) trabalhadores(as), e outras sendo fomentadas a partir de assessoria externa (BENINI *et al*, 2008; STAHL; SCHNEIDER, 2013). Rios (1987) afirma que um cooperativismo das classes menos favorecidas é o único que pode contribuir com um projeto socialista. “Essa corrente busca praticar então uma forma de produção não capitalista, sem antagonismo de classes, que busca uma emancipação do trabalho” (STAHL; SCHNEIDER, 2013, p. 205).

Essas motivações anteriores a fundação das cooperativas, associado as assessorias, seja da Fase, da OCB, da Cáritas Brasileira, ou, como no caso da Coomar, de uma ONG internacional, contribuem para que elas se desenvolvam dentro de um cooperativismo ligado a economia solidária, ou de um cooperativismo da linha tradicional-empresarial.

As cooperativas, que tendem a se alinhar na proposta da economia solidária, apresentam, todavia, contradições que são compreensíveis, mas que necessitam serem refletidas e superadas. Para Tse-Tung (2004), nas práticas, nas coisas e nos processos da vida existem contradições que, caso se tenha uma intencionalidade transformadora, devem ser estudadas.

A definição do poder de uma contradição é carregada de subjetividade, e sua identificação pode ou não ser óbvia, sendo importante observá-las não com uma conotação ruim, mas potencial de mudança, seja individual, seja coletivo (HARVEY, 2016). Neste estudo identificou-se três, que serão discutidas a seguir.

Primeiramente, trabalho nos espaços coletivos é feito em troca de uma remuneração, no caso das cooperativas, *pro labore*. Ou seja, ainda contém um processo de reificação do trabalho, no fundo o que vale é o valor de troca e não o valor de uso do trabalho. Essa é uma determinação do sociometabolismo do modo de produção, baseado no valor de troca e não no valor de uso, e dificulta a emancipação do indivíduo enquanto ser social (MÉSZÁROS, 2002).

A segunda contradição reside no fato de a cooperativa ser uma organização coletiva, ter a democracia como valor e a gestão democrática como princípio, porém, ainda carrega uma cultura de representatividade, implicando na diminuição da participação efetiva dos sócios. Ou, em alguns casos, a centralização dos processos decisórios, como se percebe na fala de um sócio de uma das cooperativas estudadas: “a diretoria senta, planeja, depois é que leva para as reuniões mensais, pro plenário” (E. O. N., 54 anos, sócio fundador da Coomar, entrevista concedida em out. 2019).

Por outro lado, tem-se iniciativas que tendem a conduzir por um caminho mais participativo, ampliando espaços de discussão e decisão. Pontuando aqui que uma democracia participativa e integral, precisa passar por três níveis, o da legitimidade, o do voto, esse bem presente nos casos estudados, e o terceiro nível, a elaboração das decisões e controle da execução, o que seria realmente uma participação ativa (SCHNEIDER, 1999). O autor (Ibidem) afirma que é um desafio alcançar esses três níveis, para isso é necessário que se criem estruturas e formas de organizativas que aproximem a base e que sejam transparentes.

Para além da busca dessa democracia participativa e integral, no caso específico da Cofruta, a situação geográfica, recheada de ilhas e rios, o que dificulta o deslocamento, exige um funcionamento de espaços coletivos diferenciados, para poder ser operacional.

Por fim, os poucos processos de solidariedade e ajuda comunitária, que tem origem e intencionalidade a partir da cooperativa, é uma contradição com o princípio clássico do cooperativismo, interesse pela comunidade, e o valor da solidariedade. Considera-se aqui as iniciativas próprias da cooperativa, reconhecendo

que nas comunidades existem outras ações de solidariedade, realizadas por outras instituições.

Para além das contradições, as cooperativas camponesas, nessa parte da Amazônia, têm desenvolvido novidades ou, nos termos de Oliveira (2006), experiências inovadoras. Para o autor (Ibidem, p. 58) são processos dos(as) agricultores(as) familiares que vão “assimilando e/ou adaptando novos conhecimentos, paulatinamente interferem nas estruturas locais de modo significativo e positivo, a ponto de serem motivo de interesse de instituições de ensino, pesquisa e extensão”. Identificou-se quatro novidades interessantes no estudo das cooperativas.

A primeira é o manejo do agroecossistema a partir dos princípios da Agroecologia e da implantação dos SAF's. No caso da Cofruta, por exemplo, a partir da intencionalidade da cooperativa, houve uma mudança significativa na relação dos(as) camponeses(as) com a natureza, principalmente nas famílias que moram nas ilhas.

O que nos faz ter uma certa visibilidade por parte de outras pessoas, é uma preocupação básica com o meio ambiente. Nos 25 anos atrás, 20 anos atrás, nós tínhamos umas áreas de ilha totalmente degradada, porque era área que cultivava cana-de-açúcar, então só tinha cana, era monocultura propriamente dita. E nós fizemos um trabalho, sindicato, associação, ONG's e também a universidade, e fomos introduzindo, estudar a possibilidade de valorizar o cultivo do açaí, e ao valorizar o fruto do açaí, as pessoas tomaram consciência que tinham que cuidar do que a natureza nos dá, de preservar, e introduzir outras essências, tipo andiroba, cuuba, preservar os miritizeiros que tem, muru-muru, enfim, preservar outras espécies. E isso, nos últimos cinco anos, pelo que a gente avalia, conseguimos ver um negócio importante que é o não uso de fogo nessas áreas (...). Então eu acho que é uma riqueza tanto para as pessoas, quanto para o meio ambiente. De forma coletiva, acho que isso é muito legal. (R. B. A., 59 anos, sócio fundador da Cofruta, entrevista concedida em set. 2019).

A D'Irituia, fundada com essa intenção, no ano de 2019, começou um processo de criação de um SPG, a partir de um projeto de extensão da UFPA, para conseguir a certificação e selo de orgânico em seus produtos. A cooperativa, porém, desde sua criação já trabalhava na perspectiva de produção agroecológica, valorizando os SAF's. Os trabalhos de Silva *et al.* (2017) e Oliveira *et al.* (2018) apresentam os SAF's como destaque dentro dos agroecossistemas dos cooperados, tanto na perspectiva ecológica, de cuidado ambiental, quanto na perspectiva econômica, de diversidade de produtos e geração de renda.

Outra experiência inovadora foi a criação da Ecrama, uma escola inicialmente criada pela Coomar, para educar e formar os filhos e filhas dos(as)

próprios(as) sócios(as), que utiliza a pedagogia da alternância e tem a agroecologia como princípio. A filha de um sócio fundador, hoje também sócia, fala da relação com a escola: “a gente sempre participa na escola Ecrama, a gente tem essa coligação com a escola Ecrama, nós somos parceiros e a gente sempre tem os cursos lá da escola Ecrama. Faz de adubo orgânico, são vários tipos de curso que a escola faz” (M. N. S., 29 anos, sócia diretora da Coomar, entrevista concedida em out. 2019).

Essa iniciativa se insere no debate da educação do campo e da agroecologia, e se alinha com o que Sousa (2017) defende, que uma pedagogia que vise a transformação socioecológica, deve priorizar o diálogo entre conhecimento científico e saber camponês, seguindo o caminho da educação profissional do campo e tendo como enfoque a Agroecologia.

Por fim, a terceira novidade é forma encontrada de dividir as sobras, sem gerar atrito entre os(as) sócios(as). Uma primeira tentativa de dividir as sobras de modo proporcional para cada associado(a) da Cofruta, conforme este ou esta comercializou via ato cooperativo, gerou problema por falta de entendimento de que algumas pessoas iriam receber mais que outras. A solução para os anos seguintes foi inserir o valor da sobra no preço de compra do produto. O sócio responsável pela contabilidade da cooperativa explica como se dá esse processo.

50% é revestida pra dentro das unidades. 50% era pra vir para o agricultor, mas em assembléia nós fizemos divisória de sobra uma vez só durante esses 17 anos. Deu um pouco de confusão, porque a maioria das pessoas não entendeu o que é repartimento de sobra. Teve gente que levou R\$ 2,00, teve gente que levou R\$ 50,00. E aí não é paritário divisão de sobra, o processo é por participação, o quanto você entrega. Então tomamos uma decisão em assembléia que as sobras já vinham no valor do produto, exemplo, estão pagando 26 no açaí, nós vamos pagar 28, o dois é que já é a parte da sobra. Isso foi decidido em assembléia e isso funciona até hoje. Desde essa época, acho que foi em 2004, 2003, 2005, por aí, a cooperativa fica com a parte dela e do associado vai junto com o produto que entrega. (C. C. B., 47 anos, sócio fundador da Cofruta, entrevista concedida em out. 2019).

Pinho (2004), afirma que existem polêmicas a respeito do retorno das sobras de modo proporcional aos atos cooperativos dos(as) sócios(as) e que, em alguns países, se pratica uma política ativa de preços. Contudo, considerando as cooperativas da região, a Cofruta foi a única na qual se observou essa prática.

De fato, isso não é repartição da sobra, podendo ser considerado uma antecipação da mesma; é, contudo, sem ferir o princípio da participação econômica dos membros, uma solução de aumentar a renda dos(as) camponeses(as) de maneira proporcional a sua comercialização com a cooperativa. Além do que, com um preço

acima do mercado local, diminui a possibilidade de algum(a) sócio(a) comercializar com atravessador, principalmente na base associada da Cofruta, de característica ribeirinha.

A quarta e última novidade é o funcionamento dos conselhos para democratizar a tomada de decisão, que surge da experiência sindical e da necessidade concreta da realidade das ilhas e rios amazônicos. Essas “competências coletivas da Cofruta potencializam a autogestão para seu fortalecimento enquanto empreendimento solidário” (CHAVES *et al.*, 2016, p. 10).

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as cooperativas camponesas nas regiões geográficas Intermediária de Belém e Intermediária de Castanhal, considerando também as correntes do cooperativismo que se desenvolveram no Brasil, e o modelo analítico proposto nesse estudo, percebeu-se que não se tem um modelo único, sendo o trabalho, a gestão e os processos de solidariedade diferentes em cada uma delas.

A análise com base em uma estrutura de tipos ideais, dicotômica, entre cooperativismo tradicional/empresarial e cooperativismo popular/solidário, contribuiu no entendimento e interpretação da realidade, pois serviu de parâmetro e baliza, permitindo a reflexão mais aprofundada sobre a construção de um cooperativismo camponês na Amazônia.

Neste trabalho, a análise empreendida mostra que no estado do Pará as cooperativas camponesas, de modo geral, são concebidas para resolver um problema econômico, de melhoria de renda a partir da comercialização dos produtos da agricultura, o que leva ao rompimento da necessidade do trabalho de intermediários, ou seja, saindo do domínio da figura do atravessador. O debate de classe se apresenta em casos pontuais, geralmente estão ligados a luta sindical.

Há ainda outros fatores que não foram analisados, mas que influenciam a trajetória de uma cooperativa camponesa, como, por exemplo, as relações comerciais estabelecidas, os serviços prestados, as relações com o Estado e as políticas públicas e os tipos e a diversificação dos produtos. Isso precisa ser investigado em futuras pesquisas. Neste sentido, é importante que haja outros estudos que incorporem tais aspectos como forma de nortear a trajetória das cooperativas camponesas paraenses.

Sujeitos externos as cooperativas disputam, com diferentes estratégias de intervenção, os formatos destas cooperativas e, fundamentalmente, os rumos do cooperativismo camponês no Pará. São empresas privadas, ONG, financiadoras, entidades de representação e o próprio Estado, através de políticas públicas. Cabe aqui investigações mais aprofundadas em futuras pesquisas.

Em suas práticas aparecem contradições, seja em relação ao valor de troca do trabalho se sobrepondo ao seu valor de uso, seja na democracia representativa tomando lugar da participação dos(as) sócios(as), ou ainda, seja no apagamento do valor essencial, o da solidariedade.

As novidades identificadas no movimento cooperativista estudado foram: 1) a iniciativa de construir agroecossistemas pautados nos SAF's e na Agroecologia, a 2) construção de uma escola do campo, para garantir a formação dos filhos e filhas dos cooperados, 3) o método de garantir o retorno financeiro aos(as) cooperados(as) proporcionalmente aos atos cooperados, com uma política ativa de preços e não na repartição das sobras e 4) o sistema descentralizado de tomada de decisões e circulação de informações, através dos grupos de base.

Neste sentido, o que se evidenciou, nas formas de cooperativas da Cofruta, Coomar e D'Irituia, foi um misto das duas correntes, ou dos dois modelos distintos, encontradas na literatura, entre o tradicional/empresarial e o popular/solidário. Assim as categorias trabalho, gestão e processos de solidariedade responderam diferentemente quando associadas as cooperativas, dependendo do seu histórico, da região geográfica – Intermediária de Belém e Intermediária de Castanhal –, das assessorias e das motivações dos(as) sócios(as) em se associar.

Assim, o trabalho associado aparece quando a cooperativa tem estruturas coletivas, fora isso a produção é individual na unidade camponesa. A gestão flutua entre processos de autogestão e de centralização, conforme os casos estudados. As ações de solidariedade são escassas, sem muita evidência no cotidiano dessas organizações. Essas cooperativas, portanto, possuem algumas ações e formas organizativas que vão na perspectiva da emancipação desses(as) camponeses(as), mas possuem outras que dificultam o processo emancipatório.

O modelo, o projeto cooperativo, tem a ver com as opções assumidas e não com o tamanho da cooperativa, porém as decisões são fruto de múltiplas determinações como visto aqui, e não do tamanho do raio alcançado pelo empreendimento, como proposto por Desroche (2006). Assim, o cooperativismo camponês vai transitar entre a resistência ou ofensiva camponesa; entre um projeto de subordinação ou emancipação.

Sem desconsiderar o papel estratégico e tático na melhoria da renda familiar, e no desenvolvimento rural, o cooperativismo camponês deve ser arte de se organizar coletivamente para, através do trabalho associado, da autogestão e da solidariedade, reproduzir a existência numa perspectiva da emancipação humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRANTES, J. **Associativismo e cooperativismo**: como a união de pequenos empreendedores pode gerar emprego e renda no Brasil. Rio de Janeiro: Interciência, 2004. 127 p.
- ALFAZARO, M. A empresa de autogestão. In: MORAIS, C. S. **Teoria da organização autogestionária**. Porto Velho: EdUFRO, 2002. 276 p.
- ALMEIDA, E.; VILLAR, M. E. V.; NAKANO, M. A participação efetiva e a conquista da autonomia. In: GAIGER, L. I. (Org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 173-187.
- ANDRADE, M. C. L; ASSUMPÇÃO, L. F. M. Cooperativismo (d)e trabalho: algumas reflexões sobre o instituto após o advento da lei nº 12.690/12. **Revista Episteme Transversalis**, v. 6, n.1, p. 1-13, 2014.
- ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária. **Autogestão e economia solidária**: uma nova metodologia. 2º vol. Brasília: TEM, 2005. 192p.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6.023**: Informação e documentação – referências – elaboração. Rio de Janeiro, jul. 2002a. 24 p.
- _____. **NBR 6.024**: Informação e documentação – numeração progressiva das seções de um documento – apresentação. Rio de Janeiro, fev. 2012a. 4 p.
- _____. **NBR 6.027**: Informação e documentação - sumário – apresentação. Rio de Janeiro, dez. 2012b. 3 p.
- _____. **NBR 6.028**: Informação e documentação - resumo – apresentação. Rio de Janeiro, nov. 2003. 2 p.
- _____. **NBR 10.520**: Informação e documentação - apresentação de citações em documentos – apresentação. Rio de Janeiro, 2002b. 7 p.
- _____. **NBR 14.724**: Informação e documentação – trabalhos acadêmicos – apresentação Rio de Janeiro, mar. 2011 p.
- BECKER, H. S. Observação social e estudos de caso sociais. In: BECKER, H. S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 117-133.
- BENINI, É. A. et. al. A práxis do trabalho associado: da economia solidária para a perspectiva da solidariedade orgânica e autogestão societal. **org & demo**. Marília, v. 13, n. 2, p. 9-20, jul./dez., 2012.
- BENINI, E. G. et al. Cooperativismo e cooperativismo: reflexões sobre a economia solidária. **Anais**. XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Rio Branco-AC, 20-23 jul. 2008.

BORGES, G. R. Os princípios cooperativistas na lei e no estatuto. In: GEDIEL, J. A. (Org.). **Os caminhos do cooperativismo**. Curitiba: Editora da UFPR, 2001. p. 123-149.

BRASIL, República Federativa do. Câmara dos Deputados. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 28 fev. 2020.

BRASIL, República Federativa do. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. SIES – Divulgação dos dados preliminares: base de dados 2013. **Bol. Inform. Acontece SENAES**, ed. Especial. Brasília-DF, 2013.

BRASIL, República Federativa do. Presidência da república. Casa civil. **Lei nº 5.764**, de 16 de dezembro de 1971. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5764.HTM>. Acesso em 09 jan. 2020.

BRUMER, A. et al. A elaboração de projeto de pesquisa em Ciências Sociais. In: PINTO, C. R. J.; GUAZZELLI, C. A. B. (Orgs.) **Ciências Humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p. 125-146.

CALDART, R. S. Reforma agrária popular e pesquisa: desafios de conteúdo e forma de produção científica. In: CALDART, R. S.; ALENTEJANO, P. (Orgs.). **MST, universidade e pesquisa**. São Paulo: Expressão Popular, 2014. p. 137-169.

CÂNDIDO, A. **Os parceiros do rio bonito**: estudo sobre o caipira paulista e as transformações dos seus meios de vida. 12ª ed. São Paulo: EdUSP, 2017. 334 p.

CÁRITAS Brasileira. **Incidência em políticas públicas no campo da economia solidária**. Brasília: Cáritas Brasileira, 2015. 32p.

CÁRITAS Brasileira. **Missão**. 2020. Disponível em <<http://caritas.org.br/missao>>. Acesso em 27 fev. 2020.

CARVALHO, A. **Jornal cooperativista**: uma ponte entre dois séculos. Belo Horizonte: Armazém de Ideias, 2007. 307 p.

CARVALHO, H. M. de. As lutas sociais no campo: modelos de produção em confronto. In: CALDART, R. S.; ALENTEJANO, P. (Orgs.). **MST, universidade e pesquisa**. São Paulo: Expressão Popular, 2014. p. 17-38.

CARVALHO, M. C. **Autogestão, Economia Solidária e Cooperativismo**: uma análise da experiência política da Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão. 2012. Dissertação de mestrado (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social). Universidade Federal de Juiz de Fora). 2012. 118 f.

CHARTERINA, A. M. Los valores y los principios cooperativos. **REVESCO: revista de estudios cooperativos**, v. 61, p. 35-46, 1995.

CHAVES, H. T. *et al.* A autogestão para além das competências coletivas: o caso Cofruta. **Anais do VII Colóquio Organizações, Desenvolvimento e Sustentabilidade**, Belém, p. 1-21, 2016.

CHAYANOV, A. V. **A teoria das cooperativas camponesas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. 291 p.

CHAYANOV, A. V. Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. 1924. In: CARVALHO, H. M. de (Org). **Chayanov e o campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2014. p. 99-137.

CHIARIELLO, C. L. **Análise da gestão de cooperativas rurais tradicionais e populares**: estudo de casos na Cocamar e Copavi. 2008. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção). Universidade Federal de São Carlos, 2008.151 f.

CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil. **Sistema Cooperativista dos Assentados**. Caderno de Cooperação Agrícola nº 5. 2ª ed. São Paulo: Concrab, 1998. 76 p.

COQUE, J. Las cooperativas en América Latina: visión histórica general y comentario de algunos países tipo. **Rev. de Econ. Púb. Soc. y Coop.**, CIREC-España, n. 43, extraordinário, p. 145-172, nov. 2002.

DESROCHE, H. Sobre o projeto cooperativo: democracia, animação e ética. In: THIOLENT, M (Org.). **Pesquisa-ação e projeto cooperativo na perspectiva de Henri Desroche**. São Carlos:EdUFSCar, 2006. p. 131-154.

EIDELWEIN, K. Gestão Social: a economia solidária como possibilidade de modelo. **Rev. JURIS**, Rio Grande/RS, v. 14, p. 41-54, 2009.

ENGELS, F. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: ANTUNES, R. (Org.). **A dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004. p. 13-34.

FARIAS, Elielson Soares. **Cooperativa Agroleiteira da Transamazônica (COOPETRA)**: fatores que influenciaram na sua persistência. 2014. 113 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – NCADR/UFGA, Belém, 2014.

FORGIARINI, D. I.; ALVES, C. N.; MENDINA, H. J. C. Aspectos teóricos do cooperativismo e suas implicações para a gestão de cooperativas. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**., Santa Maria-RS, edição especial, jan., 2018.

FRANÇA, G. C. A problemática da economia solidária: uma perspectiva internacional. **Rev. Soc. Estado**., v.16, n.1-2, p.245-275, dez. 2001.

FRANTZ, W. **Associativismo, cooperativismo e economia solidária**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012. 162 p.

FREITAS, L. C. Materialismo histórico-dialético: pontos e contrapontos. In: DALMAGRO, S. L. (Org.). **II Seminário nacional: o MST e a pesquisa**. Veranópolis: ITERRA, 2007. p. 45-59.

GODOY, I. **Bulgária: autogestão e socialismo**. São Paulo: Alfa-Omega, 1989. 91p.

GOMES, E. L.; CEZAR, L. C. O papel das cooperativas da agricultura familiar no desenvolvimento de políticas públicas. **Revista de extensão e Estudos Rurais**, v. 7, n. 1, p. 166-186, jan.-jun. 2018

GONÇALVES, E. S. **Caracterização e análise de três modalidades de cooperativas no Brasil: cooperativas capitalistas, cooperativas da economia solidária e cooperativas fraudulentas**. São Carlos: UFSCar – Departamento de Engenharia de Produção, Trabalho de Conclusão de Curso, 2003.

HARVEY, D. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016. 297 p.

IASI, M. L. **As metamorfoses da consciência de classe: o pt entre a negação e o consentimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 582 p.

IASI, M. L. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 172 p.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 82 p.

ICA – International Co-operative Alliance. **History of the cooperative movement**. Disponível em: <https://www.ica.coop/en/cooperatives/history-cooperative-movement?_ga=2.218897498.215558626.1544033165-1904438143.1544033165>. Acesso em: 05 dez. 2018a.

ICA – International Co-operative Alliance. **Cooperative identity, values & principles**. Disponível em: <https://www.ica.coop/en/cooperatives/cooperative-identity?_ga=2.240910144.215558626.1544033165-1904438143.1544033165>. Acesso em: 06 dez. 2018b.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Plano Integrado de Cooperativismo do Estado do Pará**. Belém: INCRA, 1975. 77 p.

KONDER, L. **Marxismo e alienação: contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 256 p.

KOZEN, R. R. P.; OLIVEIRA, C. A. Intercooperação entre cooperativas: barreiras e desafios a serem superados. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**., Santa Maria-RS, v. 2, n. 4, p. 45-58, jul.-dez., 2015.

- KUMMER, L. **Metodologia Participativa no Meio Rural**: uma visão interdisciplinar. conceitos, ferramentas e vivências. Salvador: GTZ, 2017. 155p.
- LESSA, S.; TONET, I. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 128 p.
- LOCATEL, C. D.; LIMA, L. C. Do cooperativismo à economia solidária: normatização e dinâmica econômica no campo brasileiro. **XV Colóquio Internacional de Geocrítica**, Barcelona, 7-12 may. 2018
- LOIZOS, P. Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 137-155.
- LUXEMBURGO, R. **Reforma ou revolução?** 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2001. 134 p.
- MÂNGIA, E. F. Alienação e trabalho. **Rev. Ter. Ocup. Univ.** São Paulo. v. 14, n. 1, p. 34-42, jan./abr., 2003.
- MARX, K. **O capital**. Edição compacta. São Paulo: Centauro, 2005. 403 p.
- MARX, K. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2006.198 p.
- MARX, K. Rascunhos para uma resposta (fevereiro-março de 1881). In: SHANIN, T. (Org.). **Marx tardio e a via russa**: Marx e as periferias do capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2017. p. 148-179.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2006.147 p.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002. 1103 p.
- MINAYO, M. C. S. Técnicas de análise de material qualitativo. In:_____. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12ª ed. São Paulo: Hucitec; 2010. p. 303-372.
- MORAIS, C. S. **Teoria da organização autogestionária**. Porto Velho: EdUFRO, 2002. 276 p.
- MUNIZ, C. C. S. *et al.* Perfil socioeconômico e os beneficiários da Cooperativa Mista dos Agricultoras entre os Rios Caeté e Gurupi. **Anais do II Congresso Internacional das Ciências Agrárias**, Natal, p. 1-11, 2017
- OCB – Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras. **História do Sistema OCB**. 2020. Disponível em < <https://www.ocb.org.br/historia-do-sistema-ocb> >. Acesso em 02 fev. 2020.

OCB/PA – Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras do Estado do Pará. **Diagnóstico do cooperativismo paraense 2016**, Belém: SESCOOP/PA, 2016. 69p.

OCB/PA – Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras do Estado do Pará. **Diagnóstico do cooperativismo paraense 2018**. 2019. Disponível em: <
<https://drive.google.com/file/d/1gtuWVzJLNDsuJV8WdRELnF0v4sM9qMds/view>>. Acesso em 19 jan. 2020.

OLIVEIRA, J. S. R. **Uso do território, experiências inovadoras e sustentabilidade**: um estudo em unidades de produção familiar de agricultores na área de abrangência do programa Proambiente, Nordeste Paraense. 2006. 131 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – NCADR/UFPA, Belém, 2006.

OLIVEIRA, R; C. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Rev. de Antrop.**, v. 39, n. 1. São Paulo, USP, p. 13-37, 1996.

OLIVEIRA, J. S. R. *et. al.* Cooperativa D'Irituia: avanço sustentável e a construção do conhecimento junto a parceiros institucionais estratégicos. **Anais do IV Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo**. Brasília, p. 178-185.

PÁDUA, E. M. M. de. O trabalho monográfico como iniciação à pesquisa científica. In: CARVALHO, M. C. M. de. **Construindo o saber**: metodologia científica – fundamentos e técnicas. 24ª ed. Campinas: Papirus, 2012. p. 185-213.

PAGOTTO, C. Cooperativismo popular-solidário: estratégias de trabalho sob a flexibilização de direitos. **Plural: Revista do PPGS/USP**, v. 1, n. 1, São Paulo, p. 81-91, 2009.

PELEGRINI, D. F.; SHIKI, S. F. N.; SHIKI, S. Uma abordagem teórica sobre o cooperativismo e associativismo no Brasil. **Extensio: Rev. Eletr. de Ext.** Florianópolis, v. 12, n. 19, p. 70-85, 2015.

PINHO, D. B. **O cooperativismo no Brasil**: da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004. 341 p.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. 376p.

RÊGO, E. E.; MOREIRA, E. Cooperativismo: uma breve discussão teórico-conceitual perpassando pelo socialismo utópico, marxista e anarquista. **Rev. OKARA: Geografia em debate**, v. 7, n. 1, p. 63-80, 2013.

REIS, Maria Nazaré F. **Dinâmica do cooperativismo alternativo na Bragantina, Estado do Pará**: agricultores familiares no caminho da participação e da gestão. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável). Belém: NEAF/CA/UFPA; Embrapa Amazônia Oriental, 2002. 231p.

RIOS, G. S. L. **O que é cooperativismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. 69 p.

RODRIGUES, D. M. **A COOPAEXPA e participação nos seus núcleos de produção**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2009.

SABOURIN, E. **A reciprocidade e os valores éticos da solidariedade econômica**. 2007. Disponível em <https://agritrop.cirad.fr/541162/1/document_541162.pdf>. acesso em 23 dez. 2018.

SANTOS, A. V. P. **A relevância de movimentos sociais de base na construção de trajetórias de desenvolvimento nas organizações**: estudo comparativo entre o papel da APAEB (BA) e da COOPFRUT (PA). 2012. Dissertação (mestrado). Belém-PA: NAEA/Universidade Federal do Pará, 2012 125 f.

SANTOS, L. C. B. **Cooperação e conflitos na gestão da Reserva Extrativista Marinha de Maracanã, Estado do Pará**. 2016. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2016.

SANTOS, A. R. S.; BENJAMIN, A. M. S, Rede jirau de agroecologia: uma inovação estratégica para mobilização social no Baixo Tocantins – PA. **Rev. Tecnol. Soc.**, v. 15, n. 38, p. 90-113, out./dez. 2019.

SCHNEIDER, J. O. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**. 2. ed. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1999. 496 p.

SCHNEIDER, S. Prefácio à edição brasileira. In: CHAYANOV, A. **A teoria das cooperativas camponesas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. p. 7-10.

SERRA, E. A participação do Estado na formação e desenvolvimento das cooperativas agrícolas no Brasil. **Rev. de Geograf. Agr.**, v. 8, n. 16, p. 6-37, ago. 2013

SHANIN, T. O último Marx: deuses e artesões. In: SHANIN, T. (Org.). **Marx tardio e a via russa**: Marx e as periferias do capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2017 a. p. 25-73.

SHANIN, T. O marxismo e as tradições revolucionárias locais. In: SHANIN, T. (Org.). **Marx tardio e a via russa**: Marx e as periferias do capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2017 b. p. 335-382.

SILVA, R. M. A. **Economia solidária**: estratégia de desenvolvimento sustentável e solidário. Slides de aula. Disciplina: Economia Solidária e Cooperativismo, mestrado profissional, PPGDRGEA, IFPA/Castanhal, ago. 2018.

SILVA, R. M. A. Políticas públicas de economia solidária: avanços, desafios e perspectivas. **Revista Diálogo**, Canoas, n. 18, p. 53-76, jan.-jun. 2011.

SILVA, C. M. V. da; SCHULTZ, G. Acesso a mercados e gestão de cooperativas da agricultura familiar no Brasil. **Revista Espacios**, v. 38, n. 44, p. 23-39, 2017.

SILVA, D. A. C. *et al.* Diversificação produtiva assegura sustentabilidade a cooperados na Amazônia: o caso da cooperativa de Irituia. **Anais do II Congresso Internacional das Ciências Agrárias**, Natal, 2017.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: Santos, B. S. (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002. p. 81-129.

SINGER, P. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Org.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 7-28.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. 1º ed. 5ª reimpressão. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2012. 127 p.

SOUSA, R. P. Agroecologia e educação do campo: desafios da institucionalização no Brasil. **Rev. Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, n. 140, p. 631-648, jul.-set., 2017.

SOUZA, A. L. **Trabalho e desenvolvimento territorial na Amazônia oriental: a experiência da rede de desenvolvimento rural do baixo Tocantins (PA)**. 2011. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2011. 220 f.

SOUZA, M. L. M. **Empreendimentos de economia solidária e desenvolvimento local sustentável na Amazônia paraense: fatores que influenciam para o desempenho de cooperativas de produção**. 2009. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia). Belém: NUMA/Universidade Federal do Pará, 2009. 166 f.

SOUZA, M. M. O. O movimento cooperativista no Brasil: uma reflexão sobre formação, desenvolvimento e perspectivas. **Rev. Cam. de Geograf.** Uberlândia, v. 10, n. 30, p. 65-78, jun., 2009.

STAHL, R. L.; SCHNEIDER, J. O. As interfaces entre cooperativismo e economia solidária. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 49, n. 2, p. 197-206, mai./ago., 2013.

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia. **Relação de projetos aprovados (1964-1982)**. Belém: SUDAM, 1983.

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia. **Projeto de Desenvolvimento do Cooperativismo no Pará**. Belém: SUDAM, 1970. 107 p

TSE-TUNG, M. **Sobre a prática e sobre a contradição**. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004. 95 p.

UNICAFES – União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária. **Histórico**. 2020. Disponível em <<http://unicafes.org.br/p/historico>>. Acesso em 02 fev. 2020.

UNICAFES – União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária. **Programa de Educação do Cooperativismo Solidário (PECSOL):** Proposta Pedagógica. Brasília: Unicafes, 2019. 68 p.

VARGAS, A. La identidad cooperativa y la cooperativa como empresa: luces y sombras. **REVESCO: Rev. de Est. Coop.**, España, n. 61, p. 179-194, 1995.

VEIGA, S. M.; FONSECA, I. **Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. 112 p.

ZWICK, E. **Fundamentos teóricos de gestão de cooperativas**. 160f. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2011.

ZWICK, E.; PEREIRA, J. R. Gestão de cooperativas: derivações teóricas do pensamento utópico. **Acta Scientiarum: Hum. and Soc. Sci.**, Maringá, v. 35, n.1, p. 13-23, jan.-jun., 2013.

APÊNDICES

Apêndice A: Roteiros de entrevista semiestruturada.

(FAMÍLIA – SÓCIOS)

IDENTIFICAÇÃO
Nome: _____
Idade: _____
Origem: _____
Escolaridade: _____
Nº de pessoas na famílias: _____ sócio desde: _____
Já participou da diretoria: _____ Participa de outra organização social: _____
PERGUNTAS
Realiza trabalho cooperado com outras famílias? Quais?

A Cooperativa estimula a cooperação? De que modo?

Como é sua participação na Cooperativa?

Você ajuda a tomar decisões na cooperativa? Como?

A cooperativa realiza cursos/palestra? Sobre quais assuntos? Sobre cooperativismo?

Participa de atividades coletivas?

Já participou de algum planejamento da cooperativa?

(COOPERATIVA – DIRIGENTES)

IDENTIFICAÇÃO

Nome: _____

Idade: _____

Origem: _____

Escolaridade: _____

sócio desde: _____ Já participou de outra gestão: _____

Participa de outra organização social: _____

PERGUNTAS

Qual o histórico da cooperativa? Como iniciou? Qual motivação? Houve assessoria ou estímulo externo?

Quais as ações da cooperativa no sentido da educação cooperativa?

Como são as relações de trabalho?

Compra de famílias não cooperadas?

Tem relação com outras cooperativas? Quais? Como?

Como são tomadas as decisões da cooperativa?

Existem ações de solidariedade? (mutirões, ação social etc)

Tem um planejamento estratégico? Se sim, qual a missão/objetivo da cooperativa?

Apêndice B – Quadro analítico-histórico das cooperativas

ETAPAS	NÚMERO DE SÓCIOS	EXTENSÃO GEOGRÁFICA	PRODUTOS	ATIVIDADES, FUNÇÕES E RESULTADOS	RELAÇÃO COM AGENTES EXTERNOS	ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS
Etapa inicial						
Etapa 2						
Etapa 3						
Etapa n						
Etapa atual						

Apêndice C – Orientações para observação

ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO

1. Nas assembleias das cooperativas
 - a. Dinâmica de votação
 - b. Participação
 - c. Pauta
 - d. Conteúdo/propostas debatidas

2. Nas reuniões das cooperativas
 - a. Dinâmica de votação
 - b. Participação
 - c. Pauta
 - d. Conteúdo/propostas debatidas

3. Na movimentação dos sócios nas sedes das cooperativas
 - a. Motivações
 - b. Diálogos

Apêndice D: Questionário de pesquisa.

IDENTIFICAÇÃO	
Nome: _____	Sigla: _____
Data da criação: _____	Município sede: _____
Municípios de abrangência: _____	
Nº de sócios: _____	Tipo: _____
Filiação: _____	
1. Quais políticas públicas acessou?	

2. Tem trabalhadores assalariados? Quantos?	

3. Comercializa com não sócios?	

4. Qual a regularidade das reuniões ordinárias da diretoria? Outros podem sócios participar?	

5. Qual a regularidade da assembleia geral?	

6. Realiza atividades de mutirão? (ou outras ações de solidariedade)	

7. Realiza ações sociais?	

8. Possui fundo social além dos obrigatórios por lei?	

APÊNDICE E – Quadro com as 27 cooperativas encontradas nas regiões geográficas Intermediárias de Belém e Intermediária de Castanhal, com razão social e município sede.

COOPERATIVA	SIGLA	MUNICÍPIO SEDE	REAÇÃO À PESQUISA
Cooperativa de Agricultores Familiares de São Miguel do Guamá	COOPASMIG	São Miguel do Guamá	Respondeu o questionário
Cooperativa dos Produtores de Salinópolis	COOPROSAL	Salinas	Respondeu o questionário
Cooperativa dos Produtores e Agricultores de Capitão Poço	COOPARCAP	Capitão Poço	Respondeu o questionário
Cooperativa de Agroindustrial e Extrativista das Mulheres do Município de Cametá	COOPAMUC	Cametá	Respondeu o questionário
Cooperativa de Agricultores Familiares de Bujaru	COOF BUJARÚ	Bujaru	Respondeu o questionário
Cooperativa dos Agricultores Familiares do Município de Primavera	COPRIMA	Primavera	Respondeu o questionário
Cooperativa de Empreendimentos Autogestora Cametá	COOPAC	Cametá	Respondeu o questionário
Cooperativa dos Agricultores e Aquicultores de Torres do Cupijó	COOPAATC	Cametá	Respondeu o questionário
Cooperativa dos Produtores do Baixo Tocantins	COOPRUBAT	Cametá	Respondeu o questionário
Cooperativa dos Pescadores e Agricultores Limoeiro	COOMPALA	Limoeiro do Ajuru	Respondeu o questionário
Cooperativa Mista dos Agricultores e Agricultoras Familiares entre os Rios Caeté e Gurupi	COOMAR	Santa Luzia do Pará	Respondeu o questionário
Cooperativa Agropecuária dos Produtores Familiares Irituianenses	D`IRITUIA	Irituia	Respondeu o questionário
Cooperativa dos Fruticultores de Abaetetuba	COFRUTA	Abaetetuba	Respondeu o questionário
Cooperativa Mista Agropecuária do Alto Guamá	COMAG	Ourém	Respondeu o questionário
Cooperativa De Agricultores Familiares de Terra Alta	COAFTA	Terra alta	Não respondeu o questionário
Cooperativa da Agricultura Familiar Integrada de Capanema	COOPAFI	Capanema	Não respondeu o questionário
Cooperativa Agroindustrial da Agricultura Familiar de Vila Maú	COOPVIMA	Vila Maú	Não respondeu o questionário
Cooperativa dos Produtores Rurais da Agricultura Familiar de Barcarena	COOPBAB	Barcarena	Não se obteve contato
Cooperativa Mista dos Agricultores de Colares	COOPMACOL	Colares	Não se obteve contato
Cooperativa Agrícola Santo Antônio	COOPSANT	Marituba	Não se obteve contato
Cooperativa Agropecuária dos Produtores Rurais da Agricultura Familiar de Santo Antônio do Tauá	COOPAF	Santo Antônio do Tauá	Não se obteve contato

Cooperativa Agroindustrial Mista dos Agricultores, Pescadores e Pecuaristas Odivelenses	COOAMAPO	São Caetano de Odivelas	Não se obteve contato
Cooperativa de Agricultores Familiares de Igarapé-Miri	COPAFIM	Igarapé-Miri	Não se obteve contato
Cooperativa dos Agricultores da Região de Tailândia	CART	Tailândia	Não se obteve contato
Cooperativa Mista Agroaquícola de Curuçá	COOMAC	Curuçá	Não se obteve contato
Cooperativa dos Produtores Agroextrativistas de Açaí de Santa Isabel do Pará	COPRAASIP	Santa Isabel do Pará	Não se obteve contato
Cooperativa de Agricultores, Pescadores e Piscicultores de Maracanã	COOPESCAM	Maracanã	Não se obteve contato

APÊNDICE F - Quadro analítico-histórico D'Irituia.

ETAPAS	NÚMERO DE SÓCIOS	EXTENSÃO GEOGRÁFICA	PRODUTOS	ATIVIDADES, FUNÇÕES E RESULTADOS	RELAÇÃO COM AGENTES EXTERNOS	ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS
Fundação	33	Irituia	Polpa, frutas, farinha, Muru-muru (Coomac)	Cursos Comercialização	OCB, IFPA	--
Acesso a política pública (2012)	63	Irituia	Polpa, frutas, farinha, Muru-muru (Coomac)	Cursos Comercialização	OCB, IFPA, Sebrae	PNAE
OCS (2014)	63	Irituia	Polpa, frutas, farinha, Muru-muru (Coomac)	Compra do caminhão (2015)	OCB, IFPA, Banco do Brasil	PNAE
Relação com Natura (2018)	63	Irituia	Polpa, frutas, farinha, Muru-muru Tucumã	Venda de tucumã	OCB, IFPA, Natura	PNAE/PAA
Etapa atual	42	Irituia	Polpa, frutas, farinha, Muru-muru Tucumã	SPG/Opac	OCB, UFPA, UFRA, Natura	Não acessou em 2019

APÊNDICE G – Quadro analítico-histórico Coomar.

ETAPAS	NÚMERO DE SÓCIOS	EXTENSÃO GEOGRÁFICA	PRODUTOS	ATIVIDADES, FUNÇÕES E RESULTADOS	RELAÇÃO COM AGENTES EXTERNOS	ACESSO À POLÍTICAS PÚBLICAS
Fundação (1996)	37	Santa Luzia do Pará Bragança Viseu Cachoeira do Piriá	Farinha*, malva*, arroz, feijão**, milho, pimenta-do-reino	Cantina, Comercialização da produção dos(as) sócios(as)	SVI, CEB's, Diocese de Bragança	
Projeto SVI (1996-2006) Criação da Rede Bragantina	105	Santa Luzia do Pará Bragança Viseu Cachoeira do Piriá	Farinha*, malva*, arroz, feijão caupi, milho, pimenta-do-reino, mel, banana, castanha-de-caju, sementes certificadas (milho e feijão)	Cantina, Comercialização da produção dos(as) sócios(as), fundo solidário, ECRAMA (2001, 2004), caminhão, trator e implementos, debulhadora e selecionadora, assessoria técnica.	SVI, Diocese de Bragança	
Fim do projeto SVI (2007)	20 a 30 sócios ativos	Santa Luzia do Pará Bragança Viseu Cachoeira do Piriá	Farinha, malva, arroz, feijão caupi, milho, pimenta-do-reino, mel, banana, castanha-de-caju, sementes certificadas (milho e feijão)	Cantina, Comercialização da produção dos(as) sócios(as), dificuldade organizativa, Rede Bragantina, venda do caminhão, trator e implementos, debulhadora e selecionadora, Fim do fundo solidário	Diocese de Bragança	
Início da relação com a Natura (2010)	20 a 30 sócios ativos	Santa Luzia do Pará Bragança Viseu Cachoeira do Piriá	Farinha, malva, arroz, feijão caupi, milho, pimenta-do-reino,	Cantina, Comercialização da produção dos(as) sócios(as), dificuldade organizativa,	OCB	PAA, PNAE

			mel, banana, castanha- de-caju, Muru- muru**	Rede Bragantina, venda do caminhão, tratores e implementos, debulhadora e selecionadora, Fim do fundo solidário		
Mudança de diretoria/gest ão (2014)	40	Santa Luzia do Pará Bragança Viseu Cachoeira do Piriá	Farinha, malva, arroz, feijão caupi, milho, pimenta- do-reino, mel, banana, castanha- de-caju, Muru- muru**	Cantina, comercializaç ão da produção dos(as), Rede Bragantina, , volta do fundo solidário		PAA, PNAE
Atual	73 (+20 aspirante s)	Santa Luzia do Pará Bragança Viseu Cachoeira do Piriá	Farinha, malva, arroz, feijão caupi, milho, pimenta- do-reino, mel, banana, castanha- de-caju, Muru- muru**	Cantina, Comercializaç ão da produção dos(as) sócios(as), Rede Bragantina, caminhão, auditório, recuperação dos fundos		PNAE

* Produtos de maior importância econômica para os sócios.

** Venda exclusiva para a empresa Natura.

APÊNDICE H – Quadro analítico-histórico Cofruta.

ETAPAS	NÚMERO DE SÓCIOS	EXTENSÃO GEOGRÁFICA	PRODUTOS	ATIVIDADES, FUNÇÕES E RESULTADOS	RELAÇÃO COM AGENTES EXTERNOS	ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS
Fundação 2002	67	Abaetetuba	Polpas e geleias	Agroindústria e comercialização	STTR, Fase	
2004	67	Abaetetuba	Polpas e geleias	Agroindústria e comercialização	Sambazon, Fase, STTR	
2006	67	Abaetetuba	Polpas e geleias	Agroindústria e comercialização	STTR	PAA Rural
2011	120	Abaetetuba	Polpas, sementes e óleos	Início da vendas da produção da agroindústria para a natura	Natura, STTR	
2018	87	Abaetetuba	Polpas, sementes e óleos	Escritório	Natura, STTR	PNAE
Fase atual	87	Abaetetuba	Polpas, sementes e óleos	Planejamento, Capital de giro	Natura, STTR	PNAE

ANEXOS

ANEXO A – Proposta de estrutura de gestão inclusa no material didático *Boas Práticas de Gestão Organizacional para Cooperativas*, 2015, editado pela empresa Natura.

